



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 30

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 27 de Novembro de 1997

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado João Carlos Macedo) e João Cunha (em substituição do Deputado José Ramos Aguiar)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se pelas 10.20 horas.

Entrou-se de imediato no **Período da Ordem do Dia** com a continuação dos debates sobre as Propostas do PMP 1997/2000, Plano e Orçamento para o ano de 1998.

Na discussão destas Propostas usaram da palavra, sobre variados temas, os Srs. Deputados Manuel Serpa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), José Maria Bairos (*PSD*), Silva Melo (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Jaime Medeiros (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Manuel Azevedo (*PSD*), Francisco Xavier (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Fernando Meneses (*PS*), João Forjaz Sampaio (*PS*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Natividade Luz (*PS*), Fernanda Mendes (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Aurélio da

Fonseca (PSD), Fátima Sousa (PS), Francisco Sousa (PS), José Monjardino (PP), Victor Cruz (PSD), Alvarino Pinheiro (PP), António Meneses (PSD), Guilherme Pinto (PS), bem como os Srs. Secretários da Agricultura, Pescas e Ambiente, (*Fernando Lopes*) e da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*).

Os trabalhos terminaram às 20,10 horas.

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia.

Peço a vossa atenção para a chamada, que o Sr. Secretário vai fazer.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Meneses, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime Carvalho de Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, tal como já estava previsto, dando continuidade à discussão das Propostas do Plano a Médio Prazo 1997/2000, Plano e Orçamento para 1998.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final do sec. XX e no dealbar de um novo milénio, os Açores não podem deixar de ver na sua economia e em particular no seu sector primário um **dos alicerces da sua autonomia e um suporte da sua dignidade.**

Os Açores, no contexto das economias insulares ultraperiféricas, são ainda hoje uma região produtiva que luta para preservar uma base produtiva autónoma embora integrada no conjunto da economia nacional.

A defesa dos sectores produtivos regionais, no caso vertente do sector primário, faz-se hoje tanto no plano regional como no plano externo.

As sucessivas reformas da Política Agrícola Comum têm vindo a criar desafios novos aos produtores regionais avizinhandos-se agora um novo conjunto de transformações propostas no documento Agenda 2000.

Este documento estratégico da Comissão Europeia, para o início do próximo milénio, debruça-se fundamentalmente sobre o alargamento da União Europeia a Leste, o quadro financeiro do fim do século e a reforma da Política Agrícola Comum.

As actuais propostas da reforma da Política Agrícola Comum aprofundam, no fundamental, o processo iniciado em 1992 com a introdução de compensações directas ao rendimento por redução dos preços e das quotas.

No actual pacote "Santer" as propostas de baixa de preços com compensação directa aos produtores permitem a modulação ao nível nacional nas regiões ultraperiféricas ao abrigo do tratado de Amsterdão.

A questão preliminar que temos de colocar no âmbito destas propostas é a de considerar as características das regiões ultraperiféricas e nomeadamente os handicaps permanentes derivados da descontinuidade geográfica e os sobrecustos derivados da nossa condição insular. Consideramos por isso positivo a possibilidade de modulação que deverá ser aproveitada no espírito do Tratado de Amsterdão que abre a possibilidade de regime específico para as regiões insulares.

No domínio dos princípios consideramos ser difícil aceitar apenas uma compensação parcial para as reduções previstas para os preços.

Nos sectores da produção do leite e da carne, a proposta de um prémio à vaca leiteira é positivo, embora possa implicar o desaparecimento do prémio ao milho de silagem. Se no detalhe estamos perante uma proposta da comissão que irá concertada sofrer alterações decorrentes do processo de consulta e negociação entre os Estados-membros, no domínio dos princípios e dos vectores estratégicos verificamos que os grandes objectivos desta reforma são compatíveis com os da política agrícola definidos no Programa do 7.º Governo Regional e na Proposta do Plano a Médio Prazo agora em discussão.

O grande objectivo de reforço da competitividade do sector agrícola, apontado neste documento, deverá ser prosseguido a três níveis: ao nível dos preços, da qualidade e ao nível da segurança.

No domínio da qualidade e no âmbito das fileiras do leite e da carne, estamos agindo com segurança na aplicação da nova classificação do leite e na criação de um mecanismo de controle da qualidade da nossa carne. O processo já iniciado em 1997 da certificação da carne a desenvolver-se no âmbito duma proposta da Comissão Consultiva para a fileira, deverá levar à criação dum caderno de especificações técnicas precisas e de procedimentos de controlo adequados. A imagem dos nossos produtos é, portanto, um factor de competitividade, no qual deve ser incorporada a segurança e a fiabilidade dos métodos de produção e a boa sanidade animal e vegetal. O reforço da campanha de erradicação da brucelose a decorrer em 1997 e 1998, bem como outras medidas de controle sanitário, contribuem decididamente **para o reforço da nossa competitividade, recuperando tempo perdido e antecipando-nos, se possível, ao que o futuro nos reserva em termos de normas europeias.**

O sucesso desta política depende de todos os operadores envolvidos no processo de produção, desde a exploração agrícola até à mesa do consumidor. Todos os agentes devem prosseguir o mesmo objectivo, conseguir produtos competitivos que satisfaçam as necessidades dos consumidores em segurança e qualidade.

Esta política não é dissociável das opções de investimento público e privado. Não basta por isso certificar a carne, é preciso investir na rede de abate regional. Esta opção de investir no reforço da competitividade da fileira da carne é clara, por exemplo, na decisão de lançar o concurso internacional para a construção do

matadouro de S. Miguel já em 1998. É igualmente visível no crescimento de 81% no programa de apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários que reflecte o acréscimo de investimento no apoio à indústria agro-alimentar, com uma despesa orçamentada de 3 milhões de contos nos próximos anos. Esta é uma opção inadiável, porque o protelar de decisões, seja na construção e modernização de unidades de lacticínios e cooperativas privadas seja na rede de abate regional levaria a prazo à perda de quotas de mercado por via da perda da nossa posição competitiva. O custo de produzir sem qualidade produtos indiferenciados seria a baixa de preços e a redução de rendimentos dos nossos produtores.

Simultaneamente, com esta opção de fundo, reviram-se os critérios de decisão relativamente ao ordenamento agrário, construção de caminhos, abastecimento de água e electrificação rural.

O número e a área dos perímetros de ordenamento agrário com intervenções planeadas no âmbito deste Plano a Médio Prazo, aumentou significativamente. Estender o benefício de obras de ordenamento, já realizadas na bacia de Ponta Delgada e do Paúl, às 5 Ribeiras-Santa Bárbara, aos Altares-Raminho, a Vila Franca do Campo, à Maia-Fenais da Ajuda, à Povoação, aos Rosais, às Feteiras, etc., significa atingir um número de produtores que, por razões meramente economicistas, tinham sido esquecidos. Os projectos de abastecimento de água à lavoura na Ilha do Faial, S. Jorge, Sta. Maria, Terceira e S. Miguel são uma peça importante numa estratégia de produzir com qualidade.

Não pretendendo ser exaustivo na enumeração das acções previstas, não poderia deixar de realçar também a promoção de produtos açorianos que, embora com uma dotação reduzida, comparativamente com outras acções deste plano, é uma inovação que deverá ser ampliada no futuro, face à experiência entretanto adquirida. Nesta acção, importa contudo alertar que a redução de verba orçamentada nos anos de 1999 e 2000 tem em atenção a possibilidade de candidatura a programas comunitários - estando aí apenas inscrita a participação regional - até hoje não explorada no nosso país. O exemplo entretanto recolhido de candidaturas apresentadas pela Galiza e pelo País Basco está a ser estudada e deverá ser posto a bom uso em anos próximos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo;

Este Plano a Médio Prazo desenvolve-se num enquadramento particularmente difícil para o sector das pescas ao nível da situação dos recursos e da situação empresarial.

Os relatórios científicos identificam a actual situação dos stocks, sobretudo de tunídeos, como potencialmente frágil em consequência de anos sucessivos de sobre-exploração de recursos. A introdução de limites da captura para o rabilho e este ano para o espadarte, atingem-nos sobretudo porque limitam a possibilidade de expansão dessas pescarias a nível regional.

Potencialmente mais gravosas serão as limitações ao esforço de pesca e de capturas que se antevêem num futuro próximo nas espécies de tunídeos trabalhadas pela nossa indústria conserveira. E dizemos potencialmente mais gravosas, porque atingem uma área onde se verifica uma sobrecapacidade industrial instalada em relação ao nosso nível médio de capturas.

A atenção redobrada por parte do Governo às actividades de inspecção, fiscalização e gestão dos recursos, reflecte a necessidade que a Região tem neste contexto de melhor conhecer e preservar os recursos da nossa Zona Económica Exclusiva.

As funções de inspecção e fiscalização transferidas no passado para a Administração Regional não foram acompanhadas de igual transferência de recursos. Era essa a filosofia da velha autonomia cavaquista.

A revisão da orgânica da SRAPA contempla a necessidade de reforço de meios técnicos, da mesma forma que o actual PMP contempla o reforço dos meios financeiros nestas áreas.

A instalação de sistema de monitorização de embarcações por satélite (MONICAP) e do sistema de informação (SIFICAP) permitirão o acesso à informação vital que possibilitará planear com conhecimento de causa as futuras missões de fiscalização a realizar com meios aéreos e navais pelas autoridades competentes.

Simultaneamente o apoio à investigação, agora assegurado no âmbito do programa de ciência e tecnologia, bem como a dotação prevista para melhorar as condições de investigação e leccionação no DOP, contribuem decisivamente para o reforço do nosso conhecimento científico no Atlântico Norte.

Os investimentos mais vultuosos são contudo na área das estruturas portuárias envolvendo dois novos portos, os núcleos de pesca de dois portos comerciais e obras

de beneficiação num vasto conjunto de pequenos portinhos. Nesses pequenos portinhos as obras a realizar envolvem desde a reparação de rampas de varagem, à construção de casas de apresto e melhoria das condições de operacionalidade em geral.

Outra renovação já iniciada em 97 foi a que abrange a frota de pesca, incluindo a frota artesanal e a industrial. A elevada taxa de compromissos assumidos no âmbito do IFOP, permitiu melhorar a taxa de execução deste programa comunitário o que se reflectiu no reforço de âmbito intercalar atribuído na reprogramação financeira em curso.

Finalmente não podia deixar de referir o plano de formação profissional plurianual, preparado no decurso de 97, e que permitirá realizar de uma forma descentralizada acções de formação em todas as ilhas, em instalações já existentes, nomeadamente as da Lotaçor.

Se vos disse à partida que o enquadramento existente é difícil, não poderia também deixar de afirmar que continuaremos a trabalhar para melhorar a situação do sector defendendo os nossos recursos, investindo em melhores estruturas e em mais formação e apoiando as nossas empresas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

As calamidades que atingiram os Açores recentemente despertaram a opinião pública para os efeitos acumulados, de acções erradas ao nível do ordenamento do território, e a omissão de muitas entidades e cidadãos aos mais variados níveis.

Se as primeiras chuvadas nos chamaram à atenção para o acumular de incúria na limpeza dos nossos cursos de água, a sucessão de acontecimentos veio pôr o acento tónico no ordenamento.

Quando falamos de limpeza e de ordenamento, poderíamos falar de duas atitudes possíveis na gestão da ocupação humana do território, a panaceia mais ou menos rápida ou a prevenção.

Se no domínio da segurança das populações e dos seus bens a intervenção dos serviços oficiais teve, por força das circunstâncias, de se concentrar na restituição da normalidade, o futuro não poderá deixar de ser o das opções difíceis sobre o

ordenamento. Digo difíceis, porque o ordenamento envolve o estabelecimento de regras, porventura de limitações a padrões de comportamento dados como adquiridos. Assim, podemos dizer que muito do trabalho a fazer se distribui igualmente pela educação ambiental e pelo planeamento.

Ao nível do planeamento, alguns instrumentos de âmbito geral estão a ser elaborados, como o PROTA e os PDM'S; outros como os planos especiais de ordenamento exigirão do nós um esforço alargado nos próximos anos. No âmbito dos planos especiais de ordenamento, quatro tipos de instrumentos têm particular relevância: os planos de ordenamento agrário, os planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos das bacias hidrográficas e os planos de ordenamento da orla costeira. Alguns desses instrumentos, como os planos de ordenamento agrário e os planos da orla costeira estão a ser executados para as áreas mais sensíveis e mais relevantes. Todos eles envolvem, para além de projectos de intervenção, a aplicação de regras que são difíceis de aceitar, porque como no caso do tratamento de lixo, a nossa primeira reacção é a de que essas soluções são sempre melhores no quintal do vizinho.

É difícil para as câmaras municipais resistirem ao laxismo no licenciamento de obras em leitos de cheia de ribeiras ou mesmo à construção de projectos públicos em zonas de risco.

Como os benefícios do ordenamento, como os benefícios da florestação não são imediatamente visíveis, mas sim os seus custos. Esses custos são, porventura, mais dificilmente assumíveis por aquelas entidades que estão mais perto dos cidadãos, é contudo necessário que todos sejam capazes de colaborar na geração de compromissos e de procedimentos que são inadiáveis.

A cooperação tem sido aliás a metodologia adoptada mesmo ao nível das medidas curativas como a limpeza das ribeiras. Aí avançou-se com protocolos de cooperação com as Juntas de Freguesia nalguns casos, enquanto noutros se avançou para a adjudicação das intervenções a empresas privadas.

Não existem soluções únicas aplicáveis genericamente a todas as ilhas. Por isso, temos tido a preocupação de privilegiar a operacionalidade e a resolução dos problemas, em vez da adopção de posturas rígidas.

O investimento neste domínio reparte-se, como aliás no caso dos caminhos rurais, entre o programa específico e o programa de calamidades, procurando-se atingir um nível de despesa que seja exequível face à capacidade dos serviços e das empresas.

No conjunto do Programa 25 - Qualidade Ambiental - e do Programa Calamidade-Ambiente o nível de investimento previsto neste Plano a Médio Prazo atinge os 6,8 milhões de contos para o quadriénio.

Para além deste investimento directo da Administração Regional, o lançamento do Plano Estratégico de Resíduos Urbanos permitirá a canalização através das autarquias dum volume considerável de fundos comunitários com impacto directo na melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sem ser exaustivo, procurei percorrer nas três áreas da minha competência, Agricultura, Pescas e Ambiente, alguns temas e das orientações que se reflectem nas opções de distribuição dos fundos disponíveis, sem prejuízo duma maior discriminação nos documentos agora em discussão e dos esclarecimentos já prestados em Comissão e a prestar neste Plenário.

As opções tomadas, têm em consideração as linhas programáticas definidas no Programa do Governo, bem como a evolução no enquadramento externo entretanto verificado. Assumimos a responsabilidade dessas opções, porque governar é decidir! Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar aqui duas questões, que reputo de importantíssimas, relativamente ao sector das pescas.

A primeira diz respeito ao Decreto-Lei n.º 74/96, que criou a Inspeção Geral das Pescas e naturalmente pressupõe que deve ser criada uma Inspeção Regional das Pescas.

O Sr. Secretário aflorou aqui a questão na sua intervenção e eu gostava de perguntar, para conhecimento meu e desta Assembleia, para quando se prevê nos Açores a instalação duma Inspeção Regional das Pescas que é fundamental em relação à preservação dos nossos recursos?

E, a segunda questão, que para mim ainda é mais importante, é a seguinte:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se em reuniões de carácter internacional em que esteve presente ou em contacto com pessoas ligadas ao sector das pescas a nível europeu e mundial, qual é o peso fundamental do facto de nós pescarmos nos Açores com uma arte única que só diz respeito aos açorianos, aos madeirenses e aos bascos e que é uma arte altamente selectiva, que poupa os golfinhos, ao contrário de labéu que se lança sobre nós, que é especial e selectiva, não teremos nenhum prémio, não teremos nenhum mérito, quando agora se vão propôr medidas restritivas à apanha de tunídeos, os Açorianos não terão nenhum mérito pelo facto de usarem uma arte singular, única e selectiva e que, de facto, poupa os cardumes?

Esta questão é fundamental, sobretudo numa altura em que a sub-exploração dos tunídeos vai provocar, com certeza, medidas restritivas.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Dum modo geral não vou fazer qualquer interpelação às afirmações que fez sobre política de Agricultura, Pescas e Ambiente.

No entanto, tenho algumas preocupações específicas, concretamente em relação ao meu círculo eleitoral, a ilha das Flores e gostaria de aqui as colocar, porque reputo-as de muito importantes para o sector que é fundamental para aquela ilha e que intervém directa ou indirectamente sobre a quase totalidade da população da mesma.

Assim, o Governo Regional na reunião que fez, aquando da visita à ilha do Faial, no comunicado refere a adjudicação do matadouro da Ilha das Flores.

No entanto, até este momento não há qualquer intervenção por parte da firma adjudicatária. E, consta-me inclusivamente que o contrato final de entrega da obra ainda não foi efectivamente executado.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional se efectivamente ainda durante este ano, e cumprindo o Plano de 97 em execução, se haverá mais algum passo no sentido de que possamos, duma vez por todas, ver avançar as obras do matadouro das Flores? É evidente e é certo que vejo, tanto no Plano de Médio Prazo como no Plano de 98, referências a este como a outros matadouros.

Ouvi com atenção a referência do Sr. Secretário Regional aos problemas da qualidade dos nossos produtos e a certificação da carne, mas é evidente que só vamos ter qualidade de produtos se efectivamente tivermos infraestruturas que permitam uma tecnologia dos produtos que colocamos nos mercados, quer seja no mercado local quer seja no mercado externo. Por isso mesmo, é uma preocupação que eu gostaria aqui de manifestar e de ver feita uma referência por parte do Sr. Secretário.

Um outro aspecto que gostaria também que fosse referido tem a ver com o saneamento financeiro das empresas ligadas ao sector primário e com problemas difíceis.

É evidente e reconheço que durante este ano foi feito um esforço importante, por exemplo, no saneamento e nos apoios concedidos à União de Cooperativas das Flores que, aliás, já vinham do passado e que continuaram durante este ano. Gostaria de saber se o Governo Regional está disposto a continuar a dar o contributo, que reputo de muito importante, no que diz respeito a determinados compromissos assumidos no passado e que penso que têm que ser respeitados por este Governo Regional? Estou a referir-me concretamente a apoios à Fábrica de Lacticínios.

Em relação à Agricultura preocupa-nos que os factores de produção, essencialmente os cereais e os seus derivados, mais concretamente as rações, tenham preços diversos nas diferentes ilhas da Região. E, penso que não erro se disser que há alguns anos houve apoios, através do POSEIMA, em relação aos transportes, concretamente dos cereais e das rações. Reconheço que é uma matéria que tem alguma complicação, mas, no entanto, penso que terá que se equacionar essencialmente na diferença de preços de transportes do Continente para a Região e dentro desta, no sentido de que os agricultores possam ter esses factores de produção a preços semelhantes nas diversas ilhas, porque é impossível competir na ilha das Flores na produção de carne com, por exemplo, S. Miguel se os preços dos cereais e das rações com que

alimentamos os animais, são muito diferentes numa ilha e noutra. Esta era também uma preocupação que gostaria de colocar aqui ao Sr. Secretário.

Em relação ao combate a diversas infecções e às campanhas de controlo sanitário e referidas pelo Sr. Secretário, não sei até que ponto é que se está tão somente virado, com uma atenção redobrada, para o problema da brucelose e se esquece doutras infecções que têm que ser controladas. Não é nenhuma afirmação que estou a fazer. É uma questão que ponho, porque efectivamente todos nós sabemos as consequências que tivemos e que continuamos a ter, pelo facto de termos durante muitos anos convivido com a brucelose. É evidente que há que reconhecer o esforço na sua erradicação e a necessidade imperiosa dessa erradicação, mas temos que nos preocupar com o controlo sanitário efectivo que tem que haver em todas as nossas ilhas.

Isto tem também a ver com outro aspecto que é o modo como estão providas, no Plano, as acções que têm a ver com esse combate e com esse controlo fundamentalmente aos nossos bovinos, porque quando eu, por exemplo, vejo que na sanidade animal, e vou outra vez especificar as Flores, porque é aquela que eu conheço melhor e é mais fácil para mim fazer essas comparações, apenas 7.500 contos para este ano, considero ser uma verba que temos que considerá-la mais baixa se olharmos para o passado.

Isto, quer dizer que, efectivamente, os controlos sanitários são impossíveis de fazer-se com esta verba e preocupa-nos que esses controlos não se possam fazer por falta de verba, como também, por exemplo, em relação ao melhoramento animal, em nosso entender, essas verbas podem ser exageradamente pequenas para o muito trabalho que há a fazer neste sector.

Em relação aos problemas que têm a ver com as Pescas, o Sr. Secretário refere os portos pesqueiros e eu verifiquei, quer no Plano de Médio Prazo quer no Plano para 1998, referências aos portos pesqueiros das Flores, concretamente o porto pesqueiro junto ao porto das Lajes, o porto de Santa Cruz e o porto de Ponta Delgada.

No entanto, também nos preocupa a verba que está inscrita - e não vou referi-la - porque penso que é uma verba muito pequena e duvidamos que essas obras se possam fazer com verbas minguadas.

Aliás, esta é uma matéria que o Sr. Secretário Regional conhece perfeitamente, porque quando o Governo visitou as Flores as pessoas que lá estavam levaram-no a verificar estas situações, concretamente o caso das Lajes e também o de Santa Cruz, que são complicadas e que merecem acções imediatas, porque qualquer dia os barcos não podem varar se continuarmos a não nos preocuparmos com a limpeza necessária nesses portos. Por isso mesmo, pensamos que são medidas muito urgentes, mas para serem feitas necessitam, efectivamente, de verbas suficientes.

Um outro aspecto que me preocupa também neste sector, tem a ver com as redes de frio que ainda hoje são necessárias serem mantidas no sector público.

No caso concreto da Ilha das Flores a única existente de apoio às pescas e a funcionar, encontra-se junto ao porto das Lajes e pertence à Região Autónoma dos Açores. Esta rede de frio está mais que ultrapassada, porque o tempo de funcionamento daquela rede ultrapassou todas as capacidades técnicas de manutenção e podemos considerar um milagre técnico ainda hoje aquela rede funcionar. Inclusivamente este ano já passaram por lá técnicos que disseram claramente, para quem os quis ouvir, que aquela rede tem de ser alterada.

Neste momento, sei que existem algumas pequenas alterações, mas penso que são alterações muito diminutas porque naquela situação acho que deve ser feita uma alteração radical.

Seria muito interessante se houvesse alguém do sector privado que quisesse investir nesta área, mas temos que olhar à dimensão e ao movimento gerado nas nossas ilhas. A realidade é que não existe e durante muito tempo é natural que não exista.

Portanto, em nosso entender a Região tem um papel importantíssimo no que diz respeito a este apoio que é fundamental para o pequeno pescador.

Por isso mesmo, gostaria de colocar ao Sr. Secretário a seguinte pergunta:

O que pensa a Região fazer, para resolver esta situação que é muito complicada?

Por outro lado, o Sr. Secretário também referiu na sua intervenção o apoio às embarcações de pesca artesanal.

Pensamos que é fundamental, mas também pensamos que teria de haver, da parte da Secretaria Regional, uma melhoria no apoio técnico à elaboração de processos,

porque muitos dos nossos pescadores, fundamentalmente, o que sabem fazer é pescar e sabem pescar bem.

Agora, quando lhes pedem projectos ou papéis, sejam eles quais forem, aí podem surgir as dificuldades. E, uma região que está firmemente empenhada em apoiar os pescadores, no que diz respeito à melhoria das suas embarcações, tem de fornecer também o apoio técnico necessário para a elaboração de todos os processos, ou efectivamente esses processos não chegam a ser elaborados. Este era também um dos problemas que queria colocar ao Sr. Secretário Regional.

Finalmente, em relação aos problemas do Ambiente, tenho também algumas questões a colocar, porque efectivamente em ilhas como as nossas, neste momento e cada vez mais, o ambiente é um sector que tem de merecer toda a nossa atenção e empenho.

Já várias vezes aqui referi e volto a referir: venho duma ilha onde existem ainda lixeiras a céu aberto. E, até que enfim, há pouco tempo as actuais autarquias entenderam-se em relação ao local. Portanto, houve um entendimento entre todas as partes relativamente ao local e tudo parece estar bem. Mas, neste momento, a bola foi passada para a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, ou seja, a bola actualmente encontra-se na Direcção Regional do Ambiente.

A pergunta que eu faria ao Sr. Secretário, é se, de facto, o Governo Regional, através da Direcção Regional do Ambiente, está seriamente interessado em utilizar os seus técnicos para, conjuntamente com as autarquias locais, poderem, duma vez por todas, resolver o problema do aterro sanitário da Ilha das Flores, porque é impensável continuar-se a falar naquela ilha, em turismo e continuar-se a falar em ambiente, sem, de uma vez por todas, estar resolvido o problema dos resíduos sólidos?

Ainda, em relação ao Ambiente gostaria de aproveitar esta ocasião para manifestar a minha preocupação em relação à limpeza das ribeiras, e aqui penso que, da parte do Governo Regional, na Ilha das Flores, tem havido uma falha na execução daquilo que foi aprovado no Plano de 1997.

Sabemos que tem havido uma ou outra intervenção esporádica, mas não conhecemos nenhuma intervenção de fundo relativamente a este problema, que é muito importante para aquela ilha, como, aliás, ficou provado em relação às calamidades que nós tivemos e que tiveram a ver não só com as abundantes chuvas que caíram, mas

também com a falta de limpeza das ribeiras e das mães d'água que estavam atolhadas de detritos e provocaram muito daquilo que aconteceu.

Por isso mesmo, gostaria de saber se, efectivamente, este problema será visto no próximo ano, duma maneira mais forte e mais acutilante, do que aquilo que se fez em 1997, porque nesta matéria a ilha das Flores necessita de muitas e grandes intervenções e elas ainda não chegaram.

Um outro problema ou antes uma preocupação que gostaria de colocar e que julgo que também tem a ver com o ambiente e que diz respeito à eutrofização das lagoas e no caso concreto das Flores, à limpeza da Rocha dos Bordões.

Esta é uma matéria em que o ambiente tem de ter uma intervenção forte e determinante.

Portanto, gostaríamos de ouvir o Sr. Secretário Regional sobre esta questão que reputamos de muito importante para a nossa ilha.

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente referiu na sua intervenção que a limpeza das ribeiras é uma acção muito importante, para que se possa evitar os prejuízos que aconteceram com as calamidades na Região Autónoma dos Açores.

A questão que lhe queria pôr era a seguinte:

Para Santa Maria, no Plano a Médio Prazo estão previstos 1.050 contos e para o ano de 1998 cerca de 400 contos.

Sei que desde há um ano não há a mínima intervenção nas ribeiras na Ilha de Santa Maria e nestes últimos meses houve grandes chuvadas e elas encontram-se, de facto, muito entulhadas, acrescentando-se a este facto mais um problema: é que os próprios Serviços Florestais ainda não receberam as competências para actuarem nesta área. Apenas foi transferido um funcionário, que é um "guarda ribeira", para os serviços, mas a nível das competências elas ainda não foram transferidas.

Sabemos também que os Serviços Florestais, em Santa Maria, não têm, neste momento, capacidade, tanto humana como técnica, para fazerem uma intervenção

profunda na limpeza das ribeiras e o que lhe perguntava era se, de facto, esta verba é suficiente?

Eu acho que é insuficiente, porque neste momento é necessária uma acção profunda e imediata, para que depois não venhamos todos gritar que as ribeiras não estavam limpas, que choveu muito e que houve uma série de prejuízos. E, geralmente quando isto acontece, a reparação destes prejuízos são sempre mais agravantes em termos de custos do que a própria limpeza.

A própria transferência de competências tem gerado algumas dúvidas e alguma confusão na própria ilha, porque ainda há pouco tempo saiu num jornal local, uma pessoa que acorreu a diversos departamentos e foi empurrado de departamento para departamento, porque ninguém sabia de quem era a responsabilidade duma situação que ele estava alertando e que estava quase a afectar uma residência.

Uma outra questão que lhe queria colocar também era se o concurso para o abastecimento de água a Santa Maria já foi aberto ou se faz parte desta verba de 15 mil contos que está contemplada para 1998?

Ponho esta questão, porque no comunicado do Governo, em Setembro, aquando da visita à ilha de Santa Maria, dizia-se que ia ser aberto o concurso sobre este projecto de abastecimento de água.

Uma outra questão refere-se a uma verba de 5.200 contos que se destina ao matadouro e gostava de ser esclarecido sobre a finalidade desta verba, porque no Plano está escrito que é para beneficiação das instalações.

Portanto, queria perguntar-lhe se neste momento o Governo, passado um ano, - e esta era uma questão que se levantava aqui todos os anos em termos de reivindicação pela bancada do Partido Socialista - já encontrou inclusivamente o terreno para instalar esta unidade?

Muito obrigado.

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado António Silva Melo.

Deputado António Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava levantar ao Sr. Secretário três questões relacionadas com a área ambiental:

A primeira prende-se com um aspecto que eu acho muito importante neste domínio que é o da formação e a minha pergunta era se o Sr. Secretário poderia pormenorizar o que foi feito este ano e o que está pensado para ser feito nos próximos anos neste domínio?

A segunda questão relaciona-se com a Lagoa do Fogo.

Esta Lagoa para mim tem uma ligação especial, porque todas as semanas vou lá cima como uma forma de terapia mental e aflige-me ver as encostas da Lagoa depravadas no que respeita às leivas.

Durante anos e anos todos nós sabemos que durante o dia e à vista de todos e sem controle, as leivas foram sendo retiradas daquela Lagoa e desejava saber que legislação está a ser preparada neste domínio, para se evitar, de uma vez por todas, o roubo das leivas?

A terceira e última questão que gostava de pôr, prende-se com as competências dos guardas florestais.

Todos sabemos que antes do 25 de Abril os guardas florestais nestas ilhas foram um corpo de funcionários que teve um papel preponderante na florestação das ilhas, sobretudo de S. Miguel, e na defesa da floresta. Aos poucos foram sendo esquecidos e estavam a bem dizer inoperantes, aquando da tomada de posse deste Governo.

Posto isto, desejava saber se o Sr. Secretário tem medidas concretas para que este corpo de funcionários volte a ter o papel preponderante que teve, até porque, e no meu entender, os guardas florestais podem ter um papel também preponderante na defesa do ambiente.

Eram estas três questões que gostava de levantar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

A questão que queria colocar relaciona-se com o novo matadouro da Ilha de S. Jorge. O Governo Regional no passado mês de Julho, quando visitou a ilha de S. Jorge, referia no comunicado do Conselho do Governo o início da construção do novo matadouro na ilha de S. Jorge durante o corrente ano.

Pouco meses depois, quando apresentaram a Proposta de Plano a Médio Prazo e Plano e Orçamento, este investimento desapareceu.

Perguntamos para onde foram ou vão os 80.526 contos do Plano e Orçamento de 1997?

Perguntamos também o que é que os Srs. querem fazer com 37 mil contos para rescisão do contrato, muito habilidosamente colocando como a rescisão do contrato do matadouro das Velas e beneficiação do matadouro da Calheta?

É uma habilidade, mas não pega, ou seja, querem tentar desviar as atenções e o Governo e o Partido Socialista não têm a coragem de ir lá e assumir que o matadouro não é para se fazer, nem nas Velas, nem na Calheta.

A questão é esta e então tentam criar como que uma guerra entre concelhos e depois aparecem algumas notícias na comunicação social, dizendo que o matadouro não vai para as Velas, mas sim para a Calheta, que uns pensam assim e outros pensam assado.

A questão não é essa, a questão é que o matadouro não é para se fazer, no que dá a entender por esses documentos.

O esclarecimento que gostaria de ter, e penso que os jorgenses o merecem, por parte do Sr. Secretário, é se pretendem ou não fazer um novo matadouro?

Não está aqui em causa a localidade de implantação, mas sim em discussão, se é para fazer ou não o matadouro. E, pergunto o que é que vão fazer com 37 mil contos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu queria colocar aqui ao Sr. Secretário duas questões, porque fiquei com algumas dúvidas da leitura que fiz dos documentos e a primeira prende-se com o Projecto 6.1 que diz respeito à modernização da frota.

A esse respeito queria colocar ao Sr. Secretário a seguinte questão:

Se o Sr. Secretário me podia informar de quais os critérios que presidiram à desagregação dessas verbas no Plano de Médio Prazo? Isto por uma razão muito simples, de que embora sabendo que a maioria da verba desse projecto é uma verba

que está inscrita no não desagregado, por razões que também percebo, todavia há ilhas onde o volume de pescado é muito maior do que outras e aparecem aqui com uma dotação inferior. Para isso deve ter havido alguma razão e algum critério que gostaria de conhecer se fosse possível.

Por outro lado, Sr. Secretário, prevê-se no PMP, entre modernização e construção de grandes e pequenas embarcações, um volume que dá qualquer coisa como 332 embarcações. Para isso existe uma verba no PMP de 1,5 milhões de contos. Naturalmente que esta verba corresponderá a uma percentagem de cofinanciamento e eu gostaria de saber, por um lado, se assim é, porque senão a verba inscrita andarà à volta de 4 mil contos por embarcação, tendo em conta o número apresentado no PMP, e por outro, dizia-se, de facto, que corresponde apenas a uma comparticipação. Posto isto, eu gostaria de saber qual o montante dessa comparticipação e donde provém a restante parte do financiamento?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ouvi atentamente na sua intervenção as preocupações, quanto ao futuro da política agrícola comunitária.

Certamente deveremos estar atentos ao que se irá passar após o ano 2000, mas subsistem duas preocupações: o que acontecerá com a política agrícola regional, durante os próximos anos a até à entrada em vigor do conteúdo da "Agenda 2000" e, com isto, é preciso tomar posições que são de política agrícola regional.

Dos documentos em apreço, é obvio que fizemos a comparação da actual Proposta de Plano a Médio Prazo, nos quatro programas dirigidos ao sector agrícola, com os documentos então apresentados há cerca de seis meses a esta Assembleia e existe, de facto, uma redução substancial das verbas atribuídas ao sector agrícola, nos quatro programas a que dizem respeito e existe, penso eu, uma alteração de opções dentro dos próprios programas.

A minha questão situa-se em relação ao programa da transformação e comercialização que, como se sabe, visa os apoios à agro-indústria e aos matadouros

em que existe, de facto, um reforço substancial das verbas relativamente ao que estava previsto há seis meses atrás, ao contrário, por exemplo, das dotações destinadas ao apoio ao investimento, aquele que é importante para incentivar ou contribuir para a modernização das empresas agrícolas, existe uma redução desses valores.

Aliás, bate certo com a alteração preconizada recentemente pela Secretaria Regional, quanto ao antigo PEDAPA, onde a Portaria 25/95, agora Portaria 82/97, de 30 de Outubro, prevê uma redução substancial no montante máximo de investimento ilegível, que era então de 25 mil contos por cada candidatura, passando agora para 20 mil contos, incluindo o somatório de outros investimentos já efectuados, ao abrigo da legislação em vigor desde 1989. Nesse programa de apoio ao investimento, além da redução do montante de investimento ilegível, há apenas a hipótese dos agricultores apresentarem tão só uma candidatura até ao ano 2000.

Além disso, os períodos de candidatura que estavam situados em Fevereiro, Junho e Outubro, passarão apenas a um período de candidatura para acesso a esta Portaria que visa o apoio ao investimento.

As minhas preocupações são, obviamente, no sentido de que nos documentos em apreço, há uma forte vontade de condicionar o investimento privado ao nível das explorações agro-pecuárias.

Uma outra questão, da qual nós dependemos na nossa relação do financiamento da União Europeia, tem a ver com o que se passará com o POSEIMA Agrícola.

De facto, não há qualquer estratégia, pelo menos apontada nos documentos que estão em discussão, sobre o que se irá passar com o POSEIMA Agrícola até ao final do II QCA. Há apenas uma referência em relação ao POSEIMA Ambiente, o que nos deixa algumas dúvidas sobre o que se poderá passar até ao final deste II QCA.

Em relação à promoção de produtos açorianos, gostaria de deixar também algumas interrogações.

Foi referida e muito bem a importância da qualidade, da imagem e da promoção dos nossos produtos nos mercados exteriores, e acaba de ser concretizado um novo contrato de promoção dos produtos açorianos com uma grande rede de distribuição no território continental. Aliás, é uma segunda tentativa para superar o insucesso que

havia sido anunciado em Maio do ano passado, pois não foi possível concretizar a tão propalada campanha de promoção, que duraria um ano, junto do grupo Jerónimo Martins. Esperamos que esta segunda tentativa vingue, mas tenho algumas dúvidas, porque a Região fica sujeita a uma situação de exclusividade de promoção dos produtos açorianos naquela cadeia de distribuição.

Perguntaria se, porventura, outras iniciativas, junto de outros operadores de distribuição ou de comercialização no Continente e na Madeira, poderão ser apoiadas pela Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente?

Esta interrogação subsiste, porque a dotação de 110 mil contos que existe, por exemplo, no Plano para 98 não é sequer suficiente para pagar o que está anunciado, de acordo com o volume de vendas previsto, neste contrato recentemente acordado com essa rede de distribuição do Continente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime de Medeiros.

Deputado Jaime de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de pôr algumas questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

A primeira tem a ver com o estado eutrófico das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas.

O Partido Socialista quando oposição elegia como bandeira o ambiente.

Os governos anteriores do Partido Social Democrata iniciaram um processo de recuperação dessas lagoas, implementando medidas colectivas. De entre as medidas colectivas, destaco o arejamento da Lagoa das Furnas e o corte de algas na Lagoa das Sete Cidades, faltando uma que não deu tempo de se concluir, que era a construção de bacias de retenção, para evitar que os caudais chegassem ao plano de água.

Neste Plano a Médio Prazo não encontro nada que diga respeito à construção dessas bacias de retenção. Poder-me-á dizer, Sr. Secretário, que o vosso projecto é outro, mas não é verdade, porque no último simpósio que houve sobre este tema, V. Exa. na altura e depois deste seminário admitiu que o processo que estava a ser implementado era correcto.

Portanto, a questão da construção de bacias de retenção continua a justificar-se, mas não aparecem no Plano.

No que diz respeito às medidas preventivas, o anterior governo do PSD, também adjudicou o estudo do ordenamento das bacias hidrográficas das duas lagoas e esse estudo contemplava um plano de utilização dos solos com regulamento. Entretanto esta Assembleia aprovou um Decreto Legislativo Regional que contemplava medidas preventivas num determinado período para aquelas zonas.

Ao ler o relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano e sobre as declarações que o Sr. Secretário prestou aquando da audição, verifico que o Sr. Secretário já contactou com a Universidade e que estão a alterar o contrato, na medida em que esse contrato só previa a criação de medidas cautelares. Das duas uma:

Ou o Sr. Secretário não se explicou bem ou a Comissão não redigiu convenientemente aquilo que V. Exa. lá proferiu.

Portanto, gostava que ficasse esclarecido em que situação é que isso se encontra?

Uma outra questão que tem a ver com o plano de ordenamento do território.

Há um ano nesta Assembleia, quando se discutiu o Programa do Governo, afirmaram que o PROTA nunca mais ficava pronto. Eu nessa altura disse que, aquando da saída do governo do PSD, o documento estava pronto, faltando apenas algumas colecções na cartografia.

Ao ler o relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano e ao avaliar as declarações de V. Exa. verifico que lá diz: "o PROTA está quase pronto, faltando alguns pormenores de cartografia". Daqui, podemos inferir que durante um ano não se fez nada. Talvez não seja assim, mas gostaria que V. Exa. explicasse.

Quanto às orlas marítimas:

- Orla marítima de Água D'alto/Rocha dos Campos.

Havia um projecto que estava a decorrer sobre a estrada e aquelas casas que estão na iminência de ruir e gostaria de saber em que pé é que isso se encontra?

- Orla marítima da Atalhada.

Caíu metade da estrada e muito dificilmente se passa por lá. Gostaria de saber em que pé é que isso está?

- Orla marítima das Lajes do Pico.

Em finais de 96 o Laboratório Nacional de Engenharia Civil tinha encontrado a solução definitiva para a protecção da orla marítima das Lajes, na ilha do Pico, faltando implementar o estudo de impacto ambiental e depois adjudicar a obra. Constatou-se que foram abertas propostas com o estudo do impacto do ambiente. Tudo isto está correcto, mas as verbas inscritas no PMP não são suficientes para até ao ano de 2000 resolver em definitivo este problema.

- Orla marítima da Praia da Graciosa.

A estrada regional 1-1.^a está na iminência de ruir por falta de protecção. Em que pé se encontra esta situação?

Portos de pesca:

- Porto de pesca de S. Miguel.

Ontem o Sr. Secretário Regional da Economia disse que é no fundo do saco do Porto de Ponta Delgada. Disse também que só para o ano 2000 é que a situação estará resolvida.

Este é o porto de pescas onde se descarrega o maior volume de pescado em toda a Região.

O argumento de só ser no ano de 2000 é de que estão a examinar os estudos que já se efectuaram.

Sobre isto estamos entendidos. Até ao ano de 2000 continuará a imperar a lei da selva naquele porto.

Existe uma outra questão que é extremamente importante.

Os governos anteriores do PSD adjudicaram o porto de pescas de Rabo de Peixe e o porto de pescas da Ribeira Quente e esperávamos que este Governo, porque não se pode fazer tudo de uma só vez, fizesse algo no porto de pescas de Vila Franca.

No Plano não consta nenhuma verba nem nenhuma intenção de actuar na área deste porto.

Pergunto-lhe se foi esquecimento ou se, de facto, tem alguma pretensão relativamente a esta questão?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, na sua intervenção fez referência que relatórios de organismos científicos internacionais apontavam para que algumas das espécies, nomeadamente dos plágicos, se encontravam em situação exponencialmente frágil e deu o exemplo do rabilho e do espadarte, espécie essa que já no presente ano os Açores têm uma quota, referiu que uma outra espécie em que há sobrecaptura, penso que se estava a referir logicamente ao patudo.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se estas preocupações que relatou a nível internacional, não estão em contradição com os objectivos que estão referidos no PMP, no sector das pescas, nomeadamente quando refere que deverá dirigir a captura dos tunídeos no Inverno, situação perfeitamente viável, desde que estejam reunidas as condições exigidas para tal.

Perguntava-lhe que condições são essas? Se são alterações nas condições das embarcações? Se o são, o que é que está previsto vir a ser feito na vigência do PMP?

Por outro lado, e aqui é que me parece ainda um pouco mais contraditório, quando refere que o esforço de pesca tenderá a ser aumentado, nomeadamente dirigindo-a para outras espécies, como sejam os grandes plágicos migradores. Ora, havendo por parte dos organismos internacionais indicações no sentido de não haver um aumento de captura dessas espécies, perguntava-lhe se existe ou não aqui uma contradição, entre as indicações a nível internacional e os objectivos referidos no Plano?

A safra do atum em 97 infelizmente não correu bem.

Foi uma má safra, embora se tenha iniciado muito bem e levou até que, por parte do seu gabinete, em meados de Julho, desse uma informação referindo que a safra tinha começado bem e que até àquela data era a melhor safra dos últimos anos. Parece que o atum ouviu essa mensagem e resolveu mudar de destino.

Infelizmente a safra não correu bem e isso traz consequências, como o Sr. Secretário referiu, graves para as unidades conserveiras, nomeadamente para as indústrias de transformação.

O Sr. Secretário também referiu que havia necessidade de proceder a uma inspecção e fiscalização. Contudo, gostaria de saber se com estas baixas capturas a manterem-se com nível mais elevados, como é que pensa resolver a situação das unidades industriais? Refiro-me concretamente à unidade sediada no Faial que este ano laborou

muito poucos meses, devido à safra não ter sido boa e uma vez que é uma das duas indústrias que existem na ilha e que, de facto, tem graves consequências na economia local.

Relativamente à investigação que é fundamental e importante, como é de todos nós reconhecido, no PMP existe uma verba de 150 mil contos para a instalação do Departamento de Oceanografia e Pescas, distribuída pelos três anos que faltam com uma verba de 50 mil contos em cada ano.

Julgo que esta verba inscrita é meramente para colaborar com a Universidade dos Açores, porque sei que essas competências são da própria Universidade. Gostaria de perguntar quais os timings que há relativamente ao avanço do processo da construção das instalações do DOP e se, por acaso, tem alguma informação de que a transferência dos 3,2 milhões de contos, anunciados pelo Governo da República, para a Universidade dos Açores contempla ou não o Departamento de Oceanografia e Pescas?

Relativamente aos portos da Feteira e Varadouro, refiro que está inscrita a verba 1.250 contos para o ano de 1998.

Deputado Francisco Sousa (PS): Bem bom!

O Orador: Perguntava ao Sr. Secretário Regional, e porque tenho lido algumas informações, nomeadamente do Conselho do Governo realizado na cidade da Horta, o que pensa fazer com esta verba nestes dois portos de pesca?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jaime de Medeiros acabou de me dar uma ajuda e, por isso, a minha intervenção vai ser muito breve.

Primeiro a defesa da orla marítima das Lajes do Pico.

O Sr. Deputado Jaime Medeiros já fez o historial, mas penso que ele se enganou, porque disse que as verbas que lá estavam inscritas não davam para executar a obra.

A menos que, no meio de tanta folha avulsa que nos chegou para alterar esses documentos, tenha vindo alguma que eu não tenha notado, não existem lá é verbas nenhuma.

Ontem o candidato socialista à Câmara das Lajes do Pico anunciou "urbi et orbi" que os deputados socialistas iam fazer inscrever 300 mil contos para essa obra importantíssima para aquela Vila.

Aguardo a confirmação nesta Casa, de facto, dessa inscrição que, embora não dando para executar tamanha obra, é um sinal de boa vontade que o Governo não quis demonstrar ao elaborar o Plano, demonstrando de facto que não tem vontade política para executar esta obra.

Como acabou de dizer o Sr. Deputado Jaime Medeiros, esta obra foi adiada um ano e não fomos nós que dissemos; tem sido o Governo que tem dito bastas vezes que chegou a hora do Pico. E, há dois meses atrás o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos dizia no Pico, numa inauguração das tais obras da "pesada herança", no final da sua intervenção (crescendo um palmo!), "o Pico não será mais uma ilha adiada". Pois a orla marítima já foi adiada um ano.

E, já agora para ficarmos só nas questões do ambiente o que é que foi feito sobre a Paisagem Protegida da Vinha do Pico? Está ou não está adiada?

A Paisagem Protegida da Montanha do Pico.

Os núcleos que estão propostos para classificação como Património Mundial, as lagoa e as ribeiras estão ou não estão adiadas?

Muito obrigado.

Vozes do PS e do Governo: Não estão não senhor!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional :

Eu tinha aqui uma série de questões para lhe pôr, mas elas já foram severamente prejudicadas com as intervenções aqui da nossa bancada, o que me satisfaz bastante pela quantidade enorme de perguntas que foram feitas, o que prova a preocupação bastante evidente do Partido Social Democrata sobre o ambiente.

A primeira questão que tinha para lhe pôr tem a ver com a ocupação do território e que o Sr. Secretário manifestou preocupação e que, aliás, já foi aqui referido, mas quero novamente repisar o assunto, só para lhe dizer como é importante este Plano de Ordenamento do Território. Por exemplo, aqui há tempo estive cá na Assembleia o

Plano da Protecção Florestal e que por duas vezes veio cá e por duas vezes voltou. Estou convencido que se tivéssemos este plano pronto era muito mais fácil legislá-lo. Isto foi só para lhe dar um exemplo de como é muito importante este Plano.

O Sr. Secretário também falou na cooperação e isto fez-me lembrar automaticamente o relacionamento que a sua Secretaria tem tido com as Associações de Defesa do Ambiente.

Por isso, gostaria de saber como é que se tem processado o relacionamento, bem como os apoios?

Nesta questão da cooperação tenho informações, não tenho a certeza e não tenho nenhum documento, mas o Sr. Secretário vai ter a oportunidade de me confirmar, de que, aquando do VIII Encontro da Educação Ambiental em Alcanena, em 2 e 5 de Outubro, a Secretaria, através da Sra. Directora Regional do Ambiente, não quis que o XIX Encontro se realizasse nos Açores. Não tenho a certeza absoluta, mas tenho essa informação e gostaria que o Sr. Secretário me confirmasse ou não? E, para adiantar um pouco mais, o Sr. sabe que, apesar dessa declaração da Sra. Directora Regional, afinal esse encontro vai acabar por ser feito aqui no Faial, através duma associação local de defesa do ambiente.

Governar é decidir. Foi, aliás, a expressão com que o Sr. Secretário terminou a sua intervenção e com a qual concordo inteiramente.

É necessário começar a decidir rapidamente na questão das eutrofizações das lagoas. É um problema que nos preocupa e que sempre nos preocupou. Aliás, toda a gente nesta Casa naturalmente deve estar sensibilizado para esta questão. E, como governar é decidir, quero perguntar ao Sr. Secretário se realmente a sua Secretaria vai ou não classificar a Gruta do Carvão, classificação que foi proposta aqui há dias à sua Secretaria por uma associação de defesa do ambiente de S. Miguel?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

A minha questão é a seguinte:

Como já há pouco foi aqui dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, a limpeza das ribeiras das Flores no ano em curso limitou-se a atacar os problemas mais urgentes e um bocado na base do voluntarismo de cooperação entre serviços florestais, desenvolvimento agrário, autarquias e até particulares, que, aliás, penso ser louvável, o que demonstra a sensibilidade dos florentinos para um problema que os aflige, dada a forte pluviosidade que cai nas Flores.

Estou consciente que o Governo tem esta preocupação em mente, porque, ao olhar para o Plano para 1998, constato que no Projecto - Calamidades/Ambiente - Acção - Protecção dos Recursos Hídricos, a ilha das Flores está contemplada com 154 mil contos, o que julgo ser uma verba significativa. Esta verba destina-se à desobstrução dos leitos e realização de obras de hidráulica.

A minha questão é esta: os serviços dependentes da Direcção Regional de Ambiente nas Flores têm apenas um funcionário e, além duma viatura ligeira, não dispõem de qualquer equipamento.

Assim sendo, gostava que me informasse bem como esta Câmara se a realização dos trabalhos que esta verba propõe será feita nos mesmos moldes que foi este ano? Se vão ser dotados de meios humanos e materiais? Se vão ser celebrados contratos de empreitada para a realização dos diversos trabalhos? Ou se isto passa, eventualmente, pela revisão da orgânica e, portanto, pela cooperação interdepartamental dentro da sua Secretaria?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Finalmente estão a realizar-se nos portos de pesca de Santa Maria algumas obras. Obras que servem para acabar e melhorar os trabalhos feitos pelos governos anteriores do PSD, nomeadamente os portos da Maia e Anjos, o que quer dizer que elas foram mal feitas, porque nesta Casa foram dadas por concluídas num relatório de execução. Era na altura Secretário o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Portanto, para além destas obras nos portos de Maia e Anjos e, finalmente, o início das obras no porto de S. Lourenço, perguntava se se prevê alguma obra no porto de Vila do Porto, relativamente à construção de casas de apresto?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso é para dar uma respotazinha afirmativa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura:

O queijo típico do Pico é um produto que já tem alguma fama nos Açores e que representa em termos sociais e até culturais muito para os picoenses.

É um produto que, pelas suas características, tem vindo a ganhar mercado, mas também pelas suas peculiaridades tem alguns problemas, nomeadamente em termos de conservação, em termos de comercialização, da rede de transportes e distribuição.

No entanto, o processo que foi iniciado há alguns anos tem levado à melhoria gradual desta produção, garantindo uma fonte de riqueza para a agricultura picoense e garantindo também disseminação em termos produtivos das unidades, não havendo concentração em grandes unidades, e mantendo a teia social e cultural que está associada a este produto.

Tendo em conta que, aquando da última visita do Governo à ilha do Pico, foi prometido, e que seria coisa de poucas semanas, a entrada em funcionamento do laboratório existente junto às instalações do IAMA nas Lajes do Pico; e, tendo em conta que as informações mais recentes que existem fazem supor que para a certificação deste queijo, tão importante comercialmente, seja necessária a introdução de pasteurizadores e isto tem sido uma medida tentada através do IAMA que até já propôs aos membros da Associação de queijo Típico um sorteio meio envenenado dum pasteurizador, para ver se introduziam o tal pasteurizador no circuito do queijo do Pico.

Portanto, como é que vamos continuar a produzir este queijo com pasteurizadores e sem ser com leite cru, que vai alterar completamente as suas características, gostaria de saber qual é, na sua opinião, a assunção para que, continuando a ter um queijo do Pico e certificado para melhoria em termos comerciais, não tenhamos que introduzir nele a pasteurização que vai aniquilar completamente as características e a tipicidade

deste produto e que neste momento já preocupa muitos produtores agrícolas, nomeadamente neste sector, da ilha do Pico?

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com perguntas em excesso, entre 44 e 45, e perguntas das mais variadas, vou ter alguma dificuldade em atender a todas no espaço que me está concedido.

Deste modo, vou começar pelas primeiras.

O Sr. Deputado Manuel Serpa perguntava: quais são as orientações no que respeita à Inspeção-Geral de Pescas?

Eu disse na minha intervenção que no passado se transferiram competências para a Região sem a correspondente transferência de meios.

Por outro lado, também ao nível interno não se fez a necessária adaptação que permitisse a instalação da Inspeção Regional de Pescas.

Esta legislação, em termos de orgânica está feita, está incluída na revisão da orgânica da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Portanto, do ponto de vista da orgânica está criada a possibilidade de funcionamento dessa inspeção.

Do ponto de vista material, também permite a criação de lugares nesse âmbito, em termos de recursos humanos.

Simultaneamente com a cooperação da Secretaria de Estado das Pescas, alargou-se aos Açores alguns sistemas que já estavam em vigor a nível nacional, nomeadamente os sistemas, definidos por mim, de monitorização de embarcações por satélite, o MONICAP e o sistema de informação que é o SIFICAP.

Deste ponto de vista, nós podemos dizer que 1998 será o ano da instalação da Inspeção Regional de Pescas, quer em termos informáticos quer em termos humanos, etc..

Portanto, isto significa também que passaremos a estar dotados de capacidade para intervir no circuito de planeamento das acções de fiscalização que, aliás, tive já ocasião de promover diversas reuniões, tanto com o Sr. Secretário de Estado das

Pescas como o Sr. Secretário de Estado da Defesa, no sentido dos Açores serem integrados no circuito nacional de planeamento dessas acções e de atribuição de meios.

A defesa da Região levou-me a apresentar propostas de aumento, sobretudo dos meios aéreos disponíveis na Região e a localização de, pelo menos durante um determinado período do ano, alguns desses meios aéreos no aeroporto militar das Lajes, o que possibilitaria uma economia de esforços.

Assim sendo, podemos dizer, e respondendo precisamente à sua pergunta, que 1998 é o ano de início da Inspeção Regional de Pescas.

No que respeita às vantagens que temos, relativamente aos métodos de pescas específicos, nomeadamente as artes utilizadas no âmbito da pesca do atum, eu diria que neste momento já temos algumas vantagens e essas vantagens são, em primeiro lugar, de natureza comercial, ou seja, os nossos produtos, por via das artes utilizadas e por não serem agressoras para com os golfinhos, conseguem nos mercados internacionais terem preços mais elevados do que teriam noutras circunstâncias.

Em termos do ambiente negocial, face aos relatórios científicos que referi, é importante dizer que nestes fóruns ninguém tem pena de ninguém e cada um procura defender os interesses dos seus países e das suas regiões.

Este é um argumento que não dá força moral sobretudo face a países e a frotas que têm práticas de pesca que atingem sobretudo os juvenis com a utilização de artes de cerco, nomeadamente no Golfo da Guiné, que são altamente desfavoráveis para o estado dos stocks.

Podia referir algumas dessas frotas, e toda a gente sabe a expansão que se fez recentemente no Atlântico Norte, nomeadamente da frota de Taiwan que viram, por exemplo, o seu esforço de pesca e as suas capturas mais que quadruplicarem e também de algumas frotas comunitárias que têm vindo a prosseguir esforços nessas áreas.

Neste domínio, aliás, também estamos iniciando o processo de cooperação, sobretudo com os países de expressão portuguesa, nomeadamente com S. Tomé e com Cabo Verde, no sentido de alargarmos o conhecimento científico que temos sobre o estado dos stocks e, eventualmente, também ganhar posições para o futuro.

As várias perguntas que foram aqui feitas pelos Srs. Deputados da Ilha das Flores, mais concretamente a questão do matadouro se se faz ou não se faz.

As verbas estão lá e o que passou foi que o contrato de fiscalização que estava feito teve de voltar atrás e neste momento está-se a lançar o concurso do contrato de fiscalização específica para o matadouro das Flores e espero que ele arranque o mais rapidamente possível. É esta a nossa vontade.

Ainda no domínio dos matadouros, e para voltar a algumas questões que não foram aqui postas por ordem cronológica, devo dizer que há, de facto, um grande reforço ao nível de investimento, mas mesmo com este reforço é preciso tomar opções e há situações do ponto de vista geográfico e do ponto de vista de distribuição do rebanho que são situações críticas. Nós já as tínhamos identificado, nomeadamente no que respeita à necessidade de acelerar o processo dos matadouros industriais. É, de facto, um investimento estratégico que não pode ser adiado.

Por outro lado existem, de facto, ilhas que, pela sua situação geográfica, também não podem ver adiado este investimento, como é o caso das Flores. As Flores não têm por onde recorrer, em face de não terem um matadouro em condições, assim como também a Ilha do Corvo.

Portanto, de certa forma é um investimento que cobre uma área geográfica em termos de abastecimento local e permite criar condições de abate de carcaças para o exterior e, eventualmente, melhorar o circuito, que é tão penoso como todos nós sabemos, de transporte de gado face à previsível evolução de regulamentações comunitárias.

No que respeita ao saneamento financeiro das empresas ligadas ao sector primário, nomeadamente o caso da Cooperativa de Lacticínios, posso dizer que este ano continuamos a apoiar o funcionamento desta Cooperativa, e apoiámo-la também, do ponto de vista técnico, no processo de candidatura à linha de desendividamento actualmente a decorrer.

O processo da Cooperativa entrou e está a ser analisado e posso dizer a esta Casa, contrariamente a algumas vozes incrédulas, desmoralizadoras de que iríamos perder as tais desejadas linhas de desendividamento nacional, que ganhámos um grande número de projectos entrados, com um grande volume em termos de investimento para saneamento financeiro, comparativamente a outras regiões do País.

Este investimento atinge quase os 4 milhões de contos. Daí que, e ligando a uma pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado António Almeida, no que respeita à redução das verbas para o investimento produtivo, o Sr. Deputado devia ter lido mais em pormenor, porque a única redução que aí existe não é no investimento produtivo, mas sim a redução das verbas para o saneamento financeiro que estava em curso com verbas do orçamento regional e que progressivamente têm vindo a ser reduzidas.

Leia as acções com atenção e verá que não há um grande aumento, mas não há redução a este nível, nomeadamente no que respeita à Portaria 25/95. Aliás, a verba que está inscrita para 1998, na Portaria 25/95, é exactamente a mesma que vem inscrita em 1997 e tem a ver com as obrigações de projectos aprovados. Aumenta apenas marginalmente em 1999 e mantém o mesmo nível no ano 2000, ou seja, anda à volta, só para a Portaria 25/95, dos 103 mil contos/ano. Esta é uma verba precisa, porque tem a ver com o conhecimento preciso que nós temos dos projectos que já foram aprovados e dos projectos entrados que estão em análise.

No que respeita à Portaria 15/95, existe, pelo contrário, um aumento significativo, enquanto que em 1997 só tínhamos 200 mil contos inscritos, em 1998 temos 300 mil. Portanto, mais uma vez aqui, de facto, não corresponde à verdade a leitura que faz dos números globais da linha de reduzir custos de exploração.

Passa, de facto, de 1 milhão e 300 para 1 milhão e 84 mil contos, mas, esta redução não se faz no apoio ao investimento. Faz-se, sobretudo, por via da redução de dois programas que estão em declínio em termos de execução financeira e que são, por um lado o PROÁSIS, que nalguns casos são grandes projectos, estão a atingir o seu termo e, por outro, o saneamento financeiro.

Na área das pescas há aqui preocupações diversas, no que respeita ao investimentos em portos, onde foram feitas diversas perguntas relativamente a pequenos portos, nomeadamente no caso das Flores, no caso de Vila Franca, Santa Maria e mais concretamente nos portos da Maia, Anjos, S. Lourenço e inclusive o porto de Vila do Porto, posso dizer que, de facto, foi aprovada em Conselho do Governo uma resolução com um plano discriminado de intervenções a fazer.

Não tenho em mente se já foi publicada, mas esse plano discrimina verbas e posso-lhes dizer também que a maior parte dessas verbas não vão sair do orçamento regional, nem sequer vão sair das verbas comunitárias adstritas à Região.

Portanto, estamos a concorrer a verbas do IC Pescas, ou seja, as verbas atribuídas a nível nacional que estiveram desaproveitadas até hoje e, por essa via, estamos a ir recuperar e a implementar investimentos que estavam adiados há muito tempo. Falo das reparações nos portos de pesca, falo das casas de apresto, falo de rampas de varagem, falo do ordenamento de pequenos portos, falo da reposição de guindastes na maioria dos portos de pesca deste arquipélago, falo da aquisição de caixas que já foram adquiridas este ano para a maior parte das Lotas deste arquipélago, falo dum sem número de pequenos projectos que cada um deles, provavelmente não são grandes investimentos, mas correspondem a necessidades reais sentidas nesses pequenos portos.

Simultaneamente, ao utilizarmos verbas desaproveitadas a nível nacional, continuamos a manter o esforço de investimento em projectos já decididos e que estão em curso, nomeadamente os portos da Ribeira Quente e de Rabo de Peixe.

Não estamos atrasados, contrariamente às preocupações do Sr. Deputado Jaime de Medeiros, no que respeita à solução do Porto de Ponta Delgada.

Atrasados andaram todos aqueles que, ao longo de muitos anos, não foram capazes de tomar decisões.

Nós já as tomámos e a decisão é que vamos para a frente com esse projecto e os estudos já estão a ser feitos. Agora, é evidente que, se não temos estudos, se não temos projecto, e infelizmente neste caso não nos deixaram essa herança, temos que os fazer em devido tempo, com consciência, com capacidade técnica e lá iremos para a construção dos projectos nessa área no porto de pescas de Ponta Delgada.

Concordo consigo quando diz que é um projecto adiado, mas é um projecto adiado há muitos anos e a culpa, nesse aspecto, não racai nesta bancada.

No que respeita à renovação da frota, continuando ainda dentro da área das pescas, e sobre algumas incongruências, porventura apontadas pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, posso dizer que há aqui dois tipos de investimento, como o Sr. sabe muito bem.

Há, por um lado, o investimento ao nível das grandes embarcações, viradas para a pesca de tunídeos e, por outro, o investimento ao nível da renovação de frota.

Acentuou-se sobretudo, ao nível deste ano, a apresentação de propostas que significam um melhoramento e um avançar para embarcações com melhores condições, sobretudo na pesca artesanal.

Há muitos projectos novos entrados e já aprovados. É isso que justifica a elevada taxa de aprovações no IFOP e que nos permitiu ir recuperar 1 milhão de contos, na reprogramação financeira, que estavam perdidos. Portanto, executar nas áreas necessárias tem as suas compensações.

Ainda esta semana houve uma reunião da Comissão de Acompanhamento do QCA e as referências ao nosso nível de execução, no âmbito do IFOP, foram altamente elogiosas, o que nos permite agora também argumentar que, sim senhor, nós sabemos executar bem. Estamos a executar bem, mas agora também queremos um reforço de verbas. Estamos em posição de o pedir em anos sucessivos, da mesma forma como o estamos fazendo também na área agrícola, conseguindo um reforço que nós consideramos insuficiente, face às necessidades pensadas, mas que levou a Comissão a prometer que em anos sucessivos, dadas as necessidades perfeitamente quantificadas, esse nosso pedido de reprogramação iria ser considerado.

Sobre redes de frio existe uma pergunta, que é pertinente, sobre se vamos deixar de fazer investimento público nas redes de frio de apoio à pesca e foi citado o caso das Flores. Queria dizer que a nossa decisão aqui é de que há obrigações sociais que nalguns casos temos de manter.

Não temos, neste âmbito, uma visão estritamente economicista de que tem que ser sempre o mercado a resolver. Nalguns casos o mercado não funciona e os investidores privados também nalguns casos, como por exemplo na ilha das Flores, não existem para investir em redes de frio, como não existe capacidade das empresas para realizarem trabalhos na limpeza de ribeiras. Em determinadas ilhas os serviços não tinham capacidade e subcontratámos empresas privadas.

No caso das Flores, o Sr. Deputado Paulo Valadão sabe perfeitamente que é impossível contratar alguém, seja para trabalhar no sector público, seja em regime de

contrato por empresa, porque não existe gente disponível para contratar na ilha das Flores. Isto, de facto, é um problema que nós sentimos.

De qualquer forma, isto não significa que desistimos de resolver os problemas e de tentar dotar os serviços dos meios técnicos necessários para intervir. Eles estão contemplados e os serviços vão ser reorganizados no âmbito da revisão orgânica, ou seja, em termos de serviços operativos, os florestais e o ambiente vão ser um serviço operativo único.

Foi a situação que herdámos na maior parte das ilhas, tirando S. Miguel e Terceira e não o pode fazer. Aliás, no caso da Terceira nem é verdade e ainda me lembro aqui que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, no plenário, gracejava com o facto do homem do ambiente ser o homem só e andar numa carrinha a passear-se de um lado para o outro sem capacidade de movimentação.

Sim, foi este o legado que nos deixaram.

O que acontece é que, por exemplo, na Terceira avançámos com protocolos com freguesias. Fizemos o mesmo nas ilhas do Faial e do Pico. Portanto, não adoptámos aqui, mais uma vez, funções rígidas. Onde havia capacidade das Juntas de Freguesia colaborarem, celebrámos protocolos, nalguns casos a título experimental. Onde não havia capacidade ou onde havia empresas privadas, privilegiámos as empresas privadas o que contribuiu decididamente para a reanimação da vida económica e para a criação de novos empregos. Porventura, empregos na parte mais baixa a nível dos rendimentos, mas que são vitais para muitas famílias.

Portanto, onde é necessário manter a capacidade de intervenção pública nós vamos mantê-la e vamos reforçá-la.

O caso de Santa Maria que foi levantado aqui pelo Sr. Deputado José Maria Bairos é um caso desses. Também aí, em termos de reorganização operacional, os nossos serviços operativos de florestas e de ambiente vão ser integrados e ao sê-lo vão necessitar também duma maior dotação de meios, porque infelizmente, enquanto serviços florestais, como agora, enquanto serviços operativos, conjunto de florestas e de ambiente, não tinham os meios.

A situação que fui encontrar em Santa Maria era de degradação completa de meios operacionais, inclusive da degradação das condições de vivência dentro dos próprios serviços.

Encontrámos situações perfeitamente catastróficas terceiro-mundistas, nomeadamente esgotos a céu aberto, situações sem iluminação e um mato completo nos serviços florestais de Santa Maria. Felizmente, os funcionários que lá trabalham tiveram o orgulho e a ombridade de meter mãos à obra e hoje em dia nós todos podemos, aqui nesta Casa, orgulhar-nos do que são os serviços florestais em Santa Maria e do contributo, por exemplo, a estrutura de lazer em Vila do Porto.

Mas, se eu vos digo isto em relação ao serviços florestais de Santa Maria, também o posso dizer em relação à maior parte dos serviços operativos de ilha, na maior parte das ilhas. Não podia deixar de dizer isto aqui, porque também foi objecto de um voto de pesar, no início desta sessão, como trabalho de todos os serviços operativos, nas ilhas atingidas pelas calamidades, puseram.

As horas e horas que esses homens puseram ao serviço do seus concidadãos, muitas vezes com risco das suas próprias vidas, porque houve situações em que isso aconteceu e quem esteve no teatro operacional sabe perfeitamente qual era o risco de se estar a limpar ribeiras e com situações instáveis de quebradas com desabamentos, como aconteceu no Faial da Terra, por exemplo, de 200 acácias que desabaram quando as pessoas estavam a trabalhar lá em baixo. Não podemos deixar de elogiar esta gente. E, não podemos também de deixar de ter a coragem de dotar esta gente dos meios operacionais necessários.

Há muitas perguntas que aqui foram feitas e que, porventura, não respondi a todas. Há perguntas muito específicas sobre o ordenamento do território, sobre eventuais atrasos no caso do PROTA e que eu reconheço que, ao nível do centro de cartografia, tem havido atrasos, aliás, que não são de agora, já vinham de trás. Aquele centro de cartografia parece que não produz peças de cartografia e o PROTA está parado, quando já devia estar em discussão pública, mas, infelizmente, parece que é difícil produzir peças de cartografia. Eu não as sei fazer. Tem de ser aquelas pessoas que lá trabalham que as têm de fazer. Também não sei se tinham bons ou maus hábitos de

trás. Ainda não os consegui motivar. Fica aqui o desafio, no sentido de eles meterem mãos à obra e apressarem isto.

Contudo, o que eu disse ali daquela tribuna tem de ser encarado com realismo e com verdade.

O ordenamento é, de facto, a solução de fundo, mas falar de ordenamento não é falar de soluções fáceis, tenhamos consciência, nem devemos falar em soluções milagrosas e instantâneas, porque ordenar significa mudar padrões de ocupação e de utilização do solo e do território e não se fazem dum momento para o outro.

Mudar uma pastagem para uma situação de florestação leva anos, porque uma árvore leva anos a crescer.

Mudar a utilização do território em termos de exploração agrícola numa determinada área, mesmo na área das lagoas, leva tempo a convencer. Felizmente aí tenho boas notícias para os Srs. Deputados, uma vez que conseguimos reforço ao nível das medidas agro-ambientais e estamos a preparar legislação que permitirá, durante o próximo ano, reforçar o apoio ao programa de retirada de terras nas lagoas, assim como, no que respeita à protecção de determinadas áreas muito sensíveis, nomeadamente na Lagoa do Fogo, também estamos a fazer trabalho.

Existe, de facto, legislação, sobre exploração de leitões que já está nesta Casa.

Quando se falou ali daquela bancada sobre o programa florestal, quero dizer que o Sr. Deputado está enganado. Não é o programa florestal, mas sim a medida legislativa de protecção aos arvoredos que está nesta Casa.

Mas, existe, de facto, um programa florestal que não existia e que está a começar a ser elaborado com a colaboração das universidades, nomeadamente do Instituto Superior de Agronomia e de técnicos competentes. É um trabalho de fundo que vai ter que ser realizado e que se entronca, por um lado, exactamente com as nossas preocupações de ordenamento e, por outro, com a viabilização, em termos económicos, da exploração dos nossos recursos florestais.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu de certeza que deixei algumas questões sem responder, porque eram 44 perguntas. Fui falando de forma salteada e peço a vossa compreensão para as respostas que foi possível dar.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Continuando ainda nos pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Jaime de Medeiros.

Deputado Jaime de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente explicou a forma como vai resolver o problema do porto de Vila Franca, eu confesso que fiquei gelado! Fiquei gelado porque me interroguei: o que é que eu faço aqui? O que é que fazemos aqui?

Efectivamente, constata-se que não vale a pena discutir o Plano a Médio Prazo, porque se há obras que vão ser feitas por este Governo que não constam deste Plano, se há obras que constam deste Plano e que alguns Srs. Secretários já admitiram que não vão ser feitas, o que é que estamos aqui a fazer, Sr. Secretário?! É esta a pergunta que lhe faço.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. disse que lhe tinham feito 44 perguntas.

Penso que não tomou nota delas todas bem como penso que o seu tempo ainda não esgotou, muito rapidamente gostaria que me explicasse sobre a construção do matadouro na ilha de S. Jorge.

Julgo que dispensa que eu faça de novo o historial e manifeste a minha posição, mas gostaria de saber o que é que se pretende neste caso fazer com os 37 mil contos para o novo matadouro da ilha de S. Jorge nos próximos tempos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Ouvi falar aqui num seminário que foi feito acerca das Lagoas das Furnas, Sete Cidades e, provavelmente, Fogo.

Quero felicitar V. Exa. por ter levado essa acção por diante e gostaria de lhe pedir o seguinte esclarecimento:

Está previsto também algum seminário para discutir os problemas da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, em S. Jorge, e outros problemas ambientais ou se estes seminários são só para as Lagoas das Furnas e Sete Cidades?

Gostaria também que V. Exa. me desse um pequeno esclarecimento sobre os portos da Fajã do Ouvidor, no Norte Grande, da Fajã dos Vimes e do Topo, porque as verbas que eu vejo contempladas neste Plano são apenas simbólicas e, portanto, não pretendem fazer lá nada, pretendem apenas, digamos assim, "pôr os cães a ladrar enquanto a caravana vai passando".

Gostaria de saber concretamente o que V. Exa. pretende fazer com aquelas verbas nos citados portos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer uma parte de uma das questões que levantei.

Em relação ao apoio ao investimento referi-me concretamente à comparação entre a expectativa criada há seis meses atrás, quando este Governo apresentou a Proposta de PMP e que esse apoio era 1.870 mil contos, e o que consta da nova Proposta que é de 1.570 mil contos, ou seja menos 300 mil contos para este programa de apoio ao investimento que, por acaso, dizem respeito tão só às dotações que se destinam às duas Portarias mais importantes de apoio ao investimento das empresas agrícolas.

Quero com isto dizer que, sendo a dotação regional de 300 mil contos, mais de um milhão de contos do investimento privado das empresas agrícolas deixará de ser feito durante os próximos 4 anos.

Não me referi à comparação de 97 para 98, nem para os anos seguintes, mas sim em relação à expectativa que este Governo criou quando apresentou pela primeira vez o PMP e como o faz neste momento.

Portanto, para que fique claro, a verdade é esta: haverá mais de um milhão de contos de investimento privado que não se fará durante os próximos 4 anos, de acordo com as verbas que aqui estão inscritas.

Em relação a uma referência que aqui fez há pouco do diploma sobre a Protecção do Património Florestal, é bom que se diga que a proposta apresentada pelo Governo vem mal concebida. Esteve em apreciação nas comissões especializadas da Assembleia. Veio a Plenário e voltou a baixar à Comissão, porque é impraticável a sua aplicação na forma como foi concebida e, segundo a última reunião da Comissão, o que presumimos que iria acontecer era uma reformulação desta proposta por parte do Governo Regional.

É bom que isto fique esclarecido para sabermos, de facto, se a reformulação dessa proposta partirá do Governo Regional ou desta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

É só para lhe lembrar que em relação às questões que lhe pus, senão estive distraído, não obtive resposta.

Também reparei que o tempo que usou relativamente à agricultura e às pescas foi bastante longo e quando começou a falar nas questões do ambiente, em duas frases quase que tentou arrumar a questão.

Volto a repetir naturalmente, e perante a quantidade enorme de perguntas que fizemos é possível até que lhe tenha passado, e levantei as questões relacionadas com a cooperação com as associações ambientais e que se referiam em concreto à posição da Secretaria Regional em relação ao VIII Encontro de Educação Ambiental e que se realizou em Alcanena, no Continente, entre 2 e 5 de Outubro.

Levantei a questão da eutrofização, tal como o Sr. Deputado Paulo Valadão também levantou.

Também levantei uma questão concreta sobre a posição da sua Secretaria em relação à possível protecção da Gruta do Carvão.

Portanto, o Sr. Secretário não se apercebeu, mas eu não tive resposta a estas questões e gostava, se fosse possível, que me respondesse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu de facto não percebi a sua intervenção a nível dos serviços florestais que se encontravam numa situação caótica. Também não percebi bem a que é que se queria referir quando falou em esgotos a céu aberto.

Os serviços florestais em Santa Maria sempre trabalharam com a capacidade que tinham na altura.

O Sr. diz que são necessários meios operacionais para uma intervenção a nível ambiental. Eu quero recordar ao Sr. que foi este Governo que alterou a orgânica e que foi este Governo que pôs os serviços do ambiente nos serviços florestais.

Passou-se um ano e continua a não haver meios humanos nem meios técnicos, nem inclusivamente os próprios serviços ainda têm a competência para intervirem nesta área.

Portanto, os Srs. é que alteraram esta situação, porque antes estas intervenções estavam nas obras públicas...

Deputada Berta Cabral (PSD): Essa é que é a questão!

O Orador: ...e quando havia necessidade de intervir nestas situações de limpeza de ribeiras e outras, era essa secretaria que fazia essa intervenção com a sua capacidade de meios humanos e técnicos que tinha.

Neste momento, o que acontece é que nem num lado nem no outro, porque existe uma indefinição total e devo dizer que se passar para os serviços florestais, com a capacidade que eles neste momento têm, não podem dar resposta.

Quanto aos esgotos de céu aberto, gostaria de alertar o Sr. Secretário de que, quando se deslocarem a Santa Maria, a Sra. Directora Regional e os responsáveis pelo ambiente talvez se devessem preocupar-se um pouco mais em ver a realidade total da

ilha a nível do tratamento final dos resíduos líquidos, que neste momento não existe. Assim sendo, talvez possam entrar dentro duma realidade que, de facto, não é muito boa.

Quanto às obras que foram levadas a efeito nos diferentes portos de pesca na Ilha de Santa Maria e que foram aqui dadas como finalizadas pelo Sr. Deputado da bancada do PS, devo dizer que aquilo que na altura foi projectado foi finalizado,...

Deputado José Humberto Chaves (PS): Mal!

O Orador: ...foi completamente finalizado, porque os projectos que os Srs. vão implementar agora, são projectos que não se ligam com aquilo que foi feito na altura.

No porto dos Anjos foi feito um parque para barcos.

Na Maia foi feito um muro de protecção exterior ao porto e nesta área não vão fazer nenhuma intervenção.

O que vão fazer agora são outras reparações que não estavam consideradas na altura. Queria alertar aqui, porque ouvi que vão criar uma série de espaços, no Porto de Vila do Porto, para os pescadores, que isto é mais uma medida avulsa, porque toda a zona de pesca de Vila do Porto o que precisa é de um ordenamento global em que deve-se incluir a construção dessas casas para os arrumes dos apetrechos dos pescadores. Portanto, aquela zona de pescas necessita é de uma intervenção total e não duma intervenção avulsa como esta que foi referida aqui há pouco pelo Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Era só para lembrar ao Sr. Secretário que tinha colocado o problema do aterro sanitário das Flores cujo parecer neste momento está nas mãos da Direcção Regional do Ambiente e gostaria de saber se, efectivamente, da parte dessa direcção Regional, haverá uma resposta rápida, o que, aliás, reputamos de muito importante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As minhas respostas vão ser muito rápidas.

Relativamente ao porto de Vila Franca do Campo, não percebo o que é que se passou na cabeça do Sr. Deputado Jaime de Medeiros, porque a obra está adjudicada e espero que o empreiteiro tenha a capacidade de a fazer. É isso que eu espero, porque há dinheiro para a fazer.

No que diz respeito ao matadouro de S. Jorge, sejamos claros e precisos:

Eu disse aqui que há investimentos estratégicos que têm que se fazer e há casos onde determinados investimentos podem ser adiados. Neste caso, era possível utilizar a casa de matança existente por mais algum tempo com beneficiações.

Não é possível adiar a construção do matadouro das Flores. Não é possível adiar a construção do matadouro industrial de S. Miguel. Não é possível adiar a reparação, que se vai iniciar, do matadouro do Pico.

Portanto, há decisões que têm que ser tomadas.

Nós tomámos estas e arcamos com as responsabilidades, o que não significa que desistimos, no futuro, de investir mais em S. Jorge. Aliás, posso-vos dizer que, no caso de S. Jorge, estamos investindo mais no abastecimento de água nos dois concelhos, com a celebração de protocolos, com as obras de ordenamento agrário que vamos iniciar, com a abertura da zona dos Rosais, etc. e colaborando também com as Cooperativas no domínio do saneamento financeiro e das candidaturas à linha de endividamento, o que vai criar condições, para a lavoura de S. Jorge, que porventura serão tão ou mais importantes do que a imediata construção do matadouro.

No que respeita à Lagoa de Santo Cristo, e continuando ainda em S. Jorge, eu não percebi porque é que a Lagoa de Santo Cristo tinha que estar misturada com problemas de eutrofização, que foi a questão que se tratou nesse seminário. Sinceramente, Sr. Deputado, não percebi.

A Lagoa de Santo Cristo vai continuar a merecer a nossa melhor consideração. Vamos continuar a fazer as intervenções consideradas necessárias, em colaboração com as diversas entidades, porque consideramos que é um património que deve ser salvaguardado. Para isso é também necessária a colaboração dos cidadãos.

Sei que é um assunto que o Sr. Deputado traz todas as vezes que vem a esta Assembleia. De certeza absoluta que gosta muito dessa lagoa. Esperamos a sua

colaboração ao nível das comissões e dos "Amigos da Lagoa". É para isso que também nós estamos disponíveis.

No que respeita à insistência do Sr. Deputado António Almeida, sobre uma redução que tinha sido feita em comparação com a anterior proposta do PMP, Sr. Deputado, eu já percebi, mas não tenho culpa!

Tivesse o Sr. Deputado votado o anterior PMP. A decisão foi da vossa bancada e não nossa. Nós tínhamos todo o interesse em que aquele PMP fosse aprovado. Os Srs. é que não quiseram.

No que respeita a Santa Maria, Sr. Deputado, o Sr. não deve viver naquela ilha. Eu não vivo lá, mas as vezes que lá fui tive a oportunidade de correr a ilha e ir a determinados sítios e vi os esgotos a céu aberto, o que o Sr. não viu. Estavam dentro do parque onde se encontram as instalações dos serviços florestais. A situação era degradante, era uma situação de mato e quando se começou a cortar aquele mato apareceram valas com esgotos a céu aberto. Era uma situação terceiro-mundista que se vivia nos serviços florestais de Santa Maria. Era uma situação degradante, inclusive para os funcionários e punha em risco a sua saúde. Felizmente pusemos cobro a isso, como também pusemos cobro a outras situações.

No que respeita à belíssima dotação de meios, eu posso-lhe dizer que o que havia em Santa Maria, por exemplo, para reparação de máquinas, eram 3 chaves de parafusos pregadas numa porta.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José Maria Bairos)

O Orador: Tenha vergonha Sr. Deputado! Tenha vergonha na cara!

O que, de facto, lá havia também era só um funcionário.

É evidente que num ano não vamos resolver todos os problemas. Não vamos dotar Santa Maria de todos os meios, mas estamos a fazê-lo e, no âmbito deste PMP, vamos continuar a fazê-lo.

No que respeita ao aterro sanitário das Flores e a outros aterros sanitários, devo dizer que estão a ser considerados no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos para os Açores que, aliás, esperamos levar a discussão pública no início de 1998. E, é

evidente que daremos a nossa maior atenção ao "nível técnico" à proposta que penso que já entrou nos serviços da Direcção Regional do Ambiente.

É tudo Sr. Deputados.

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

Em relação à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo eu quero dizer a V. Exa. que não penso que seja pecado trazer esses problemas a esta Assembleia, mas se for pecado também garanto a V. Exa. que vou continuar a pecar de livre vontade!

Por outro lado, quando eu falei no seminário em relação à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, não vamos confundir, Sr. Secretário, "alhos com bugalhos". Era um seminário para tratar dos problemas da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

Se me disser que as Lagoas das Furnas e das Sete Cidades têm problemas diferentes dos da Caldeira de Santo Cristo, concordo com V. Exa. e também sei que eles existem. Agora, se Furnas e Sete Cidade merecem um seminário, V. Exa. também devia fazer um seminário para a Caldeira de Santo Cristo, porque ela merece-o para debater os problemas, como as duas Lagoas citadas o merecem.

Se V. Exa. não entender assim o problema é seu. O povo de S. Jorge entende-o assim e eu pela voz dele estou aqui a afirmá-lo.

Se for preciso pecar, continuarei a pecar toda a vida em relação a este processo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A ida para Santa Maria de um novo responsável para a frente dos serviços florestais aconteceu nos finais de 1995 e não há dúvida nenhuma que esta pessoa impôs uma nova dinâmica nos serviços florestais e que, neste momento, é fácil de ver. Esta dinâmica não partiu do Sr. Secretário.

Na altura em que este novo responsável foi para lá, os próprios serviços florestais não tinham as responsabilidades que têm hoje. Eles hoje têm à sua conta toda a parte ambiental, nomeadamente limpeza de ribeiras, recuperação de caminhos agrícolas e dos caminhos de penetração da ilha.

Tudo isto está adstrito a este serviço, ou seja, houve a necessidade de remodelar completamente este serviço, e quando diz que tinha duas ou três chaves, pois até não tinham máquinas para reparar, porque a única máquina que existia na altura, como resposta dos serviços florestais, era a nível dos tractores e a nível de moto-roçadoras. Neste momento o parque de máquinas que existe foi enviado para os serviços florestais pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, porque ficaram com a responsabilidade dos caminhos de penetração. Só por isso é que os serviços florestais de Santa Maria têm um razoável parque de máquinas que eram as que existiam noutros serviços.

Portanto, neste momento a capacidade de resposta em termos de recuperação e de manutenção de máquinas, não tem nada a ver com aquela que existia há um ano atrás, porque não tinham as responsabilidades que hoje têm.

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é que é socialismo!

O Orador: Quanto aos esgotos a céu aberto, o que eu referi aqui foi que, a nível dos responsáveis pelo ambiente, em vez de se preocuparem apenas com os serviços florestais, também se deviam preocupar com muitas mais situações que existem na Ilha de Santa Maria e quando se deslocam lá, de facto, não são alertados para esse fim, porque não interessa.

Presidente: Tem o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Já me começa a preocupar...

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Já lá vou! Há-de chegar a sua vez!

O Orador: Então posso-me calar!

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Pode!

O Orador: Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É evidente que com tão grande lista alguém tem de ir ficando para trás.

Posso-lhe dizer, Sr. Deputado Francisco Xavier, que por acaso tinha respondido a uma das perguntas que colocou e que era o esclarecimento sobre o plano de protecção florestal.

Colocou evidentemente mais 3 perguntas e começarei pela pergunta sobre cooperação com as organizações ambientais.

É evidente que a cooperação com as organizações ambientalistas é fundamental e iremos continuar a apoiá-las num quadro aberto e claro, em função dos planos de trabalho por elas apresentados. Já as apoiámos durante este ano.

Por outro lado, reconhecemos também, e dissemo-lo desde o início e está no nosso programa, que o papel das organizações ambientalistas tem de ser dignificado. E vai sê-lo já na orgânica aprovada em Conselho do Governo, que cria o Conselho Consultivo na área ambiental, aliás, a exemplo do que já existia para as pescas e para a agricultura.

É um órgão novo que, do ponto de vista formal e com a legitimidade legal que é necessária, espero que entre em funcionamento durante o próximo ano.

No que respeita à questão que colocou aqui relativamente a alguns boatos que teria ouvido, não sei de quem, de que nós teríamos recusado ou que a Sra. Directora Regional do Ambiente teria recusado a realização do Encontro de Educação Ambiental aqui nos Açores, posso-lhe dizer que não é verdade. O que é um facto é que a Sra. Directora Regional do Ambiente propôs que esse encontro se realizasse numa data posterior, porque também já temos compromissos assumidos com outras realizações.

Posso-lhe dizer, nomeadamente no próximo ano, que se vai realizar nos Açores um Congresso Internacional de Urbanismo, para o qual nos candidatámos, e que vai abordar problemas candentes em termos de ordenamento territorial em regiões insulares.

No que diz respeito à questão da Gruta do Carvão não lhe posso responder neste momento. Não sei se é um processo que já entrou na Direcção Regional do Ambiente, mas se já entrou com certeza que vai ser analisado pelos seus méritos e pelos seus valores e terá uma decisão conveniente.

Voltando ainda a S. Jorge, quero dizer ao Sr. Deputado Manuel Brasil que não houve, de facto, seminário para S. Jorge e para a Lagoa de Santo Cristo, o que houve foi uma missão técnica que estive em S. Jorge, durante este ano, para avaliar - e quando digo técnica falo em técnicos da Direcção Regional, do DOP, etc. - os problemas da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo. Mas se o que importa a esta Lagoa é a realização dum acontecimento destes, fica aqui prometido: vamos realizar uma "workshop" sobre a Lagoa e sobre as questões de ambiente em S. Jorge no próximo ano.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Secretário está a gozar com isto!

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso não lhe fica bem!

O Orador: O Sr. terá ocasião de falar sobre todos estes assuntos e todos os ambientalistas de S. Jorge estão desde já convidados.

Não temos receio de discutir essas situações. Espero também que haja a responsabilidade de todos os que se interessam por essas questões de assumirem um empenho positivo, porque não é só realizar o workshop, é tirar conclusões e orientações que sejam exequíveis e que resultem na defesa do nosso património ambiental.

Voltando ainda aos serviços florestais, escolhi o caso de Santa Maria, porque penso ser um caso paradigmático. Aqueles serviços, como outros em outras ilhas, estavam abandonados e a situação que existe hoje, existe não só em Santa Maria, mas noutros serviços operativos de ilha, no domínio dos florestais, porque houve um empenho claro deste Governo em termos de reforço. Infelizmente, em termos de concursos, em termos de processos e aquisições, não é tão rápido quanto os nossos desejos, não é tão rápido quanto a palavra, mas é algo que se está fazendo.

Também lhe posso dizer que no caso de reparações, só existiam 3 chaves de parafusos lá pregadas numa porta. Também não era só moto-serras que havia. Havia também num canto um camião partido.

A nossa filosofia foi procurar criar um fundo de meios que não existia. Procurámos dotar de meios os serviços agrícolas, nomeadamente em termos de "dumpers", ect., o que não significa que não estejamos em processo de aquisição de novos meios.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Os meios estavam todos lá!

O Orador: E foi feita uma coisa que não estava a ser feita também, que é a disponibilização em termos duma equipa permanente para cuidar dos caminhos de Santa Maria.

No que respeita às ribeiras, Sr. Deputado, eu não tenho culpa que só existisse, de facto, um homem, mesmo nas obras públicas, encarregue disso. Era o que existia. Foi a herança que eu recebi.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Pesada!

O Orador: Tivemos de criar situações para reforçar esses meios. E, infelizmente, os Srs. também não tiveram a devida atenção à limpeza das ribeiras e por isso elas estão no estado em que estão, porque as árvores que lá existem não crescem dum momento para o outro, levam anos a crescer e crescem por incúria de alguém.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Peço-lhe perdão por não ter reparado que já me tinha respondido em relação à primeira questão sobre o PROTA, mas respondeu-me com tanta agressividade que eu julgava que não era para mim.

Em relação ao PROTA, já que me tinha respondido e já tinha registado aqui, eu se disse programa florestal, enganei-me, aquilo que eu queria dizer era um diploma de protecção florestal. Talvez não tenha usado a designação correcta do diploma, mas referia-me ao seu conteúdo e este referia-se exactamente à protecção florestal.

Ainda em relação a esta questão começo a reparar que o Sr. quase que leva um ano para se aperceber de que a Secretaria não é capaz de concluir o plano. Depois poderá levar mais um ano para chegar à conclusão que é capaz de o fazer.

Nós sabemos que o PROTA é um plano extremamente difícil de aplicar e por isso é preciso ter coragem. Aí é que está, naturalmente, o problema.

Em relação à cooperação com as associações ambientais, eu fiz essa pergunta e acredito perfeitamente que o vosso Governo esteja preocupado com essa questão e todos nós sabemos que ela é fundamental para se poder desenvolver qualquer política ambiental. No entanto, não é o que dizem as associações ambientais, principalmente aquelas com as quais me relaciono mais. Uma diz, em jornal público, que este Governo é o pior de sempre em termos de apoio ao associativismo. Uma outra diz que este Governo está votado ao isolamento e que até usa uma expressão engraçada que é "vai orgulhosamente só".

Portanto, foram estas situações que me levaram a fazer-lhe esta pergunta.

Em relação à Gruta do Carvão há qualquer problema e não sei o que é que a Secretaria tem de pensar mais, porque a associação ambiental já recebeu a resposta da Secretaria Regional em que diz que é muito prematuro tratar essa questão e remete o assunto para a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Portanto, esta foi a resposta dada a esta associação, o que me admira bastante.

Sr. Secretário, continua de pé o problema da eutrofização das Lagoas, porque acabou por não me responder.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

A transferência do equipamento para os serviços florestais já foi feita em 1996, não foi neste momento. A partir do momento em que estes serviços assumiram a manutenção dos caminhos de penetração, o equipamento que existia, em termos de camiões e máquinas, na Agricultura e Pescas passaram para os serviços florestais. Não foi uma medida tomada há 15 dias, há um mês ou dois meses, foi em 1996.

No que diz respeito ao reforço de meios, não há dúvida nenhuma que na altura havia uma maior capacidade de resposta nas obras públicas, porque embora houvesse uma única unidade afectada aos serviços hídricos, havia uma capacidade de resposta, em termos humanos e outros, para atender à questão da limpeza das ribeiras.

O que eu penso é que o Sr. Secretário está, por um problema que existe neste momento, a culpar o passado. Neste momento as ribeiras estão, de facto, com bastante lixo e não é de árvores. Até aí existe algum desconhecimento, porque a maior parte das ribeiras de Santa Maria não estão obstruídas com árvores, mas sim com canas que vêm dos canaviais e são arrastadas para dentro das ribeiras. Esta é que é a realidade. Não são as árvores que, de facto, entopem as ribeiras em Santa Maria. Esta situação existe agora. Se de facto o Sr. não está preocupado com isto e quer atribuir culpas ao passado, a responsabilidade será sua.

Em levantei o problema de forma a que ele viesse a ser resolvido e, neste momento, os serviços não têm meios para este fim. O Sr. sabe que não têm.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito telegraficamente, quero dizer ao Sr. Deputado Francisco Xavier que neste momento, sinceramente, é que fiquei confuso, porque primeiro falou-me do plano de protecção florestal e pensei que se estava a referir ao plano de fomento florestal ou às medidas de protecção do arvoredo. Agora, fala-me do PROTA.

Desculpe-me, Sr. Deputado, mas há aqui uma dificuldade qualquer de comunicação e por isso não respondi.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso já é costume!

O Orador: No que respeita ao PROTA já tinha respondido anteriormente ao Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Penso que eram só estas questões.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que o Sr. Secretário Regional também não respondeu às questões que eu aqui coloquei, mas iria apenas relembrar uma que é a questão relacionada com o Departamento de Oceanografia e Pescas.

Como é possível que tenha alguma informação, gostaria que, se pudesse, fizesse o ponto da situação relativamente às instalações para o DOP.

Presidente: Tem a palavra, para prestar um esclarecimento, o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, como sabe esta não é uma competência do Governo Regional, mas foi com todo o gosto que o meu departamento, em diálogo com o DOP e com a reitoria da Universidade, tentou encontrar uma solução e penso que eles encontraram-na, porque são eles que têm de tomar a decisão, de que, para viabilizar o ensino nos próximos anos, se avançaria, para já, com um protocolo com a Marinha que, aliás, já está celebrado.

Posso-lhe dizer que nós encorajámos e movemos influências no sentido de disponibilizar aqueles meios para o DOP. Simultaneamente também procurámos, no âmbito do nosso orçamento, disponibilizar meios financeiros que possibilitem esta intervenção.

Nós pensamos que o DOP e a Horta não podem ser privados de ensino por muito mais tempo.

Movemos as nossas influências e espero que usem bem os meios que estão ao dispôr. Neste domínio nós não vamos interferir dentro da Universidade, porque ela goza de autonomia e tomará as decisões que bem entender.

No que respeita aos projectos de fundo, também é uma questão de decisão da própria Universidade e não quero fazer aqui comentários sobre isso.

Penso que seria deselegante, inclusive como membro daquela própria casa, embora agora noutras funções, porque não me sentiria bem que sobre uma instituição, com a autonomia que a universidade tem, agora viesse tecer comentário aqui.

Estamos disponíveis para colaborar. É esse o nosso espírito.

Pensamos que o DOP tem de ser fortalecido e a Horta merece uma instituição de ensino superior com todas as suas valências.

No que respeita à questão da eutrofização que foi aqui levantada, eu já tive oportunidade de falar, no seguimento do seminário sobre os trâmites da eutrofização.

O que lhe posso dizer é que tudo o que eu disse na altura, continua a ser aplicável neste momento e vamos continuar a trabalhar nesta área. O problema de fundo é o ordenamento e foi por isso que não falei em de ordenamento e planos de ordenamento.

Neste momento está, inclusive, para consulta das diversas organizações o instrumento legislativo que vai criar planos de ordenamento de bacias hidrográficas, ou seja, estamos já a criar os instrumentos que nos permitem, quando os estudos forem entregues, avançar com medidas de ordenamento que não meramente as medidas cautelares. As medidas cautelares são necessárias, mas não são suficientes.

O trabalho está-se a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegámos novamente ao esperado momento da apreciação e deliberação sobre os documentos, que sempre vêm suscitando expectativa quer junto das populações, quer até do próprio Governo, no actual quadro parlamentar, documentos estes valorizados e desvalorizados, quanto baste, atendendo a cada momento político a que são matéria de discussão.

A ausência de decisões ou a impossibilidade da concretização de determinado investimento vem sendo sistematicamente justificada por qualquer factor externo e conjuntural, ou então sempre como consequência da actuação dos anteriores executivos.

Voltamos, como é sabido, a ser chamados a decidir sobre as opções deste Governo, quer para os investimentos a efectuar em 1998, quer para apreciar o "novo" Plano de Médio Prazo, sempre entendido como o documento que materializa a estratégia de política económica e social apresentada no Programa de Governo aprovado nesta Assembleia.

Após um ano de governação, a apreciação destes documentos não deve ser feita sem o seu devido enquadramento, quer face ao desempenho do Governo durante o

presente ano, quer também pela análise comparativa com as intenções manifestadas outrora no PMP aqui apresentado.

A grande questão na Agricultura subsiste: O que mudou na política agrícola dos Açores.

Dos quatro programas directamente relacionados com o sector agrícola, podemos facilmente constatar uma redução das verbas destinadas ao sector, quer para o período de 1997 a 2000, quer também para o próximo ano de 1998.

E se, porventura, as dotações inscritas nos planos regionais têm um efeito multiplicador, porque garantem canalizar importantes financiamentos da União Europeia, com a redução dessas dotações, o investimento global na Agricultura será substancialmente menor.

Com este Plano de Médio Prazo, o Governo Regional não cumprirá com os compromissos eleitorais e do Programa do Governo assumidos perante os agricultores.

É para isso que também aqui estamos. Para fazer cumprir o prometido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O futuro da Agricultura depende, na sua essência, da existência de empresas agrícolas modernas, no quadro da tipologia produtiva que interessa aos Açores e de empresários confiantes aos quais se garantam níveis de rendimento aceitáveis.

Esse futuro passa, como é óbvio, por um claro e inequívoco apoio ao investimento nas empresas agrícolas, por fazer vingar uma verdadeira extensão rural e o apoio técnico e informativo aos agricultores, desejável e necessário.

Só assim teremos agricultores capazes de decidir rapidamente e com sucesso.

Com estes pressupostos e ao compararmos a proposta de PMP apresentada em Maio passado e a que agora está em discussão, bem como as do Plano de 97 com as do Plano de 98 facilmente concluímos:

- Que o sector Agrícola inicia o processo de perda de importância para o actual Governo com a redução do seu investimento global até ao ano 2000.
- Que em termos de opções de política sectorial se avançou no sentido de reforçar o sector da transformação, sem qualquer correspondência no apoio ao investimento e modernização das empresas agrícolas.

As verbas destinadas a financiar os principais programas de apoio à modernização das explorações agro-pecuárias, chegam a ser ridículas face à designação "Agricultura - Base Económica Regional".

Senão vejamos:

O que poderão esperar deste Governo os empresários agrícolas, potenciais investidores e o garante do tão falado compromisso de dinamizar o mundo rural, com as verbas que se lhes destinam?

Que investimento poderá ser concretizado, no próximo ano, nas empresas, por exemplo, dos agricultores marienses com 3.050 contos e dos florentinos com 1250 contos?

Que diversificação agrícola será possível realizar com 19.000 contos em S. Miguel, 11.500 contos na Terceira ou 4.000 contos no Pico?

O que se pretende apoiar no âmbito do melhoramento animal com 8.000 contos em S. Miguel ou 1.000 contos na Terceira?

Que princípio de justiça e equidade estará na base da previsão de que em 1998 serão apenas necessários para apoio ao investimento 167.500 contos em S. Miguel e 138.000 na Ilha Terceira, quando a realidade empresarial agrícola destas ilhas é substancialmente diferente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do que consta no Programa do Governo e no âmbito das políticas para o mundo rural, importa inventariar quais as que foram efectivamente assumidas durante 1997 e as perspectivas para a sua concretização em 1998.

Comparemos, pois, o que então se dizia no Programa de Governo:

1.º Reforço das actividades de vulgarização, extensão e formação profissional.

Pergunto o que foi visível nesta matéria? Que fórmulas foram adoptadas para tirar o justo partido da capacidade profissional dos muitos técnicos da SRAPA e da sua colocação ao serviço dos agricultores?

O que será, por exemplo, possível fazer em S. Miguel com 10.332 contos na área da formação profissional de agricultores e jovens agricultores?

2.º Incremento das actividades de investigação e de desenvolvimento através de centros de experimentação e de explorações de demonstração que, com autonomia

financeira, devem ser geridas por representantes das organizações agrícolas e das instituições de investigação científicas regionais.

Com a decisão da entrega do Centro de Bovinicultura dos Arrifes à Associação de Jovens Agricultores Micaelenses parte-se, espero eu, para um conjunto de iniciativas semelhantes em outras ilhas, nas áreas da experimentação e demonstração.

Que garantias financeiras e que volume anual de financiamentos atribui este Governo à organização de agricultores em causa para a obtenção de tais objectivos? Será que os 48.000 contos destinados à experimentação e divulgação em S. Miguel para 1998 são capazes de satisfazer as necessidades previstas para as áreas em causa?

3.º Informação interactiva que permita receber e dar resposta aos diversos problemas dos agricultores.

Nem só de financiamentos e cedências estrategicamente decididas vivem os agricultores e as suas organizações. Vivem fundamentalmente das decisões que assumem de acordo com a informação que detêm, resultante também da sua relação com o executivo.

Com o Conselho Regional de Agricultura a reunir como fora prometido tal seria possível. Mas só que reunindo para apenas distribuir documentos avulsos, sem qualquer espaço preparado para diálogo, de nada servirá para a interactividade desejada.

De resto, outras formas de fazer circular a informação sobre testagem e experimentação de variedades vegetais e animais, de métodos culturais, etc. não foram adoptadas.

4.º Incentivar a troca e compra de terras, de forma a contribuir para o progressivo emparcelamento e redimensionamento das explorações.

Voltamos a referir aqui o tão falado sistema de incentivos à compra de terras por rendeiros sempre defendido pelo Partido Socialista nos bons velhos tempos de oposição e que não vê concretização nos planos agora em apreciação.

5.º Estímulo ao ordenamento agrário, de forma a permitir explorações rentáveis e possibilitar a reflorestação de áreas pouco produtivas, tendo sempre em atenção a preservação do ambiente.

Com menos 176.000 contos do que em 97 para as medidas agro-ambientais e com 60.180 contos para o fomento florestal, como serão possíveis atingir os objectivos anunciados?

7.º Constituição de agrupamentos de produtores que organizem a produção de carne, de forma a permitir a adopção de um selo que certifique o modo de produção e a origem para a carne produzida nos Açores.

Não estão clarificados os incentivos a tal medida, nem as condições de operação de empresários regionais nos mercados externos.

7.º Construção de uma rede de abate de animais reconhecida pela União Europeia.

Na sequência das questões colocadas em comissão a resposta é esclarecedora - apenas os matadouros industriais de S. Miguel e da Terceira poderão ser reconhecidos pela Comunidade e a dita rede de abate não ficará concluída antes do ano 2.000. Além do mais, não estão esclarecidas as condições de transporte dos bovinos das restantes ilhas para os matadouros industriais, ou seja, a forma como será o circuito da produção - transformação - comercialização da carne de todas as ilhas dos Açores.

8.º Incremento de produções estratégicas na área da horticultura, da fruticultura e da floricultura, de forma a aumentar a produção através de uma especialização cultural.

Desconhecem-se quais são, no entender da SRAPA as produções estratégicas, e a propósito refira-se que a aceitação das produções biológicas faz-se após grandes desentendimentos públicos com os agricultores biológicos e com a simples alteração da redacção do Plano para 1998 na acção Novas Culturas acrescentando-se a frase ..." apoiando-se a agricultura biológica", pretende-se tudo resolver.

9.º Reforço das acções de apoio à comercialização dos produtos agrícolas.

Após um ano de insucesso na tentativa de negociar com grandes superfícies a comercialização de produtos açorianos, vislumbra-se para o próximo ano o resultado de um contrato de financiamento a outro grupo de distribuição, cujos princípios já mereceram contestação e que obrigarão a uma relação de dependência e exclusividade a uma única rede de comercialização, precisamente na componente do consumo massificado, situação não satisfatória para os Açores quer em termos de preço e quantidade.

Quanto à avaliação do investimento global na Agricultura, bem conhecemos a sua real dependência dos financiamentos da União Europeia.

Com o facto de se terem superado todas as expectativas na utilização dos fundos do FEOGA-O no QCA II, aliás referido nos documentos em apreço, receio que não se atinjam os níveis de investimento necessários e anunciados para o sector agrícola.

Refira-se, a propósito, que o texto assaz reivindicativo das necessidades de investimento agrícola e que constavam do PMP apresentado em Maio passado, e que mencionava claramente a solicitação do reforço de 86 MECUS, 20 milhões de contos da União Europeia, passam no actual Plano de Médio Prazo para uma referência a um reforço imediato de 9,3 MECUS, ou seja, cerca de 1,9 milhões de contos.

Esta atitude poderá indiciar uma evidente consciência do Governo socialista na contenção do investimento na Agricultura, retirando viabilidade às propostas e às dotações agora apresentadas.

Estes são apenas alguns exemplos que ilustram as diferenças entre o prometido e o cumprido ou mesmo o incumprimento já previsível no próximo ano e referenciados nos documentos agora em apreciação.

Parece-nos não ter ainda chegado a nossa hora de dizermos o que faríamos, mas sim de continuarmos a assistir, infelizmente, a um novo ano de consumadas desculpas na concretização do prometido.

Aqui estaremos, contudo, a julgar as vossas opções e a pugnar pelo cumprimento dos vossos compromissos eleitorais, sem no entanto deixar de usar de todos os mecanismos parlamentares para que se decida a bem dos agricultores açorianos.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores encontra-se novamente a analisar, interpretar e a debater o Plano a Médio Prazo 97-2000 e em simultâneo a apreciar os

instrumentos definidores dos projectos e da política orçamental do VII Governo Regional para o ano de 98.

Os documentos sobre os quais nos debruçamos visam uma estratégia de desenvolvimento consubstanciada no programa deste Governo que mereceu e granjeou, não só o voto favorável desta Câmara, como, muito especialmente, foi sufragado pelo Povo Açoriano. Deste modo, e exprimindo a vontade e o desejo do nosso povo é preciso dar a este executivo os instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento continuado desta Região.

Contudo, venho a esta tribuna com o intuito e a vontade de apenas ajudar a ajuizar das suas principais linhas orientadoras no que ao sector agrícola respeita.

Antes, porém, gostaria de referir que, quando em 27 de Maio último, nesta tribuna, era expectativa declarada que o actual plano promovesse a melhoria dos agricultores desta Região, estávamos conscientes de que tal desiderato não seria alcançado nem sentido em tão escassos 5 meses. Porém, não seria de modo algum justo que passasse sem referência o facto de neste curto espaço de tempo já se sentir alguns sinais de desenvolvimento e de um claro desafogo na forma de viver daqueles que desta actividade fazem a sua profissão. Sendo certo que com o decorrer do tempo mais facilmente se poderá avaliar da reprodução prática dos documentos em vigor. Mas, os sinais, repete-se, são obviamente indiciadores de que a situação do sector é bem diferente daquela que existia há um ano atrás.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Relativamente aos documentos em debate, a crítica tem sido unânime, nomeadamente a expressa pelos parceiros sociais, na forma admirável, distinta, e objectiva como os documentos se apresentam elaborados e no que concerne especificamente ao sector agrícola faz um bom, preciso e adequado enquadramento do sector, apontando as estratégias e a política a seguir.

Por mais que nos custe aceitar, a realidade económica deste sector assenta num quadro em que sobressai a "monocultura da vaca", sucedendo aos ciclos do pastel e da laranja que em décadas idas, também eles, sustentaram estas nove ilhas e naturalmente alimentaram uma população bem mais numerosa.

Se as realidades económicas são distintas, os espaços rurais são os mesmos. Já nessa altura, existiam áreas com culturas alternativas e monoculturas de então, mas também hoje campos existem em que o seu superior e preferível aproveitamento conseguidos com culturas alternativas, conduz à sua eficaz e produtiva rentabilização diversificando-se assim a actividade do sector.

Uma maior diversificação induz uma maior solidez e vitalidade desta actividade económica e, concomitantemente, irá propiciar um melhor ordenamento do território e da paisagem açoriana.

Apesar do que disse anteriormente, tenho a consciência e a noção de que não se pode separar a realidade económica açoriana e especificamente a do sector agrícola, da produção pecuária, nomeadamente da produção de leite e de carne.

São estas duas fileiras que sustentam e suportam a economia deste sector e por isso deverá reforçar-se a sua competitividade, mas sempre que possível dever· potenciar-se a diferenciação e diversificação da produção.

É exactamente isso que está subjacente a este PMP e Plano para 98, nos quais o sector agrícola sai numa posição reforçada. Não apenas por lhe serem atribuídas mais verbas do que sucedia em planos anteriores, mas sobretudo, por estes documentos pressuporem uma política sustentada, baseada nas infra-estruturas indispensáveis a uma agricultura moderna, competitiva, profícua e rentável e anteverem as dificuldades daqueles que na terra vivem, em constante ansiedade e incerteza as vicissitudes de uma actividade que não conhece férias ou fins de semana.

Refiro-me designadamente à continuada e porfiosa aposta no ordenamento agrário que ficará a compreender no decurso deste Plano de Médio Prazo uma superfície de intervenção com 33.428 Ha onde serão investidos mais de 2,2 milhões de contos do orçamento regional, correspondentes a uma despesa pública muito superior a 10 milhões de contos. Ficará coberta mais de 28% da área agrícola do Arquipélago.

Assim, a ilha de São Miguel com 6 perímetros (Bacia Leiteira de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação, Maia/Fenais da Ajuda e Santana/Rabo de Peixe), ficará com uma área infra-estruturada de 17.318 Ha representando mais de 45% da superfície agrícola útil da ilha. A ilha Terceira por sua vez ficará com 4 perímetros infra-estruturados (Paúl, Serra do Cume/Agualva, Raminho/Altares e

Cinco Ribeiras/Santa Bárbara) que abrangem uma superfície muito significativa de 11.175 Ha representando, já cerca de metade da área cultivável da ilha.

Serão ainda iniciados novos projectos e encetadas obras relativas a perímetros de ordenamento agrário nas ilhas do Faial, São Jorge e Graciosa.

Reconhece-se que neste âmbito alguns trabalhos já foram encetados por outros Governos e que nem tudo ficará concluído no período de vigência deste PMP, mas também sabemos, que este PMP, no que ao ordenamento agrário respeita, representa um importante salto em frente.

Os investimentos propostos irão permitir que um cada vez maior número de agentes intervenientes na actividade agrícola possam ver substituídos os caminhos sulcados, esburacados e enlameados por tapetes de asfalto, facilitando acessos, reduzindo tempos de circulação e diminuindo o desgaste das máquinas para que os agricultores possam ver as propriedades que exploram abastecidas com água, diminuindo os custos de produção e melhorando a qualidade e higiene das operações de ordenha. E finalmente possam ter a electrificação agrícola que é fundamental especialmente para as explorações de maior dimensão e superior grau de mecanização, sendo indispensável a uma unidade moderna de ordenha, possibilitando inclusivamente a utilização de tanques de refrigeração. Este será sem dúvida um importante processo contributivo para o garante da qualidade do leite.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ainda no que se refere a infra-estruturas, saliente-se a construção dos 2 famigerados e célebres matadouros industriais cujo custo ascenderá a 4,7 milhões de contos.

Estas estruturas têm sido sucessivamente adiadas, quer por limitação dos recursos financeiros disponíveis, quer mesmo por falta de vontade e coragem política, visto que quer agora, quer no passado, será sempre mais fácil e politicamente mais proveitoso aprovar 500 ou 600 projectos de investimento.

Serão estas obras, deste e de nenhum outro Governo e apesar da sua pertinente necessidade e primordial importância, o seu efeito na economia açoriana não será imediato nem será substancialmente sentido pelos nossos produtores, sendo contudo essencial ao nosso desenvolvimento.

Esta é uma decisão que penaliza certamente outras rubricas, mas com a edificação destas estruturas poderemos a médio prazo proceder ao acabamento final de engorda de grande parte dos animais nados na Região, exportaremos a carcaça em vez do gado vivo, a carne certificada substituirá a carne de origem duvidosa e acima de tudo poderemos garantir a qualidade e credibilizar um produto genuíno, produzido em condições únicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Como qualquer política consciente de um qualquer sector de actividade, a proposta deste Governo no que a este sector diz respeito não esqueceu e até acentua as suas preocupações com o rejuvenescimento da população agrícola, através do processo de reforma antecipada complementado com uma integrada política de formação profissional de jovens agricultores e de informação e formação de todos os intervenientes desta actividade.

Se quisermos ponderar e reflectir sobre alguns números ou rácios destes documentos, poderemos concluir que, no que concerne às dotações financeiras globais, não se constatam diferenças expressivas quer relativamente aos PMP's quer aos Planos de 97 e 98. Mantém-se assim a continuada preocupação deste Governo para com esta actividade, colocando-a no lugar a que por mérito e importância tem direito.

Para melhor compreendermos a importância atribuída a este sector por este executivo, basta compararmos a representatividade do sector no total dos planos anuais do VII Governo Regional e do último Governo do PSD, passando de 12,8% para os actuais 15,1%, correspondendo a um diferencial superior a 2 milhões de contos.

A finalizar gostaria de aludir ao facto de que estou confiante de que este não será o PMP da eterna insatisfação e da infundável teimosia, sendo elaborado e reformulado, tendo sido ouvidos os partidos com assento parlamentar durante a sua preparação. Não é de pensar que este seja um PMP que se reprove pelo simples prazer de se reprovar, porque enquanto este Governo se aproxima cada vez mais das necessidades das nossas populações e das carências de muitos lares açorianos, parece que este Parlamento não vê nem compreende isso e não concede a este Governo a confiança que os açorianos cada vez mais lhe depositam.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Antes disso, quero apenas dar a habitual informação sobre os tempos gastos e os tempos que o Governo e os Partidos ainda dispõem.

Assim temos:

O Governo Regional já gastou 3h e 5m, tendo disponível ainda 1h e 55m;

O P.S. já gastou 1h, 16m e 55s, tendo ainda para gastar 3h, 42m e 5s;

O P.S.D. gastou 2h, 44m e 25s, tendo ainda 2h, 15m e 35s:

O P.P. gastou 38m e 50s, tendo ainda 51m e 10 s;

O P.C.P. gastou 15m e 45s, tendo ainda 44m e 15s.

Com esta informação interrompemos os nossos trabalhos até às 15,00 horas.

(Eram 12,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15,20 horas)

Dando continuidade ao debates dos documentos que estão presentes na Mesa, dou a palavra ao Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, permita-me dizer que depois daquele debate acalorado, nada melhor do que uma pinga de água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Ilha do marco!

Foi assim conhecida pelos antigos navegantes, que rumavam para um novo mundo da América, hoje conhecida pela ilha do Corvo onde o apego à terra vai acalentando a esperança dum amanhã melhor, mas dificilmente este chega.

Mudam Governos, e já passado mais de um ano, nenhum dos graves problemas que afligem os corvinos obteve qualquer resposta concreta da parte do actual Governo, porque os maiores anseios da população corvina que eu aqui tenho referido, nenhum deles parece ter sido ouvido com vontade de se realizar rapidamente.

Mas há um estímulo que me faz subir a esta tribuna que é baseado, no provérbio do seu povo, que diz "Água mole em pedra dura tanto dá até que fura".

A este respeito, caro amigo deputado José Manuel, não te preocupes com namoros políticos antecipados ou acabados.

Realmente não se cometeu nenhum adultério.

A verdade é que o PP está a ser muito cobiçado, mas com respeito a casamento, para que isto fique bem claro, o PP só o fará com o Povo dos Açores.

Aliás, não é pecado namorar com o Governo uma vez ou outra, para obter para os corvinos aquilo que eles sempre ambicionaram.

Agora estou eu, quando me fala o outro!

(Risos do Deputado António Meneses)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tenho plena consciência, que não sou só deputado pelo Corvo e já dei provas disso aqui nesta Câmara, quando se trata de matéria de interesse regional global, porém vou continuar aqui a defender que não se tenha de sacrificar algumas ilhas em benefício de outras, como tem sido o caso do Corvo e das Flores que até parece, serem ilhas de outro arquipélago.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Voltando um pouco ao princípio, e para que o Corvo tenha um marco na sua cultura pela positiva e não perdido, porque muito já se perdeu da sua cultura e conhecimento daquela ilha, é imprescindível, e de toda a urgência, que se crie pelo menos uma Casa Etnográfica no Corvo, para que as gerações vindouras possam conhecer melhor e apreciar como viviam os seus antepassados, porque só assim podemos ter um testemunho certo da vida e da cultura de um povo através dos tempos.

De resto, mais tarde, este também pode servir de mais um polo de atracção turística, de que tanto se fala nesta Região e o Corvo desperta a curiosidade dos turistas, mas depois estes interrogam-se: como posso lá chegar se não tenho transporte?

Diz o Sr. Secretário da Economia que isto implica custos, mas eu digo que para se gerar dinheiro tem que se investir, porque se tivéssemos os três voos da SATA durante o Inverno, muitos turistas iriam passar o fim de semana às Flores e ao Corvo. Até posso estar errado em exigir os três voos semanais para o Corvo, e para que não se diga que até somos pobres no pedir, deveria sim era exigir que a SATA escale o Corvo todos os dias, como faz nas outras ilhas e ainda atendendo a que o Corvo, neste momento, não é beneficiado com qualquer outro transporte público que não seja a SATA.

Por todos estes problemas, e por outros, as pessoas interrogam-se onde está a apregoada mudança, porque até agora nada mudou.

Outro assunto de primeira necessidade para o Corvo é o porto.

Impõe-se agora que todas as fases do projecto andem depressa para que a obra se concretize o mais rápido possível, dada a sua urgência e importância para os corvinos.

Que a única preocupação deste Governo, em relação ao Corvo, não seja só as Eleições Autárquicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Outro assunto, também da competência do Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais, é o relacionado com a necessidade de um centro de dia para Idosos no Corvo. É de toda a urgência que o Governo se empenhe o mais possível neste projecto, para que os anciãos do Corvo possam ter um espaço para conviver e estar juntos com pessoas da sua faixa etária, como acontece em todas as outras ilhas.

Quero também alertar para que este Centro seja dotado de algumas camas, porque pode surgir necessidade de alguns internamentos por falta de familiares, como ainda há pouco aconteceu no Corvo.

Estas pessoas, além de terem de ir para um lar, ainda tiveram de passar pela dor de abandonar a Ilha que os viu nascer e terem de ir para terra estranha, o que se torna muito doloroso partir na última fase da vida.

Obrigado.

Vozes do PP: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Meu caro Deputado João Greves, o Partido Popular pode ser muito cobiçado, mas não pelo PSD, porque se o PSD quisesse, se calhar o PP não tinha feito casamento novamente.

Portanto, isto é para que fique aqui bem clara a posição do Partido Social Democrata.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um pequeno esclarecimento ao meu caro companheiro Deputado José Manuel.

Neste momento só interessa ao PP ser cobiçado pelo povo dos Açores. É preciso que isto fique bem claro e acho que esclareci isso devidamente.

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses(PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu prometo que não vou falar de casamentos nem de donzelas, ...

Deputado José Maria Bairos (PSD): É só de namoro!

O Orador: ...porque, como sabem, até pela minha profissão o resultado não seria bom, porque eu faço mais divórcios do que casamentos.

(Risos da Câmara)

Eu queria simplesmente perguntar ao Sr. Deputado João Greves, porque vive no Corvo, se por acaso não viu em construção naquela ilha uma escola e uma creche. Se não viu também em construção no Corvo uma casa de matança, porque dá a ideia, e aliás foi afirmado por si, de que nada se estava a fazer lá.

A questão do porto foi explicada e a demora é meramente técnica e de projecto.

Portanto, gostaria de saber se essas outras coisas estão a ser feitas ou se aquilo que lá está são algumas ruínas, porque o Sr. não fez qualquer referência a isso?

Fico-me por aqui, sem casamentos nem baptizados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves para prestar esclarecimentos.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Fernando Meneses, realmente essas obras estão a ser feitas no Corvo, mas não são para o Corvo nenhuma novidade, porque já vinham projectadas do Governo anterior.

Agora, o que esperamos é que haja realmente mudança.

Eu vou ter sempre isto em conta: não se diga tanto bem para que amanhã não se possa dizer e não se diga tanto mal, para que amanhã não se possa dizer bem. Este é o princípio mais ou menos pelo qual me oriento e, acima de tudo, da minha consciência.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As catástrofes dos últimos tempos têm suscitado uma grande tomada de consciência para as questões que dizem respeito ao Ambiente. São situações desta natureza, onde a magnitude dos fenómenos evidenciam a impotência da Humanidade, que tem levado os homens a darem passos decisivos na política ambiental. Aproveitemos também o momento para, segura e determinadamente, fazermos mais algumas conquistas no domínio do Ambiente, nomeadamente em sectores que dizem respeito à educação ambiental, protecção dos recursos hídricos, política da ocupação de solos, protecção civil, entre muitas áreas de igual interesse ambiental.

A dimensão dos problemas ambientais constitui um desafio à escala mundial o que se tem traduzido na solidariedade planetária de um conjunto de países considerável. Esta forma de dimensionar a política ambiental passa, necessariamente, pelo seu equacionamento a nível local. A política do ambiente que, aqui, nos Açores vier a ser

executada não irá fazer um mundo melhor, mas irá, certamente, torná-lo um bocadinho melhor. É este o princípio que deve orientar o Governo e esta Assembleia na elaboração e na apreciação das propostas do PMP e do Plano e Orçamento/98 que hoje estamos a apreciar.

O Governo socialista é sem dúvida o protagonista e primeiro responsável pela execução da política ambiental que vai orientar a Região no virar do milénio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política que este Governo propõe para o ambiente e que está consagrada nas propostas de plano, não pode merecer a nossa aprovação. Longe de responder à prometida política global, vai, pelo contrário, e a pouco e pouco, transformando-se num conjunto de medidas avulsas, difíceis de avaliar em pormenor e de integrá-las num conjunto lógico.

Cedo se percebe e com prejuízo para todos nós, que o Governo vai gerindo as conjunturas e não consegue planificar o futuro.

Há um manifesto e soberbo desinvestimento nas medidas políticas para o ambiente.

Como se essa redução espectacular não bastasse, é também de admirar o que este Governo coloca na verba não desagregada. Ou seja, quer no Projecto "Valorização da qualidade ambiental", quer no do "Ordenamento do Território" não sabemos nem conseguiremos saber onde o Governo vai aplicar o orçamento da Região. Muito pior ainda, e o que nos assusta, é que o Governo é capaz de não saber onde o vai aplicar.

As medidas de política ambiental propostas não respondem cabalmente ao diagnóstico e à orientação estratégica definidas na parte inicial do documento que constitui o PMP.

O Plano não possibilita uma articulação clara dos seus objectivos com as concretizações propostas. Se estas são enunciadas, no entanto, não as localizam no tempo, e no espaço, nem formulam os critérios que determinaram a sua elaboração. Pelo contrário, elaboram uma série de metas, praticamente as mesmas que integraram o PMP anterior, sem desvendarem quaisquer critérios e sem dizerem onde irá ocorrer e porquê! Nem tão pouco nos dizem quando, nem como acontecerá.

Fizemos a mesma crítica ao anterior Plano a Médio Prazo, mas, teimosamente, a actual proposta, hoje em discussão, enferma da mesma lacuna, o que nos leva, outra vez e também teimosamente, a dizer NÃO!

Não podemos aceitar assim uma proposta de PMP.

- Realização de 5 estudos na área de recursos hidrográficos;
- Intervenção em 5 bacias hidrográficas e 15 ribeiras;
- Protecção da orla marítima em 5 ilhas;

Porquê, sempre 5? Quais as ilhas, onde e quando? Que critérios?

Comemoração de três dias mundiais de temas ambientais. Quais?

Organização de 10 "Workshops" temáticos. Quais?

Na proposta de Plano/98 não se prevê nenhum deles!

(Agora já sei que um deles vai ser em São Jorge.)

Aguarda-se, evidentemente e com expectativa, grandes brilharetes para 1999 e 2000.

Conclusão do PROTA já aqui falado. Já estava para ser em 1997. Porquê o atraso?

Elaboração de 6 Planos de Ordenamento da Orla Costeira. Porquê 6, onde e quando?

Nestes 6 POOC's inclui-se o já quase concluído da costa sul de São Miguel?

É de estranhar a sua não conclusão!

E a costa norte daquela ilha? Vai ou não ter um Plano de Ordenamento da Orla Costeira? É um litoral, e refiro-me apenas à costa confinada ao concelho da Ribeira Grande, com gravíssimos problemas de erosão e de ambiente. A situação requer, no mínimo, a realização de um Plano de Ordenamento deste tipo, por forma a que a protecção e valorização do seu litoral se faça pela conjugação de esforços dos que partilham a responsabilidade política nesta Região. Há inúmeros recantos naquele litoral que merecem a protecção, a valorização e a potenciação. Desde a baía da Maia, passando pelos pequenos portos de pesca do Porto Formoso e de Santa Iria e pelos areais da Ribeira Grande, até aos Poceirões nas Calhetas. Isto para referir apenas alguns deles.

Estou a falar de uma pequena faixa de terra de uma ilha que não pretende ser a Ilha Maior, estou a falar de um pedaço de terra que não quer ser a jóia da coroa. Estou a falar de uma faixa de terra que alberga apenas 28 mil habitantes.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem!*

O Orador: Mas, sinceramente, não acredito que algum plano de ordenamento se faça. E basta, até, verificar o Plano de 97 que foi, nesta matéria, mais ambicioso que a proposta agora apresentada para 98. Enquanto que no de 97 se propõe Planos de ordenamento da orla costeira e sua protecção, limpeza e conservação, agora para o de 98 refere-se apenas "ordenamento de pequenos troços da orla marítima de algumas ilhas."

Será que isto quer dizer alguma coisa?

Ou será que o Governo até não quer é dizer mesmo nada?

Quem sabe se, efectivamente, o Governo começa já, e tão cedo, a perder a chama e a ambição?

É por todos evidente a relevante actuação das Associações Ambientais em qualquer parte do Mundo. Assim o é na Europa, como o é nos Açores. No entanto, a ausência do diálogo da Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente com as Associações tem sido devastador. Basta que, para o efeito, se esteja com atenção ao que os responsáveis das Associações Ambientais vão dizendo publicamente ou em privado. E o que se passa com o tão falado e prometido Concelho de Concertação Ambiental?

Quanto ao apoio financeiro às associações, por vezes só acontece, quando há alguma reacção pública da parte delas: ou seja, se alguém espirra, o Governo soluça.

Estamos perante uma Secretaria que às solicitações da comunidade se diz SIM, depois não faz, ou, então, finge que faz. Se, peremptoriamente, diz NÃO, logo depois acaba por dizer um sim disfarçado e envergonhado.

Também é difícil descortinar qual a política do Governo em relação às áreas protegidas, limitando-se, a esse respeito, a referir apenas, no PMP, a criação da Rede Regional de Áreas Protegidas e, muito menos, saber qual é a sua determinação, ou até recusa total, inexplicavelmente grave, em não querer classificar novas áreas ambientais.

E o que se passa com o combate à eutrofização das lagoas? Como vão os estudos científicos?

A política para a qualidade do ar e para a protecção do património geológico continuam ostensivamente ausente!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O alcance das medidas de política ambiental que nos são propostas não corresponde àquilo que a geração de hoje quer, nem aos exemplos de determinação que a União Europeia nos tem dado.

A nossa geração que orienta e condiciona a política do desenvolvimento dos Açores tem o dever histórico de pôr em prática uma política ambiental, de acordo com as manifestas preocupações da Europa e do Mundo. Hoje, sabemos mais, a comunidade está mais sensibilizada, temos uma União Europeia que, em questões de ambiente, caminha à frente dos países que, individualmente, a constituem.

O Partido Socialista e o seu Governo estão a ter a sua oportunidade de governar, e faço votos para que governem bem, porque os que se lhes opõem hoje estão a preparar-se para governar melhor.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muiito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Os documentos agora apresentados e em discussão nesta Sessão Plenária, tiveram a sua génese no debate de ideias, amplo e aberto, com toda a sociedade civil, pelo que traduzem, opções reais e muito claras, aliás já apresentadas, pois deram corpo aos objectivos do programa de Governo para uma Nova Autonomia". O Plano a Medio Prazo 1997/2000 e o Plano e Orçamento para 1998, apontam para uma estratégia de aplicação dos grandes objectivos bem definida, com um enquadramento real e expresso com pormenor crescente, à medida que percorremos, as principais linhas de acção das políticas sectoriais.

São também documentos, que irão garantir o fortalecimento da maior fonte de suporte da nossa base económica.

Apesar do decréscimo que se tem verificado nos últimos anos da população activa no sector agrícola, este apresenta, em algumas das nossas ilhas, níveis acima do

tecnicamente desejável e mais elevado ainda, se pensarmos que a agricultura de que falamos e que serve de base de cálculo aos indicadores, tem por base a agro-pecuária, onde a relação mão-de-obra por unidade de superfície e a nível das restantes actividades do sector agrícola é a mais reduzida.

A expressão económica do sector agrário é majorada, se tivermos em conta, de que parte da nossa indústria transformadora emerge da produção do sector agrícola, nomeadamente da agro-pecuária e das culturas industriais.

Sem minimizar o verdadeiro peso da pecuária, não se vêem rejeitadas à partida, as outras potencialidades endógenas de produção, fruto das características edáficas dos nossos solos e das condições climáticas.

Estas potencialidades, cuja expressão ainda se encontra longe de alcançar a sua verdadeira dimensão, poderão vir a desempenhar um importante contributo na complementaridade da nossa principal actividade, sem contudo a prejudicar e contribuir para a criação de novos postos de trabalho, junto do meio rural, que como todos nós sabemos apresenta grande défice.

Nos documentos em análise, as novas culturas aparecem, na realidade, consideradas no mesmo nível de interesse, sendo-lhes concedidas as mesmas oportunidades de apoios ao investimento, com dotações crescentes e capazes de promover o arranque da sua prática.

É manifesta a intenção de se proceder rapidamente, à modernização de todas as actividades do sector, com medidas que levem à racionalização dos custos a nível das explorações, através de estudos de redimensionamento e emparcelamento a desenvolver nos perímetros de ordenamento, de acções de manutenção e execução de novas infra-estruturas, nomeadamente de caminhos rurais, que possam garantir um bom acesso às explorações, da implementação de sistemas de abastecimento de água e, em alguns casos mais particulares, de distribuição de energia eléctrica.

A valorização profissional dos produtores e as áreas de estudo, estão também contempladas, através da implementação de um sistema de informação e da partilha, com as suas organizações, sobre as importantes decisões dos projectos de experimentação a desenvolver e naturalmente, adequados às necessidades reais.

Para a pecuária, são ainda de realçar as medidas de controlo e redução da incidência das principais doenças das nossas manadas, através da prossecução das campanhas de controlo sanitário e da construção de instalações laboratoriais de apoio.

Contudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, novos condicionalismos externos já se levantam à agricultura açoriana quanto à disputa dos mercados tradicionais, local e continental, quer a nível de preços, quer em relação à qualidade das nossas produções.

Na salvaguarda deste último e importante aspecto, está previsto o início de novos processos de certificação de vários produtos regionais, que por vezes obriga à realização de acções a nível da construção das estruturas físicas de apoio à produção como no caso da carne, que envolve a construção de matadouros industriais, há muito esperados.

Também aqui, já abordámos os problemas que se levantam à comercialização de grande parte das nossas produções. As relações comerciais que vigoram não são as mais favoráveis, uma vez que não são os nossos produtores que vendem os seus produtos, mas sim os comerciantes de outras paragens que os vêm comprar às nossas ilhas. Este pormenor é, em nosso entender, um dos aspectos, que a par de outros estrangulamentos, tem constituído um dos entraves ao desenvolvimento de alguns sectores económicos da Região.

Não podemos sobre nenhum pretexto, deixar em mãos alheias o controlo dos últimos elos da cadeia comercial, pois é aí que residem os menores riscos, as maiores valorizações e, o mais importante, o controlo da comercialização.

Congratulamo-nos com as dotações inscritas no Plano que visam ultrapassar as situações descritas, pois torna-se imperioso não só proceder à promoção das produções, como também, formalizar a criação de entrepostos comerciais em estreita ligação com as organizações de produtores, como propõe o VII Governo Regional.

Os documentos agora apresentados ao Plenário, adaptam-se aos problemas que nos levanta a realidade em que vivemos, contendo um conjunto de soluções capazes de enfrentar os nossos problemas internos, sem contudo minorar ou esquecer os externos, quer os que se colocam no interior da própria União Europeia, quer os

derivados da crescente entrada dos produtos de países terceiros. Assistimos à implementação da defesa e valorização dos recursos e dos produtos agrícolas.

O Governo Regional preparou o Plano e Orçamento para 1998 e o Plano a Médio Prazo que agora submete à discussão e votação por esta Assembleia Legislativa, por forma a consolidar a recuperação económica e alcançar a modernidade neste sector com os quais concordamos expressando, desde já, o nosso voto favorável.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

É impossível pensar hoje os Açores apenas como peça decorativa do Atlântico Norte, envergonhados na pequenez geográfica, escondidos na distância ou na lonjura, demasiado comedidos na capacidade reivindicativa ou na demonstração dos seus reais valores, talentos e atributos.

Viveremos a discutir este pessimismo doentio e a arrecadar desculpas para evitar assumir um papel de autenticidade determinante e irreversível.

No dia a dia das decisões esquece-se a importância estratégica do desenvolvimento global e integrado e acolhe-se com medo da opinião alheia e o desdém dos adversários de esquina, os compromissos do solavanco baseados na espontaneidade emotiva ao sabor do mais fácil e, a cada instante o que politicamente é mais proveitoso.

É o "fazer-por-fazer" cerimonioso e acanhado, numa tentativa sempre desculpabilizável de confundir conceitos e preconceitos e justificar o que na verdade não se sente e não se assume.

" A minha terra é a minha Ilha, e a minha ilha é a minha gente," poder-se-ia dizer numa definição apressada e com certeza defeituosa sobre o sentido e o sentimento da nossa relação directa e inequívoca com a circunstância física e psicológica, entre o céu, o mar e o mundo, que apenas se limita a começar aqui.

Detesto este conformismo residente e umbilical receoso e amarfanhado.

Às vezes, como diz o poeta "A ilha mete medo e nem está triste", mas é essa atmosfera cinzenta, esse olhar abreviado de horizontes sem limites, o cansaço nos braços do apelo e da resignação, que preenche o imaginário da mais livre e pura criação artístico-literária.

Independentemente da discussão mais ou menos académica à volta da consagração ou não de uma corrente açoriana, a verdade é que existe muita e variada produção, indiscutivelmente associada à vivência, aos sonhos, aos desígnios, da realidade insular ora mais introspectiva e até redutora, ora mais abrangente e universalista, mas sempre merecedora de uma peculiar atenção.

Quantidade e qualidade podem, eventualmente, desmentir-se ou coexistir numa medida proporcionalmente aceitável.

Seja como for, é fundamental suscitar o debate, a crítica autorizada e credível, polemizar sem medos e sem rodeios.

Mal vai o Governo que admite submeter a sua política cultural ao livre arbítrio de "capelas" e "capelinhas", de "amigos" e "amiguinhos" sempre disponíveis para criticar com uma mão e bajular com a outra.

É indesejável uma política dirigista, sectária, ou de conveniência, que alimenta vícios e suscita a estagnação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito recentemente os Açores estiveram representados na grande feira do livro de Frankfurt, um espaço internacional de exposição, convívio directo com escritores, compra e venda de direitos de autor.

Um espaço de animação e negócio, divulgação e debate.

Coube este ano a Portugal a designação de "País-Tema" e a pretexto dessa honrosa distinção cedo foi assumido um conjunto de manifestações artístico-culturais que relevassem e distinguissem alguns dos seus melhores protagonistas.

Portugal, segundo rezam as crónicas, jogou forte e com a sua primeira categoria, entre a qual figuravam nomes bem açorianos, como Vitorino Nemésio, Natália Correia ou João de Melo.

O Primeiro Ministro António Guterres e o Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, deram em tempo oportuno com a sua presença a cobertura devida que o acto obviamente merecia.

Aproveitando ou não a boleia, os Açores quiseram marcar pontos, mas, fizeram-no de forma apressada e tanto quanto se percebe de declarações públicas do Director Regional dos Assuntos Culturais, " a representação dos Açores na Alemanha foi decidida bastante em cima da hora".

Não está em causa a decisão que me parece meritória e se calhar urgentemente necessária, mas sobretudo a forma, as condições, e as consequências subjacentes.

O Governo Regional é a imagem dos Açores e, por isso, independente dos critérios que adopta para gerir os destinos desta terra, não é aceitável que na ânsia de querer contabilizar trabalho feito, se limite a elaborar uns convites a quem estiver mais à mão - muitos deles recusados na volta do correio - marcar passagens, estadias e passeios tipo deslumbramento, sem qualquer relação causa-efeito, que não seja para quem participa, a constatação de outras realidades que sublinham ainda mais o percurso da nossa pequenez.

Os relatos e os testemunhos evidenciam uma participação autónoma, desenquadrada ou desarticulada da Representação Nacional com o cheiro e o sabor da clandestinidade.

Um pavilhão com livros, de história, arte, etnografia, ficção, poesia, teatro, ensaio, crónica, um pouco do muito que se tem editado nos Açores.

Não foram claras as motivações nem a linha criteriosa das escolhas particularmente das obras expostas na Feira de Frankfurt.

Muitos dos escritores convidados não estavam representados e muitos dos representados não eram representativos.

Em termos culturais, a imagem da Região não se pode ficar pelos livros que sobram dos caixotes espalhados e esquecidos em qualquer sotão de Palácio, com ou sem capitão-general.

Depois, de uma forma geral, não se pode confinar apenas às edições que tiverem cobertura Governamental. É reduzir o empenho esforçado de muitas entidades e é naturalmente limitar o leque da capacidade selectiva.

Seria bom que o Governo ou alguém por ele assumisse claramente a vontade de inventariar as obras e os autores existentes quer no plano da escrita, da música, da pintura ou outra qualquer vertente significativa e que dela resultasse uma coordenação modelar.

Medidas a vulso e extemporâneas desligadas de qualquer objectivo prático, formativo ou promocional, não só não levam a parte nenhuma como prejudicam no exterior o impacto das realizações internas.

Quem de uma forma integrada e global projecta a imagem dos Açores, no plano da sua paisagem natural e humana, dos seus movimentos económicos, desportivos e, sócio-culturais?

Quem e como?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A meados de Setembro o Presidente Jorge Sampaio deslocou-se propositadamente a Espanha para homenagear os futebolistas portugueses que com sucesso percorrem os estádios da liga mais famosa do mundo. Pediu-lhes o apoio para que ajudassem a promover a Expo-98 a grande exposição mundial de Portugal. De entre os atletas reconhecidos e contemplados com este pedido expresso do Presidente da República, está o internacional Pauleta, jogador formado nas escolas/clubes desportivos dos Açores ainda há três quatro anos.

Jorge Sampaio disse na cerimónia da homenagem “ Tal como nós pretendemos com a realização da última exposição do século, projectar a imagem de Portugal fora das fronteiras, estamos perfeitamente convictos que o trabalho que eles vêm desenvolvendo aqui, no futebol espanhol, vale mais do que muitas campanhas ou muitas palavras que possam dizer sobre a importância da projecção de Portugal no estrangeiro”.

E nós? Que fazemos com este e outros nossos atletas que diariamente se evidenciam em provas nacionais internacionais e depois anonimamente vagueiam com sucesso escolar nos pátios das suas escolas sem reconhecimento público, quer das entidades oficiais quer dos próprios Conselhos Directivos?

Alguns já partiram para outras paragens. Integram a Selecção Portuguesa de várias modalidades, mas continuam desaproveitados para não dizer pura e simplesmente ignorados.

E consigo arranjar uma boa vintena, oriundos de várias ilhas.

Do Marcelo Macedo à Susana Goulart, do Paulo Masinga ao Carlos Silveira, da Marília Vargas à Raquel Soares, um sem número de valores de emblema ao peito desperdiçados na sua própria terra.

Por este andar Pauleta mais depressa cumprimentará o Rei de Espanha que subirá os degraus de Santana ou da Madre Deus.

Com os artistas é o mesmo.

Alguns dos grandes estão fora da Região. Outros vivem aqui na perturbação dos dias. De Emanuel Félix, Norberto Ávila, Sandra Sardinha, Fernando Machado Soares, Zeca Medeiros, Ernani Raposo, Milagres Paz, Belarmino Ramos, Nuno Bettencourt, Canavilhas, José Pracana, Carlos Alberto Moniz, Eulália Mendes até ao guitarrista John Goulart premiado internacionalmente em nome do Canadá... e que me perdõem tantos outros, que dariam nome de sobra, para construção duma verdadeira Gala Açoriana.

O desporto e a cultura são armas inseparáveis e irrecusáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a seis meses da inauguração da Exposição Mundial de Lisboa- Expo 98.

Mais de meio milhão de contos são investidos pelo Governo Regional dos Açores nesse grande e, diria, único acontecimento mundial à beira Tejo.

Não sabemos se é muito, se é pouco. Não sabemos de quase nada.

Queremos acreditar na aposta do Secretário Regional José Contente quando na última discussão dos Planos disse: “como organismo coordenador da Expo-98 a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos elegeu como objectivos a agressividade do projecto para que a mobilização e a projecção da Região se tornassem mais valia de atracção de investimentos”.

Daí para cá, pouco ou nada se soube: do envolvimento da comunidade, das escolas e dos estudantes. De todos aqueles que podiam dar um contributo sério e profissional provocando uma corrente contagiante de expectativas.

Uma participação que deve ser grandiosa e amplamente divulgada:

Ficam-nos umas críticas veladas e amuadas da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, uns dinheiros em Portaria para autores musicais, a Universidade numa perspectiva científica e autores-criativos que se adivinha devem estar a preparar o Pavilhão dos Açores.

Um processo multidisciplinar, sério, metuculoso e excessivamente resguardado dos olhares desta Casa.

Sabemos, todavia, que o Cachalote um dos animais considerados emblemáticos dos Açores, será homenageado.

Na sala principal do pavilhão será exposto um cachalote gigante, secular da nossa cultura e da emigração para os Estados Unidos da América.

Aproveito então para lamentar que este Plano não esboce pelo menos um pequeno esforço de forma visível e determinada, no sentido da Região adquirir e recuperar a Fábrica da Baleia das Capelas e até da ilha das Flores, verdadeiro armazém de inutilidades.

Surpreende esta falta de convicção.

Vender ao mundo as virtualidades da Baleia, e tornar virtuais cá dentro a expressão viva da saga da Baleação.

Catalogamos, descriminamos, ignoramos, desprezamos em vez de reconhecer e amar.

Sim, amar orgulhosamente o que é nosso ou dizer como Álamo Oliveira. “**Não há regresso possível mas podes errar no Caminho**”.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Na sequência da intervenção que acabou de ser feita, gostaria apenas de esclarecer que a representação dos Açores na Feira do Livro em Frankfurt foi meticulosamente preparada e integrada na representação nacional.

Se mais pessoas não participaram, foi porque não foi possível mobilizá-las, devida à sua vida e também nem toda a gente quis ir a Frankfurt.

De qualquer forma, a selecção de livros que lá foi feita, foi pensando no público potencial que lá estaria e não foram apenas livros editados pelo Governo e muito menos apenas livros velhos como quis dar a entender.

Tentou-se seleccionar aquilo que melhor havia publicado na Região e tentou-se que esses livros tivessem a máxima visibilidade possível naquela feira.

Portanto, eu creio que são críticas que não fazem muito sentido e que são uma grande injustiça ao esforço que foi posto na participação açoriana na Feira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que eu não fiz uma crítica directa, aliás, disse foi que seria urgente a participação dos Açores em feiras, colóquios, em certames internacionais, mas para chamar a atenção, e aproveitei palavras do Director Regional dos Assuntos Culturais, e dizer que ela foi feita à pressa e os testemunhos e os relatos que vêm, quer de crónicas jornalísticas quer de pessoas que participaram, é que a participação açoriana foi desarticulada da participação nacional.

Não é possível ver João de Melo na 1.^a categoria sendo um açoriano, e depois haver uns regionais que são os mais pequeninos e dizer depois que não há uma cultura açoriana. É por isso que a cultura açoriana não é traduzida e não é vendável.

Temos esses valores. Alguns estão vivos e podem integrar a selecção açoriana e esta pode fazer parte da selecção nacional.

O que eu gostaria de deixar aqui expresso, até porque a Expo vem aí e pouco se sabe, é que é preciso projectar os Açores com aquilo que eles têm de melhor, que é a sua cultura. Agora, fazer, e mesmo erradamente, como muitas vezes já se fez, é prejudicar a Região. Fazer desarticuladamente e extemporaneamente a qualquer preço só para participar, penso que isso não é visível. E os documentos que agora

aparecem não definem uma linha estratégica da política cultural do Governo Regional dos Açores.

Eu fiz ainda outras perguntas relativamente à Expo e perguntei: o que é que se passa com a Expo? Em que é que os Açores vão participar na Expo? Nós vemos em entrevistas um sr. coordenador que chega e que parte, mas pouco mais sabemos e a Expo é daqui a 6 meses.

Houve debates nacionais por todo o lado. Se calhar há ministros que saíram, há administradores que já caíram por causa da Expo.

Existem aqui milhares de contos, mas da Expo sabe-se muito pouco aqui na Assembleia e penso que esta Casa devia, pelo menos, suscitar esse debate ou esse conhecimento, porque é na altura em que estamos a discutir o Plano e o Orçamento e é lá que estão as verbas.

Penso que não seria de mau tom, havendo três Secretários que estão envolvidos nisso, que se dissesse alguma coisa sobre isto.

Não estou a criticar de forma desmesurada, mas penso que é importante levantar as questões.

Também lhe queria perguntar, já que não me respondeu, se não há uma intenção no Plano, já que a baleia e volto a sublinhar é o grande símbolo no exterior nesse pavilhão, que a gente recupere, pelo menos, a casa das Flores e a das Capelas.

O Património está a degradar-se, o turismo aposta no "whale watching" e eu penso que está a passar mais uma oportunidade de 4 anos sem se ver uma tentativa de recuperar esse espólio que faz parte do nosso itinerário da baleação e, depois vendemos ao exterior o grande símbolo que é a baleia.

Portanto, gostava que algum dos Srs. Secretários me dissesse alguma coisa sobre isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão específica da Expo, amanhã o Sr. Secretário responsável pela Secretaria que tem essa coordenação, falará sobre isso na sua intervenção.

Em relação à questão que levantou sobre o património baleeiro, gostaria de informar que nesta altura está preparada uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que será presente a esta Assembleia e que visa exactamente introduzir algumas regras nessa área e permitir uma política activa de preservação do património baleeiro. Portanto, esta é uma questão que será apresentada a breve trecho.

Em relação aos casos específicos das fábricas das Flores e das Capelas, posso-lhe dizer que no caso das Capelas, trata-se duma fábrica que, nesta altura, é propriedade dum banco e para a qual já existem candidatos à aquisição e da parte do Governo já foi manifestada a disponibilidade para apoiar a aquisição e recuperação. Nesta altura está a decorrer a negociação entre o banco e os interessados.

Em relação à situação das Flores, trata-se duma propriedade que, se não me engano, é da entidade municipal e, portanto, não incumbe ao Governo resolver esta questão, apesar do mesmo estar aberto a também, em colaboração com a Câmara Municipal, se tentar encontrar uma solução para ele.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo.

Foi levantado aqui o problema da fábrica da baleia das Flores. Segundo creio estão a falar da fábrica da baleia de Santa Cruz, que se encontra em estado de degradação e que é propriedade da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, porque nas Lajes também existe a antiga fábrica da baleia que está recuperada e é propriedade da Câmara Municipal das Lajes.

O Sr. Secretário diz que vai apresentar legislação a esta Câmara, sobre esta matéria.

No entanto, queria chamar a atenção para um outro aspecto: é que o problema que se põe é, em nosso entender, a existência neste momento de um rico museu da ilha, portanto, duma casa que é exemplar.

Não será possível que o Governo Regional, juntamente com as autarquias, possa ter um conjunto museológico bastante mais enriquecido, no caso concreto das Flores, admitindo nesse conjunto museológico as próprias fábricas da baleia e tudo aquilo

que lá existe, que, em nosso entender, é um património muito rico, mas que, efectivamente, tem de ser preservado?

Se isso não acontecer, se não houver alguma entidade responsável, com conhecimentos técnicos para que, efectivamente, esse património possa ser bem cuidado e enriquecido num grande conjunto, que é muito mais amplo, receamos muito que de um momento para o outro, e com a degradação que se tem verificado, essencialmente na fábrica de Santa Cruz, poderá perder-se esse rico património.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que percebi das palavras do Sr. Presidente do Governo, que há entidades particulares interessadas e que o Governo está interessado em apoiar ou que é o banco que vai apoiar. Eu não percebi, porque o Sr. falou tão baixinho.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ninguém percebe nada!

Deputado Mark Marques (PSD): Isto não é para a gente perceber!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O que eu disse foi que o Sr. sabia o conteúdo da proposta do Governo.

O Orador: Há interessados na compra da fábrica e o Governo vai apoiar?

Sr. Secretário eu não sei se é oportuno ou não, ou se vão fazer com algum factor surpresa e eu gosto de ser surpreendido de vez em quando. Mas, o que é que vai ser a nossa Expo em termos de animação cultural? Não sei se estas verbas que aqui vão passando, e nós vemos as Portarias que vão saindo, de tantos contos para isto, 400 contos para pagar ao autor da música "décima ilha", ou 400 contos para pagar outra coisa qualquer.

Portanto, isto são dinheiros que saem do Plano e gostaria de saber o que é que vai haver e o que é que está esboçado? Amanhã o Sr. Secretário José Contento explica tudo?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um esclarecimento muito rápido na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, para esclarecer que, no que diz respeito à vertente museológica e à vertente de preservação do património, nós estamos na disposição de contratualizar com as Câmaras intervenções nessa área.

Aliás, essa é uma intenção que também já foi manifestada em relação a alguns museus do Pico. Neste caso é um museu que é propriedade da Região, mas que poderá vir a ser explorado ou mantido em colaboração com a Câmara Municipal.

Portanto, isto aplica-se também ao caso das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma intervenção.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta intervenção estará desfasada no tempo parlamentar, mas as circunstâncias assim determinam e acho que se deve sempre procurar ter uma opinião do deputado e do seu grupo parlamentar.

Vou falar sobre pescas.

A problemática das pescas, na Região Autónoma dos Açores, como área prioritária de desenvolvimento, é bastante complexa e pode vir a agudizar-se nos próximos tempos.

É uma área tremendamente aleatória, de altos e baixos, que provoca roturas e inconformismos para além de suportar os reflexos de gravíssimas assimetrias que marcam muitas das Regiões do nosso Globo.

Este é, habitualmente, um momento de rescaldo. E, usando a linguagem do povo, podemos dizer que o ano não foi bom.

E, gostaria de realçar que os marinheiros e as traineiras cumpriram escrupulosamente aquilo que estava programado e ainda hoje se encontram ali na doca à espera de uma oportunidade.

Antigamente os nossos barcos arreavam no mês de Maio, pelo Santo Cristo, e varavam sempre nos princípios de Outubro.

A mentalidade mudou.

Foi uma conquista de há anos a esta parte.

Os nossos barcos saem para o mar no mês de Abril e varam, muitas vezes, no mês de Dezembro.

Portanto, os marinheiros e as traineiras cumpriram. Ainda, esperam uma oportunidade que é possível não apareça.

Para este facto, razões, com forte carga condicionante, são muitas e variadas:

Factores climáticos desreguladores. Quando se constata, por exemplo, que as águas do Atlântico apresentam índices de aquecimento três graus superior ao habitual para a época, toda a estratégia de uma safra virada para a espécie plágica acaba por ruir inapelavelmente, tendo em conta os condicionalismos sobretudo no que se refere ao tipo de frota que pesca nas nossas águas. A esta situação anormal há a acrescentar o mau tempo quase constante que assolou e assola as nossas ilhas e que impede as buscas e, para além de tudo, danifica os portos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa Região defronta-se, neste exacto momento, com uma situação deveras complicada. É que, apesar do aumento exponencial da frota atuneira, as capturas não correspondem de modo algum às metas estabelecidas, o que obriga as empresas conserveiras do sector a recorrer à importação sobretudo da espécie gaiado (bonito) e vai afugentando hábeis marinheiros em busca de ofícios mais rentáveis. E as conserveiras, como todos sabemos, passam neste momento por tremendas dificuldades.

No que concerne às espécies demersais a nova Política Comum de Pescas veio e vai bulir com alguns hábitos adquiridos no sector.

A topografia dos Açores não favorece o desenvolvimento, em larga escala, destas espécies. A área útil da plataforma é pequena (3.500 quilómetros quadrados) devido ao relevo acidentado das Ilhas, à existência de profundas fossas submarinas e de bancos dispersos.

Estas condicionantes advertem, como é natural, contra uma pronunciada intensificação do esforço de pesca já que os nossos bancos tradicionais não suportam qualquer superpovoamento.

Há a acrescentar ainda a baixa de preços das espécies demersais com os mercados com quebras intermitentes e com reflexos negativos no sector.

Acresce dizer ainda que há um evidente atraso na formação dos nossos pescadores e uma patente dificuldade em arrancar muitos deles de hábitos ancestrais, de barcos obsoletos, de situações onde campeia a miséria social e moral.

É, portanto, neste contexto, com entraves evidentes, com condicionantes acentuadas, que se propõe, no Plano a Médio Prazo, uma política de pescas para a Região Autónoma dos Açores que nós consideramos absolutamente correcta.

Como medidas prioritárias apontam-se:

- Uma adequada gestão com um conhecimento contínuo dos recursos, que não é fácil, e uma fiscalização apertada da nossa Zona Económica Exclusiva.
- Apoios financeiros à renovação da frota artesanal e correcção dos investimentos efectuados na "Frota Azul".
- Uma investigação científica como mola real do sector, cada vez mais moderna e actuante.
- A intensificação de uma formação profissional adequada, actualizada que altere situacionismos decadentes e contribua para um aumento palpável das capturas.
- Uma política social de apoio às comunidades fortemente dependentes do sector das pescas que passa necessariamente pela implementação de medidas concretas que visem, acima de tudo, dar ao nosso pescador um estatuto de dignidade.
- A elaboração de uma Lei de Bases para a Pesca na Região Autónoma dos Açores no que respeita, entre outras coisas, à utilização de redes, à utilização de outros tipos especiais de redes, aos estabelecimentos de tamanhos mínimos para as espécies comerciais mais importantes, à revisão da distância mínima da costa para o exercício da actividade da pesca por categoria de embarcações. São medidas, algumas com carácter restritivo, mas são importantes e fundamentais.
- A criação, como se disse de manhã, de uma Inspeção-Geral das Pescas na sequência do Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho.
- A total reestruturação e recuperação da Lotaçor como interveniente fundamental no sector.

É que a Lotaçor poderá ter uma importância fundamental, sobretudo em relação ao arranjo dos pequenos portos, de rampas que estão deterioradas e abandonadas e também relativamente às casas de apresto. É que a iniciativa comunitária de pescas

permite, de facto, concorrer nesta área e com facilidade se consegue resolver este problema.

As pescas são uma área sensível com muitos problemas.

Já tivemos pescadores sem barcos. Fez-se um grande esforço. Surgiram barcos de madeira, a "Frota Azul", barcos de fibra e de ferro. Surgiu uma frota capaz para a arte de pesca que prosseguimos. Agora há barcos à espera de pescadores. Faz-se um grande esforço na formação profissional e na erradicação de hábitos nocivos. Mas, o pior é que poderá haver barcos, pescadores, grandes conserveiras, excelentes entrepostos frigoríficos e não haver peixe.

Tudo gira à volta deste bem precioso.

Gerir bem este sector é vital para a salvaguarda de uma área prioritária do desenvolvimento regional.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos aqui para analisar as propostas do Plano e Orçamento de 1998 e do Plano a Médio Prazo 97 - 2000.

Atendendo ao calendário da Legislatura e ao quadro político que temos vindo a viver até agora, esta análise situar-se-á não só no âmbito da consubstanciação de que se revestem os Planos a nível da pragmatização do Programa do Governo, mas também num exame à política e à acção governativa.

Sendo certo que a leitura das propostas de Plano nos induzem à perspectivação das tendências de orientação política, como Picoense tenho de expressar a minha maior contrariedade e crítica no que toca concretamente ao sector da Saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Defendo (sempre defendi) os partos no Pico.

Defendo também a máxima autonomização dos cuidados de saúde.

Quanto aos partos, já é conhecida a extinção do regime de prevenção das enfermeiras parteiras, com todas as consequências que só a sorte das grávidas e o humanismo das técnicas poderá atenuar.

Pode dizer-se que já nem por azar ou teimosia se pode nascer no Pico.

Não existindo vontade política, talvez só um grande drama provocará as alterações que as populações exigem.

Para já, com o fim do regime de prevenção das enfermeiras parteiras, está-se, infelizmente, a contribuir para que aumente fortemente a probabilidade de acontecer esse drama um destes dias.

A nível da autonomização dos cuidados de saúde, embora a reformulação do quadro legislativo do Sistema Regional de Saúde não esteja ainda em discussão fica claro que não existindo intenções de investimento nos Planos em discussão, apenas poderemos contar com aquilo que temos actualmente.

Aliás, com os partos e com a hemodiálise, já tínhamos começado a perceber qual a orientação para este sector.

Não desistiremos, no entanto, de lutar :

Pelos partos no Pico;

Pela utilização dos equipamentos e meios técnicos e humanos que já existem nesta Ilha;

Pela diminuição do tempo de espera para as consultas de especialidades;

Pela possibilidade de existirem valências especializadas nos Centros de Saúde ou no âmbito da futura Unidade de Ilha;

Pela melhoria de condições de Segurança, de dignidade e de rapidez dos sistemas e meios de evacuação marítima e aérea.

Poderão apresentar razões técnicas para condicionar todas estas ambições, mas se nos mostrassem vontade política de as satisfazer, poderíamos encarar esta matéria com outra atitude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nível da Agricultura nota-se a intenção de satisfazer os compromissos com a lavoura no que toca à Lacto-Pico, à rede de recolha e à nova fábrica de lacticínios.

Quanto ao matadouro, não percebemos o que se pretende. Mesmo depois das questões colocadas em sede de Comissão continuamos na dúvida.

Numa Ilha com grande peso de produção de carne e numa unidade com as potencialidades do Matadouro do Pico, têm de ser criadas condições para que possa ser certificada a carne, sendo que, por outro lado, pela localização do Matadouro, junto ao principal núcleo de património urbanístico da Ilha, não é razoável que não seja construída uma E.T.A.R.

Inicialmente, pela leitura das verbas, julgar-se-ia que tal iria ser tido em consideração, contudo as explicações vieram no sentido contrário, o que depois ficou comprovado pelas alterações de última hora que clarificam que o Matadouro do Pico não verá as melhorias necessárias **(foram aí, sim, retirados cerca de 400.000 contos desta proposta que agora temos)**.

Mesmo depois de revistos os montantes definidos, quer para 98, quer no P.M.P. para Caminhos Florestais são ridículos, não chegando sequer para a manutenção dos cerca de 400 km existentes, quanto mais para os necessários asfaltamentos, alargamentos e abertura de novos caminhos imprescindíveis numa Ilha com a dimensão e dispersão do Pico que leva a constantes e justificadas reclamações, nomeadamente pelas Juntas de Freguesia.

Há também que ter em conta a conclusão dos investimentos na Adega Cooperativa, concretamente os subsídios já prometidos e a celeridade na apreciação do projecto desta Organização já entregue ao IFADAP.

Quanto às dívidas de empresas de Lacticínios a agricultores por fornecimento de leite, é importante lembrar que a situação dos credores da Lacticínios Miragaia é da mesma índole das apoiadas pelo Governo noutras Ilhas, fortalecida pela razão da verificação judicial dos créditos, já julgada pelos tribunais.

Até porque a solução deste problema, além de neste caso ser justa, não irá custar muito, comparativamente com as verbas a dispender com os apoios por litro de leite em S. Miguel e Terceira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área do desporto o Pico continua a ser parente pobre.

Enquanto noutras ilhas o Governo programa parques desportivos com campos relvados e pistas sintéticas, para o Pico nem um escudo, nem que fosse para parcerias com Autarquias que já revelaram intenções de investir em Parques Desportivos Municipais.

Na Educação, parece-nos existirem verbas para concluir as obras (iniciadas pelo Governo P.S.D.) nas escolas de S. Roque e Madalena, contudo, as verbas para a nova Escola das Lajes perspectivam a conclusão da obra para um próximo Plano a Médio Prazo e obrigam a que, urgentemente, se façam obras, que não estão previstas, para garantir que a actual Escola funcione nos próximos 4 a 6 anos.

As verbas previstas para as Estradas Regionais, no seu programa específico e no programa - Calamidades - serão suficientes para fechar o chamado "anel", mas questiona-se em relação à Longitudinal, à Transversal e aos ramais.

Numa análise deste sector constata-se também que dos 300.000 contos previstos no Programa - Calamidades - para 97, nada foi dispendido. Mau prenúncio para um programa que não era dos piores dotados, embora com verbas bastante inferiores a anteriores documentos vindos a esta Casa.

Continuando nas acessibilidades, constata-se que através das verbas das Calamidades, se prevê que as obras dos portos da Madalena e S. Roque sejam efectuadas.

Será precisa celeridade, já que se perdeu o ano de 97 e apenas para final de 98 se perspectiva os lançamentos dos concursos, nomeadamente para a protecção do molhe do Porto de S. Roque, sendo importante ainda estudar o que fazer em relação ao contra-molhe do Porto da Madalena.

Estranhámos, porém, as informações relativas ao Porto de passageiros de S. Roque, pois que de promessa feita, não aceitaremos que passe a estudo por fazer.

Rápida e decisivamente tem de ser incluído no projecto e na empreitada das obras a realizar o porto comercial.

Esta estrutura tem uma lógica de existência e de relação com o Aeroporto do Pico, numa dinâmica de fluxos sociais e especialmente turísticos no espaço do triângulo.

Quanto ao aeroporto, tanto quanto, por exemplo à saúde, enorme é a frustração dos picoenses.

A verba prevista e as explicações do Senhor Secretário da Economia em Comissão, indicam um investimento exclusivamente destinado às aeronaves turbo-hélice da SATA (esta é a verdade das afirmações do Senhor Secretário na Comissão da Economia de Finanças e Plano).

A grande reivindicação dos picoenses, no sentido de ter um aeroporto onde pudessem operar pelo menos Boing 737, fica pois esquecida.

Matam-se assim, muitas das possibilidades e investimentos turísticos da Ilha do Pico

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por último, aproveito para trazer a esta tribuna uma questão, que já foi debatida genericamente, e que se prende com os atrasos nas verbas referentes a incentivos, particularmente dos Siralas.

Tal como quanto aos atrasos das verbas do PEDRAA às autarquias, também neste caso o Senhor Secretário da tutela negou esta situação em Sede de Comissão.

Aproveito então agora para divulgar que em relação ao Pico existem verbas em atraso de montante superior a 90 mil contos e apenas relativos a contratos com data anterior a Agosto de 1997.

A verdade é que dos 82 projectos apresentados no Pico, 36 foram já aprovados, com 28 contratos assinados até Agosto deste ano, num valor global de apoios superior a 176 mil contos, dos quais apenas foi pago pouco mais de 80 mil contos.

Em relação à Câmara de Comércio da Horta, ascende a 372 mil contos o montante referente a contratos assinados, tendo apenas recebido e pago aos promotores cerca de 200 mil contos.

Acresce que em termos regionais as verbas em atraso serão quase de 1 milhão de contos, tanto quanto a dotação do Programa - 11.

Isto é, toda a verba de 98 está já comprometida para pagamento de montantes já contratados e com pagamentos em atraso.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo para uma intervenção.

Deputado António Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já vai sendo um lugar comum falar de ambiente e de defesa do ambiente aqui nos Açores.

Ninguém põe em dúvida que o ambiente e o conseqüente enriquecimento da oferta paisagística constitui um dos pilares em que tem de assentar o turismo que queremos para estas ilhas.

Ninguém sequer põe em dúvida que o ambiente é factor primordial para uma melhor qualidade de vida das populações açorianas e, mais ainda, o ambiente é ainda um factor importantíssimo para o nosso desenvolvimento económico, sobretudo num dos sectores que este VII Governo tem vindo a privilegiar e que é, como já dissemos, o sector turístico.

E também ninguém põe em dúvida que se não preservarmos o nosso ambiente estaremos a pôr em causa o futuro económico dos Açores e das gerações que se nos seguirão.

Temos de ter um especial cuidado e atenção com a fragilidade que representa a realidade geográfica de sermos nove pequenas ilhas, com características muito especiais em termos de solos, com relevos acentuados em todas elas e com bacias hidrográficas e cursos de água muito sensíveis e de grande susceptibilidade.

Mas apesar destas razões de peso que acabamos de expor, o ambiente tem sido sempre, e continua a ser o parente pobre de todos os governos, quer aqui nos Açores, quer no país e no estrangeiro; é o que acontece nos Estados Unidos da América, é o que acontece em todos os países europeus, é o que acontece em Portugal, e é o que aconteceu e acontece até na nossa Região Autónoma.

Aconteceu ao longo de vinte anos de governação social democrata e, verdade se diga, embora a política ambiental seja neste momento uma preocupação séria por parte da governação socialista, o que é facto é que as verbas consignadas para a qualidade ambiental no Plano e Orçamento para o ano de 1998 e no Plano a Médio Prazo não traduzem ainda o óptimo para este importante sector.

Mas, tal como diz o ditado, o "óptimo é inimigo do bom" e este Sétimo Governo Regional está a fazer o possível e o melhor que sabe com as verbas de que pode dispor. Mas não interessa estar aqui a discutir escudo a mais ou escudo a menos. Interessa é sim com o dinheiro possível fazer o melhor possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É bom que se não esqueça que o ambiente e a política ambiental foi sempre uma das áreas privilegiadas pelo Partido Socialista.

Foi assim enquanto o Partido Socialista esteve na oposição, e é assim hoje com o Partido Socialista à frente das responsabilidades governativas desta Região.

A política ambiental que já havia merecido um grande destaque na "Convenção para uma Nova Autonomia", veio posteriormente a merecer um relevo importante na apresentação do Programa do VII Governo Regional em 1996 e continua a ser hoje uma área privilegiada no Plano e Orçamento para 1998 e no Plano a Médio Prazo 98/2000.

Se no passado muitos projectos ambientais falharam nesta Região, tal facto ficou a dever-se por um lado à falta de uma vontade política para enfrentar o problema e ficou a dever-se, sobretudo, à dispersão das áreas do ambiente por diversos departamentos de diversas Secretarias Regionais, o que tornava inoperantes quaisquer acções concertadas em matéria ambiental, dados os inevitáveis conflitos de competências inter-departamentais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Hoje o ambiente em todas as suas vertentes está sob a tutela de uma única Secretaria Regional e de uma única Direcção Regional.

Hoje existe finalmente uma política e planificação ambiental concertada e traçada com rigor e precisão.

São, pois, agora possíveis medidas integradas de intervenção na área ambiental.

E já muitas medidas foram tomadas no corrente ano. E para não me alongar demasiado vou apenas referir as cinco medidas que considero mais importantes:

1.^a - Limpeza de ribeiras; foram feitas limpezas numa extensão total de 400 Kms.

Houve ribeiras que tiveram até de ser limpas 3 vezes seguidas.

Só em 97 foram realizadas 21 empreitadas para limpezas.

Foram utilizados permanentemente todos os meios humanos disponíveis do pessoal dos quadros em mais de cem unidades.

2.^a - Estabelecimento de protocolos de financiamento com as Juntas de Freguesia abarcando todas as áreas do ambiente.

3.^a - Está em fase final de preparação a realização do 37º Congresso Mundial de Urbanistas a realizar em S. Miguel e Terceira em princípios de 1998.

4.^a - Foram feitos 16 mil inquéritos nas Escolas de todos os níveis do ensino e os dados obtidos estão a ser trabalhados pela Direcção Regional.

5.^a - Finalização do estudo do ordenamento da orla marítima da costa sul da ilha de São Miguel.

E fico por aqui, pois, muito mais havia a dizer nos trabalhos já executados este ano pela Direcção Regional do Ambiente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cumpra agora salientar algumas linhas mestras que balizam o Plano e Orçamento e o Plano a Médio Prazo em matéria de ambiente.

Pela sua importância cito as seguintes passagens:

“Cada vez mais impera a necessidade de assumir regras de exploração dos recursos naturais e do património ambiental de forma sustentável.

O respeito pela capacidade produtiva dos solos, a rentabilização do uso da água como recurso finito e a salvaguarda da diversidade biológica, impõem um planeamento ajustado às reais capacidades de regeneração dos ecossistemas naturais, como forma de proteger o equilíbrio das sociedades humanas”.

Em termos de política sectorial destaco, pela sua enorme importância, as seguintes linhas da política sectorial:

- Criação de uma Rede Regional de Áreas Protegidas como forma do enriquecimento da oferta paisagística e na defesa do interesse científico.
- Aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA) como forma de criar um instrumento regulador que defina as bases do ordenamento regional.
- Criação dos Planos Especiais de Ordenamento que permitirão criar as condições necessárias à correcta integração das actividades humanas e de salvaguarda do património ambiental.

- Localização e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOCs).
- Concretização do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos para os Açores, justificado pelo crescimento urbano e pelo incremento do consumo da sociedade açoriana.

Estas políticas sectoriais visam, por seu lado, concretizar os seguintes quatro grandes objectivos para os Açores:

- Assegurar a gestão integrada dos recursos naturais;
- Promover a preservação, controle e valorização do Património Natural;
- Assegurar a coordenação das iniciativas de ordenamento do território;
- Informação e Formação Ambiental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Plano é um bom Plano. As metas a atingir traduzem propósitos sérios por parte de um Governo sério.

Por isso, estou confiante que a Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente e o seu Secretário Regional e a Direcção Regional do Ambiente, através da sua Directora Regional, levem a bom termo estes objectivos essenciais para uma melhor qualidade de vida nestas ilhas.

A bem dos Açores, a bem de todos nós.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma interrupção dos nossos trabalhos até às 5 horas. Rigorosamente até às 5 horas porque a essa hora entrará a emissão em directo.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para que procurem às 5 horas estar na sala.

Até já.

(Eram 16, 40 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 17, 00 horas)

Vamos retomar os nossos trabalhos com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais inscreve-se nos grandes vectores do aumento da qualificação e valorização dos recursos humanos, da promoção e desenvolvimento do sistema de bens e serviços públicos, vectores que visam uma estratégia de desenvolvimento que aposta na melhoria da qualidade de vida das populações.

Em termos de grandes objectivos, o Plano na área social visa por um lado o reforço das políticas de Educação, Juventude, Emprego e Formação Profissional, assumidas como instrumentos estratégicos de desenvolvimento da economia e da sociedade açoriana, através do aumento da qualificação dos açorianos e consequentemente da sua empregabilidade. Aqui a necessidade de completar o parque escolar da Região e de melhorar a qualidade do ensino e de alargar e diversificar a rede de formação profissional que, em conjugação entre a formação profissional e a educação, digamos, o dito ensino regular, assume um papel fundamental na melhoria da qualificação e, por essa via, um papel fundamental no combate ao desemprego e no combate à exclusão social.

Outro grande objectivo visa a melhoria da qualidade de vida, aumentando a oferta de oportunidades na área cultural, desportiva e de lazer. Aí a aposta principal vai para a melhoria das infraestruturas desportivas da Região e para o investimento, em colaboração com as associações culturais e desportivas e organizações de juventude, na mobilização da sociedade civil em torno de projectos de índole cultural, recreativo e desportivo.

O outro grande vector do Plano visa a preservação e valorização do rico património cultural, arquitectónico e artístico da Região, património que devido a muitos anos de incúria se encontra ameaçado em muitos dos seus aspectos mais importantes.

O Orçamento, por seu lado, mantém uma política de grande rigor e contenção, coerente com o que foi determinado para os restantes sectores da Administração Regional, sem contudo descurar a necessidade de se prosseguir uma política de melhoria da qualidade do funcionamento dos dois sectores fundamentais de actividade da Secretaria, a Educação e a Saúde. Nestes sectores, há ainda a necessidade premente de proceder ao reequilíbrio financeiro do Fundo Regional de Acção Social Escolar e, particularmente, do Serviço Regional de Saúde.

Depois de pelo menos 12 anos, e isto é dito pelos credores, de constante subfinanciamento face aos compromissos assumidos, o Serviço Regional de Saúde apresenta um desequilíbrio financeiro que ronda os 6 milhões de contos e uma dívida vencida, perante os seus fornecedores que, no início deste mês, se cifrava em 3 978 e 200 contos. Daí que seja necessário estabelecer um plano de reequilíbrio financeiro, para o qual na corrente proposta orçamental se destinam 2, 3 milhões de contos, e estejam em fase adiantada negociações com os credores, concretamente com a Câmara do Comércio e com a Associação de Farmácias, visando alterar radicalmente os mecanismos de pagamento. Gostaria também de chamar a atenção desta Câmara para o peso das despesas com pessoal do Serviço Regional de Saúde, que se estima venha a ultrapassar os 14 milhões de contos no próximo ano.

Em relação a esta questão do reequilíbrio financeiro no Sector da Saúde, e porque é uma questão que já por várias vezes foi focada nesta Câmara, na presente Sessão, gostaria de esclarecer que a situação actual não é de forma alguma pior do que a situação anterior, antes pelo contrário. E, nessa altura os contratos que foram estabelecidos e o acordo que já foi possível atingir com a Câmara do Comércio e com as Farmácias, levam a acreditar que a breve trecho seja possível assinar um protocolo de reequilíbrio financeiro com os principais credores e que ao longo da primeira metade do próximo ano permitirá eliminar, de forma permanente, os atrasos e os pagamentos.

Esta é uma aposta que nós, ao longo deste ano, temos vindo a preparar.

O momento certo ainda não chegou, porque para nós sermos capazes de assumir um compromisso sério precisamos de ter mais algum dinheiro, daí os 2, 3 milhões de contos que aparecem aqui inscritos.

Portanto, isto é, de facto, motivo para se implementar na Região um mecanismo de pagamento diferente do actual, mecanismo esse que nos permitirá, independentemente da evolução financeira de cada uma das unidades em si, e mesmo independentemente do funcionamento do Instituto de Gestão Financeira da Saúde, cuja proposta de criação já foi presente a esta Assembleia, resolver, pelos menos no que diz respeito à parte dos credores, os problemas que nesta altura afectam o serviço.

O outro fundo que apresenta um claro desequilíbrio financeiro é o Fundo Regional da Acção Social Escolar. No final do passado ano, este fundo tinha um passivo de cerca de 900 mil contos. Daí que, apesar de no corrente ano ter sido possível inverter a tendência de sistemático crescimento dos custos com o transporte escolar - houve mesmo um decréscimo de cerca de 20% - torna-se necessário também adoptar um plano de reequilíbrio financeiro, para o qual se propõe neste ano uma verba de 300 mil contos.

Esta é também uma situação de desequilíbrio que já se arrasta há muitos anos e que foi levando a um acumular de dívidas neste fundo e que nesta altura, graças, por um lado, à redução que se verificou, devido à negociação séria que foi feita com as empresas transportadoras, nos custos do transporte escolar e, por outro, às outras medidas de racionalização, estou convencido que os 300 mil contos inscritos este ano, e provavelmente com uma quantia semelhante no próximo ano, será possível também reequilibrar o fundo de forma definitiva.

Os restantes fundos da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais mantêm o mesmo nível de financiamento, prosseguindo-se, contudo, a política iniciada, e que tem como principal pilar a legislação recentemente aprovada por esta Assembleia, que visa clarificar o uso dessas verbas.

Estes são os fundos que são utilizados essencialmente no apoio às instituições da área da cultura e às instituições da área do desporto e para isso foi presentemente legislado, no que diz respeito à cultura e nós vamos ao longo deste ano implementar o que está estabelecido naquele fundo.

Regressando ao Plano, passaria a fazer uma análise sectorial, apontando as principais linhas orientadoras de cada um dos programas e projectos da responsabilidade da SREAS.

Nesta Secretaria estão 8 Programas, nos quais se pretende investir ao longo do mandato deste Governo um pouco mais de 42 milhões de contos, dos quais 9,5 milhões em 1998. Trata-se de um grande volume de investimento, que nalguns casos, como o da Educação quase triplica o investimento no PMP anterior, o que demonstra claramente a prioridade que este Governo dá àquele sector.

O Programa "desenvolvimento das infraestruturas educacionais" tem como objectivos fundamentais completar o parque escolar, construindo as escolas que faltam na rede, promovendo a redução da sobrelotação das escolas e adaptando as actuais, introduzindo-lhe as instalações e equipamentos adequados aos graus de ensino que ministram.

Pretende-se também combater a degradação das escolas, promovendo a sua conservação e beneficiação e actualizando-as face às novas exigências pedagógicas e sociais. Também a educação especial recebe particular atenção, visando-se a substituição de instalações degradadas ou funcionalmente desadequadas por outras adequadas aos fins a que se destinam.

No total do PMP, este Programa aparece dotado com 15,2 milhões de contos, dos quais 3,0 milhões para o ano de 1998.

Como é do conhecimento desta Assembleia, a rede escolar da Região apresenta-se extremamente degradada e, apesar de já decorrida quase uma década desde que foi iniciada a expansão do ensino secundário, as escolas que receberam aquele grau de ensino não foram objecto das necessárias adaptações funcionais.

Os principais projectos incluídos neste Programa são: a construção da Escola Secundária da Lagoa, cujo concurso já foi lançado, a construção das escolas básicas e ensino artístico de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, a nova Secundária da Horta e a construção das Escolas Básicas da Maia, Ginetes, Topo e Lajes do Pico.

Praticamente todas as escolas da rede serão objecto de trabalhos de grande e média reparação, obras necessárias com vista à autonomização das escolas e à quebra do ciclo de contínua degradação que as vem afectando.

Para o sucesso destas medidas é fundamental a aprovação do diploma que visa a autonomia das escolas e só com a autonomização das escolas e após as obras que o Governo se propõe realizar, é que é possível garantir que elas não voltem ao estado de degradação que hoje se encontram.

Muitas das nossas escolas hoje não têm condições para se ministrarem o ensino. Muitas das nossas escolas têm hoje lotações que são o dobro daquelas para que foram projectadas. Tudo isto, obviamente, se reflecte e reflecte-se pesadamente na qualidade do ensino e no sucesso educativo. Daí que seja fundamental investir nas escolas e daí que este programa seja aquele que no PMP aparece com uma das maiores dotações, 15,2 milhões de contos.

Apesar disso, nós temos a consciência que vai ser preciso investir muito mais, porque as infraestruturas escolares na Região encontram-se num estado que eu digo lamentável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No Programa "Desenvolvimento do Sistema Educativo", dotado com 1,2 milhões de contos no PMP, dos quais 325.000 contos em 1998, os grandes objectivos deste Programa são o reequipamento das escolas e a actualização tecnológica de laboratórios.

Este aspecto é particularmente importante, porque a maior parte das nossas escolas, apesar de quase todas elas ministrarem o 12.º ano e apesar de ministrarem disciplinas da área científica e tecnológica, não têm equipamento mínimo para fazerem qualquer tipo de ensino de carácter experimental. Isso acaba por se traduzir pesadamente sobre a qualidade do ensino e acaba por se traduzir também num repúdio muito frequente de toda a vertente científica e tecnológica por parte dos alunos, o que por sua vez acaba por ter um impacto muito grande na sua empregabilidade futura.

Muitos dos nossos jovens que não gostam da física, que não gostam das ciências ou que não gostam da matemática e que acabam por se refugiar na área das humanidades, fazem-no porque as nossas escolas não estão equipadas para permitir o ensino destas disciplinas com qualidade e de forma a interessar os alunos.

Nós não podemos continuar a ensinar a área científica ou a tecnológica apenas teoricamente. É preciso dotar as escolas de laboratórios e de equipamentos necessários para isso.

A maior parte desta verba destina-se ao reequipamento científico e tecnológico das escolas.

Ainda neste Programa estão incluídas as verbas destinadas à formação de docentes e não docentes, que quando complementados com a participação do Fundo Social Europeu, se aproximam dos 300 mil contos por ano, o que vai permitir a consolidação dos planos formativos do nosso sistema educativo e o relançamento da formação contínua.

Esta área da formação de docentes e não docentes, ou seja, a área da formação daqueles que trabalham nas nossas escolas, é uma área que foi terrivelmente descuidada e é uma área que exige uma atenção constante e um urgente relançamento.

Neste ano já foi possível lançar um programa de formação ainda modesto. Espero, ao longo dos próximos anos, ir conseguindo consolidar, porque isto é um processo que demora muito tempo e exige a criação quase de raiz de toda uma estrutura. Portanto, ir consolidando os planos de formação por forma a que docentes e não docentes estejam preparados para enfrentar os desafios que as escolas e a educação hoje lhes oferece.

No Programa "Juventude e Emprego" o PMP está dotado com 2,7 milhões de contos, dos quais 663 mil contos para 1998.

Neste Programa existem duas vertentes que, apesar de interligadas, apresentam características próprias.

A vertente de apoio às iniciativas e aos projectos directamente vocacionados para a juventude, na senda da aplicação da legislação recentemente aprovada por esta Câmara, pretende a criação de condições que propiciem o envolvimento dos jovens na vida social e económica através do fomento de estilos saudáveis de vida, da aprendizagem cívica, do desenvolvimento da auto-estima dos jovens e do aproveitamento do espírito criativo e empreendedor da juventude, através do apoio a iniciativas e projectos juvenis inovadores e ousados.

Na vertente do emprego, assume particular importância a formação profissional onde se pretende um alargamento e aprofundamento das iniciativas de formação, centradas essencialmente nas escolas profissionais e na complementaridade entre o sistema dito regular de educação e o ensino profissional, ambos encarados como iguais e complementares.

Neste âmbito, assume particular importância a criação das escolas profissionais.

Ao longo dos últimos meses temos vindo a assinar contratos de criação de escolas profissionais e pretendemos prosseguir essa política, no sentido de dotar todos os concelhos de ensino profissional que assume uma importância fundamental na empregabilidade dos jovens.

É preciso oferecer aos nossos jovens um conjunto diversificado de cursos e de vias de especialização e profissionalização que permitam melhorar a empregabilidade, particularmente os mais jovens e menos qualificados, entrar no mercado do trabalho. A entrada no mercado do trabalho hoje depende quase por inteiro da formação profissional. O jovem que sai da escola só com o 9.º ano ou sem o 9.º ano e que não tenha formação profissional, muito dificilmente é empregável na nossa sociedade. Daí que o investimento nesta área, investimento este em que aqui apenas está, digamos, a comparticipação regional e que é complementado pelo Fundo Social Europeu, assume um papel fundamental no combate ao desemprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na área da saúde o PMP contempla dois programas, um voltado para o investimento nas infraestruturas da saúde, outro centrado no apetrechamento e modernização dos equipamentos de saúde e na actualização profissional do pessoal médico, de enfermagem e técnico.

Os grandes objectivos desta área são a melhoria da qualidade e segurança do atendimento aos utentes do Serviço Regional de Saúde, reduzindo os constrangimentos provocados pela falta de instalações e equipamentos adequados e pela necessidade de dar uma resposta constante aos desafios tecnológicos que a evolução da medicina e das tecnologias de prestação de cuidados de saúde constantemente colocam.

Os nossos hospitais e centros de saúde precisam de se manter constantemente actualizados e é preciso dotar aqueles que ainda não estão dotados com os equipamentos indispensáveis ao atendimento dos utentes e, particularmente, por um lado, com o equipamento mínimo para manter a vida e para prestarmos os cuidados de emergência que são necessários em todas as nossas ilhas e, por outro, para reduzir ao mínimo a penosidade que representa as deslocações inter-ilhas.

O sistema de evacuações aéreas precisa também de ser reformulado e a área de emergência médica tem que ser repensada. Para isso nós contamos, a breve trecho, apresentar a esta Câmara legislação que vise alterar a forma como esta área tão importante do sistema de saúde funciona.

Na área da saúde o grande desafio é a conclusão do equipamento e o arranque do novo hospital de Ponta Delgada, obra que pela sua dimensão e complexidade tem um peso marcante na evolução de todo este sector.

As outras obras com grande peso são os Centros de Saúde da Praia da Vitória e Lagoa e as ampliações e modernização dos Hospitais da Horta e Angra e do Centro de Saúde da Povoação.

Queria aproveitar esta oportunidade, perante esta Câmara e face às questões que têm vindo a ser levantadas nos últimos dias, em relação ao Hospital da Horta, para mais uma vez reafirmar o interesse deste Governo na manutenção e no aumento da qualidade deste Hospital.

Eu gostava de lembrar que foi recentemente lançado o concurso que visa a instalação no Hospital da Horta de duas unidades imprescindíveis ao seu funcionamento nas quais estamos a apostar, não na redução da capacidade técnica deste hospital, mas sim no seu aumento.

Eu creio que tudo aquilo que tem sido feito e a verbas que se encontram inscritas no Plano, demonstram claramente o empenhamento deste Governo na melhoria das condições do Hospital da Horta.

Portanto, era isto que eu gostava que ficasse aqui bem claro e que se esclarecessem definitivamente as dúvidas que têm surgido de forma muito injusta em torno deste tema.

Na aquisição de equipamentos é necessário prosseguir com o reequipamento das diversas unidades de saúde e com o reforço da capacidade técnica dos hospitais. Neste âmbito, o equipamento do novo Hospital de Ponta Delgada assume um peso muito significativo.

Mas há que, face às necessidades muito significativas que ainda existem neste âmbito na Horta e em Angra do Heroísmo, prosseguir com o projecto de melhoria daquelas unidades, onde avulta a ampliação do Hospital da Horta e a necessidade de o dotar, a breve trecho, com equipamento que permita a realização de TAC e evite as deslocações para fora do Faial por causa da inexistência deste equipamento.

A formação profissional, em todas as suas vertentes, assume um papel marcante neste Plano, já que com a comparticipação possível do FSE permite elevar as verbas que lhe são destinadas a cerca de 200 mil contos em cada um dos anos.

É fundamental nós investirmos na formação dos nossos profissionais, já que esta é uma área em que a evolução tecnológica se faz muito rapidamente e que a participação em congressos, em reuniões médicas e a formação em si assume um papel fundamental. Os médicos e os enfermeiros, particularmente aqueles que trabalham em unidades de saúde mais pequenas e aqueles que são mais isolados nas ilhas menos populosas, precisam dum plano de formação profissional que lhes permita manter-se actualizados e manter-se em ligação com aquilo que vai acontecendo na medicina e nos cuidados de saúde.

Na área da solidariedade e segurança social, a grande aposta centra-se no combate à exclusão social, coordenando a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido com medidas ocupacionais e de apoio integrado a diversos segmentos da população escolar.

No que respeita às verbas inscritas no PMP, elas significam apenas a componente regional já que o grosso do investimento, cerca de 900 mil contos em cada ano, provém do orçamento nacional da Segurança Social.

As obras mais relevantes prendem-se com a recuperação do Centro de Recolhimento de São Gonçalo, em Angra do Heroísmo, a remodelação e adaptação do Centro Comunitário de Vila do Porto e a construção do Lar de Idosos do Nordeste.

Estes são, digamos do ponto de vista do investimento, os investimentos mais marcantes no ano de 1998, mas não são os únicos. Existem cerca de 82 obras nesta área e que estão a ser feitas nesta Região.

Na área do apoio à infância e juventude, vai prosseguir a política de uma progressiva harmonização entre a rede pública, directamente dependente da Administração Regional, e a rede dependente das IPSS, quer a nível remuneratório e de regalias dos educadores e de outros profissionais, quer a nível de funcionamento.

Gostaria também de anunciar que nesta altura decorrem negociações entre os sindicatos e as diversas uniões, no sentido de, a muito breve trecho, harmonizar em termos de vencimento e de carreira a situação dos educadores de infância que estão numa rede e noutra, e que é fundamental para garantir a estabilidade às IPSS. Caso contrário, as IPSS acabam por ser ponto de passagem de educadores que vão a caminho da rede pública.

Neste momento, as conversações estão avançadas e espero que nos próximos meses seja possível concretizar este que é um dos pontos do nosso Programa de Governo.

Passando agora à área da cultura, o Plano desenvolve-se em dois projectos, um referente à dinamização das actividades culturais, através do apoio às diversas entidades que mantêm a actividade cultural da Região, privilegiando-se a subsidiariedade da actividade da administração face às iniciativas da sociedade civil e outro que visa a preservação do património cultural e do investimento na recuperação de imóveis com interesse arquitectónico e todo o nosso património construído.

Para esta área da dinamização das actividades culturais, estão destinados 1,2 milhões de contos, dos quais 340 mil em 1998. Para a área da defesa e valorização do património arquitectónico e cultural, estão inscritos no PMP 5,9 milhões de contos, dos quais 1,3 no corrente ano.

Nesta área as obras mais relevantes são a adaptação da Biblioteca Pública do antigo Convento dos Jesuítas, em Ponta Delgada, obra que espero esteja concluída em 1998, o restauro da Igreja do Carmo, na Horta, que espero em breve ver iniciada a obra de recuperação e sua adaptação museológica. Ainda hoje tive contactos com os responsáveis da Ordem Terceira, que é o dono da obra, no sentido de apressarmos o lançamento do concurso da empreitada para a sua execução.

Outra obra importante é a construção de uma nova Biblioteca Pública em Angra do Heroísmo, obra indispensável face à grave situação de falta de espaço e falta de condições técnicas que aquela instituição hoje vive.

Por outro lado, a Zona Classificada de Angra do Heroísmo tem inscritos 250 mil contos no actual PMP, dos quais 60 mil contos no corrente ano. Pretende-se manter o processo de constante valorização daquela cidade, potenciando a sua preservação e a correcção das dissonâncias arquitectónicas que infelizmente abundam nela.

Passando agora à área do desenvolvimento desportivo, este programa está dotado neste PMP com 3,4 milhões de contos, dos quais 740 mil para 1998.

O Plano divide-se em dois projectos, um referente ao investimento em instalações desportivas, onde avultam os parques desportivos do Faial, Ribeira Grande e Terceira, onde em 1998 se pretende investir 740 mil contos.

As actividades desportivas, em que os diversos intervenientes no desporto regional serão apoiados com cerca de 685 mil contos, dos quais 155 mil no ano de 1998.

Em conclusão, este Plano visa de forma coordenada e de forma séria, investir em todos os aspectos do sector social.

De todos os investimentos, o mais pesado é no sector da educação. É um sector que está a montante de todo o resto e é um sector fundamental para o desenvolvimento dos Açores, quer em termos do desenvolvimento cultural e social quer em termos de desenvolvimento da sua economia.

O investimento no capital humano é um dos melhores investimentos que pode ser feito e este é um Plano que se centra essencialmente sobre esta área. Quase metade do investimento total da SREAS está voltado para o sector da Educação. Dos 42 milhões, 15,6 são do sector da Educação.

O investimento seguinte é na área do emprego e da formação profissional, essencialmente centrada na formação profissional que vem, de alguma forma, complementar este. Depois segue-se todo o resto.

Creio que estamos perante um Plano coerente e que visa objectivos concretos.

Srs. Deputados, penso que este Plano deveria merecer o apoio de toda esta Câmara.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Aquando da visita do Governo Regional à ilha das Flores, no comunicado refere-se o projecto da construção das instalações do polivalente da Fajã Grande e dentro dos vários destinos dessa infraestrutura, um deles visava a instalação dos Serviços da Segurança Social e da Saúde.

No entanto, não descortino no Plano verba para o referido polivalente.

Assim sendo, gostaria de saber se vai avançar com este polivalente e se se vai avançar com as obras durante o próximo ano, a que diz respeito o Plano anual em discussão?

Um outro aspecto que nesse comunicado também era referido, prende-se com as necessárias adaptações da Escola Secundária ao ensino secundário. Aliás, o Sr. Secretário na sua intervenção refere a necessidade dessa adaptação em várias escolas e eu gostaria de saber se a verba que está consignada para essa escola, no próximo ano, vai ser suficiente para, efectivamente, podermos tê-la a escola devidamente estruturada e ampliada para o ensino a que se destina?

Gostaria também de colocar um outro aspecto e que tem a ver com o problema da saúde e da deslocação de doentes.

Na passada semana (até que enfim!) tivemos cardiologista nas Flores. No entanto, dá-nos a impressão que durante esse processo houve uma grande promiscuidade entre a consulta privada e a consulta no sistema, porque, efectivamente, entendemos que aquele doente cujo médico de família determina que ele deve ter assistência em determinado especialista e se esse especialista está nas Flores, entendemos que ele deve ter consulta dentro do sistema para a especialidade que foi determinado pelo seu médico de família.

Acontece que, infelizmente, pessoas, cujo médico de família tinha determinado a necessidade de especialista, foram forçadas a ter de pagar se quisessem ter consulta.

Esta é uma situação que penso que deve ser modificada e tem que se definir um critério claro e inequívoco em relação ao doente, cujo médico de família determina da necessidade do especialista. Se o especialista lá está tem que se encontrar solução para que, efectivamente, dentro do sistema, dentro do aconselhamento e dentro da determinação do médico de família, o problema possa ser resolvido e não colocar o doente perante o pagamento para poder ter a consulta, como aconteceu na passada semana.

Efectivamente, o serviço privado tem de ser diferente, tem de ser voluntário, tem de ser para quem quer, quando e como queremos e não por determinação dos próprios serviços oficiais.

É certo que o Sr. Secretário sobre esta matéria já aqui, por várias vezes, referiu que muitas pessoas saem da ilha para consultar especialista. Mas, Sr. Secretário, a realidade é que enquanto não se oferecer determinado especialista às pessoas, elas vão continuar a sair. É lamentável, por exemplo, que há muitos meses não vá um estomatologista às Flores. Enquanto isto não acontecer e enquanto as pessoas para, por exemplo, extrair um dente tiverem que sair das Flores, vamos ter uma grande afluência de pessoas a necessitar de saírem.

Temos que enquadrar estas situações ao serviço da Região, mas também servir as pessoas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz para pedir esclarecimentos.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais se é possível esclarecer esta Assembleia de quantas escolas já se encontram ligadas à Internet?

Também gostaria de saber se as equipas multidisciplinares de apoio às escolas vão ser alargadas no próximo ano lectivo? A quantas escolas e se já é possível termos conhecimento do resultado do trabalho desenvolvido por aquelas que estiveram no terreno durante este ano lectivo?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses para pedir esclarecimentos.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais: Vou começar a minha intervenção com uma parte mais simpática e seguidamente com uma outra parte menos simpática e espero que o Sr. não se irrite, porque às vezes irrita-se.

Em relação à parte mais simpática refere-se ao Plano. Não é pelos projectos que o Governo apresenta na área da saúde e da segurança social, que o PSD tem grandes objecções em relação a este Plano.

Concordamos com as áreas, concordamos com os fundamentos, aliás, não seria de espantar, na medida em que são a continuação dos grandes objectivos e de obras que vêm do passado e o lançamento de outras que também já estavam planeadas.

Onde efectivamente temos preocupações é na matéria referente ao Orçamento que, aliás, foi já profundamente debatido nesta Assembleia e é onde ficou perfeitamente demonstrado, por intervenções de vários deputados das várias bancadas, inclusive da bancada do Partido Socialista, a situação extremamente gravosa que o Serviço Regional de Saúde tem em termos financeiros.

O Sr. Secretário naturalmente, e é humano que assim o faça, tenta justificar por todos os meios a situação. Ontem disse que a culpa era da incapacidade de gestão dos anteriores titulares. Hoje já diz que há 12 anos que o sector estava sub-orçamentado, e eu diria mais: não estava há 12, estava há 20, porque nunca o sector da saúde, desde o início da autonomia, teve o dinheiro suficiente.

Mas, Sr. Secretário, a arte da gestão pública é gerir com poucos recursos, porque gerir com muito dinheiro, com todo o dinheiro que for preciso, não é preciso gestores. Qualquer pessoa indiferenciada conseguiria ser secretário regional.

E não é por acaso que o Sr. Presidente do Governo foi buscar à Universidade um ilustre professor, pessoa de muito valor, é porque efectivamente pretendia um gestor para o sector.

Se, efectivamente, o Sr. Secretário entende que para gerir bem o sector ele tem de estar bem dotado de meios financeiros, eu tenho mais uma vez muita pena do Sr.

Secretário das Finanças, porque vai arrombar com os cofres da Região. O Sr. só conseguirá gerir bem o sector da saúde se tiver todos os meios. Se me permite a expressão é necessário um bocadinho de "rédea curta". Penso que esta matéria ficou bem explicitada.

Em relação a medidas de política, gostaria de fazer as seguintes perguntas:

Nós temos conhecimento, exterior a esta Assembleia, que está a circular e a obter pareceres o Estatuto do Serviço Regional de Saúde que, por aquilo que nós conhecemos e por declarações já feitas pelo Sr. Secretário, pretende ser uma reforma estrutural do Serviço Regional de Saúde na Região.

No entanto, a situação que nos preocupa e com a qual discordamos se assim for, é de que, segundo parece, a forma jurídica que o Governo quer fazer aprovar este Estatuto do Serviço Regional de Saúde, é através dum decreto regulamentar regional, afastando esta Assembleia da discussão e aprovação dum diploma tão fundamental como é o Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Por outro lado, envia para a Assembleia, sob forma de decreto legislativo regional outros diplomas, às vezes pomposamente qualificados como reestruturação de serviços e no fundo trata-se apenas do cartão de utente e agora estamos à espera do Instituto de Gestão Financeira.

Mas, se efectivamente for assim, nós discordamos que um diploma tão importante seja por diploma do Governo, aliás, até pensamos que é inconstitucional e gostaríamos de ser esclarecidos sobre qual é o entendimento do Governo em relação a esta matéria.

Por outro lado, pensamos que este diploma não deve apenas vir ao conhecimento dos deputados dos partidos da oposição, na altura do seu processo de discussão e aprovação. É um diploma de tal maneira importante que se deve seguir, em relação aos partidos políticos e aos deputados, o processo tão alargado e demorado de consulta como está a ser feito perante as ordens dos médicos, os sindicatos dos farmacêuticos, da ordem dos farmacêuticos, da ordem dos enfermeiros, etc.

A ser de outra forma, haverá aqui um contraste muito grande entre esta posição do Governo que apela tanto ao diálogo, com a posição que anteriormente o PSD tomou quando era governo, nomeadamente em 95, que lançou o processo de consulta, não

só às entidades profissionais, mas até aos partidos políticos, em que organizou umas Jornadas em Vila Franca, onde participaram especialistas do Banco Mundial na área da saúde, especialistas da Organização Mundial de Saúde, aliás o representante desta organização que cá esteve foi o actual Director-Geral de Saúde, braço direito da Ministra da Saúde, bem como o Professor Correia de Campos, um dos maiores especialistas do país em saúde e também ilustre socialista, para além de outras pessoas, que participaram e nessa altura fizeram, e está registado, muito boas referências ao então Serviço Regional de Saúde dos Açores, ao Plano de Saúde que o Governo Regional na altura tinha e às ideias e fundamentos com o qual ele estava organizado.

Nessa reunião que fizemos em 95, num processo de preparação para o Estatuto do Serviço Regional de Saúde, houve realmente uma preocupação de convidar deputados da oposição, membros de partidos, especialistas dos vários quadrantes ideológicos, porque entendemos que uma reforma estrutural desta natureza tem que ter um âmbito e um consenso o mais alargado possível, porque não se pode estar a alterar sistemas, regimes e serviços regionais de saúde cada vez que muda uma legislatura e muda um governo. Portanto, é aconselhável uma larga base de consenso sobre esta matéria.

Posto isto, gostaríamos de saber qual é o entendimento do Governo sobre este assunto?

Em relação à solidariedade social, uma das áreas que é aqui referida e anunciada como uma das grandes medidas deste Governo, é o Rendimento Mínimo Garantido.

É, digamos, transmitido para a opinião pública, por parte deste Governo, de que esta medida é uma medida original e é uma medida do Governo do Partido Socialista nos Açores. Não é verdade. Esta é uma medida nacional e nem foi o Governo do Partido Socialista a implementar, em primeiro lugar nos Açores, experiências e esquemas de rendimento mínimo garantido.

Eu tive a oportunidade, no meu último ano de mandato, de aplicar em 6 freguesias de 4 ilhas da Região o rendimento mínimo garantido.

O que o Partido Socialista fez no Governo foi alargar essa experiência, mas, no meu entender, de uma forma incorrecta, porque o Rendimento Mínimo Garantido tem três

componentes: uma componente administrativa e financeira, que é a distribuição do dinheiro. Essa foi feita e milhares de pessoas já receberam dinheiro e algumas delas até com retroactivos, aplicando mal o dinheiro que receberam. As outras duas componentes fundamentais do Rendimento Mínimo Garantido, que não estão a ser feitas, são o controlo e os programas de reinserção.

O Rendimento Mínimo Garantido só tem realmente interesse e só é uma medida positiva se, perante um rendimento mínimo que é garantido a cidadãos que estão excluídos, houver programas de reinserção social destes marginalizados da nossa sociedade na vida activa, através de programas de emprego, programas de formação profissional, programas de enviar os filhos às escolas. Só assim é que esta medida é válida, caso contrário acontece o que também um outro grande especialista em segurança social deste país, o Bago Felix, diz: "Se não for assim, o Rendimento Mínimo é uma bomba ao retardador". E, é uma bomba ao retardador que pode rebentar nas mãos deste Governo ou na sociedade açoriano com efeitos perversos.

Portanto, nós conhecemos os protestos e a indignação de muitos trabalhadores que honestamente ganham o seu salário, nomeadamente operários especializados com família que ganham 85 contos, que trabalham de sol a sol e que protestam, porque ao lado tem uma família constituída por várias pessoas que não fazem nada e que têm rendimentos muito superiores àqueles que este operário tem por via do seu vencimento e do seu trabalho. Não é este, com certeza, o objectivo do rendimento mínimo.

Mas, talvez por causa do calendário deste ano, sabemos que há instruções ou pelo menos há uma vontade de só se avançar com as outras duas componentes do rendimento mínimo, ou seja, um controlo rigoroso e o accionamento complexo das comissões de acompanhamento e as medidas de reinserção a partir do mês de Janeiro. Queria perguntar ao Sr. Secretário se esta informação que eu tenho é não é assim? Quantos dos milhares de beneficiários do rendimento mínimo é que já estão a trabalhar e integrados em processos de reinserção? Qual o tipo de controlo que as comissões locais de acompanhamento têm executado?

Por agora é tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pôr duas questões aqui ao Sr. Secretário.

Antes disso, já que o meu colega Deputado António Meneses resolveu relembrar um bocadinho histórico da proposta do Estatuto do Serviço Regional de Saúde e bem, porque eu também considero e tenho a certeza que este Governo também considera que uma reforma na saúde não pode ser, de facto, discutida só a nível de comissão, tem de ter uma discussão ampla e a todos os níveis.

Estamos certos que isso vai acontecer e até posso dizê-lo, porque há testemunhas, de que na nossa reunião de ontem eu propus, em nome da Comissão, porque sei que a nossa Comissão pensa neste sentido duma discussão universal, que se fizesse um colóquio sobre o tema, porque se entende que é muito importante.

Você relatou que se fizeram umas jornadas, também bastante interessantes, com especialistas da OMS. De facto, foram interessantes, mas todos os participantes da Região Autónoma dos Açores e das Instituições reclamaram sempre e tiveram muita pena que as conclusões da discussão dessas jornadas nunca tivessem chegado até nós. De qualquer forma, penso que este assunto é consensual e sobre ele não vou emitir mais nenhum juízo de valor. É importante a discussão calma, em tempo e com todos os intervenientes. Creio que até alargada ao público em geral.

Posto isto, eu queria pôr aqui duas questões ao Sr. Secretário:

Uma delas diz respeito aos hospitais da Região.

Durante a discussão da saúde, na "Convenção para uma Nova Autonomia", foi uma das questões postas, principalmente pelos trabalhadores dos hospitais desta Região.

Todos nós sabemos que há um receio enorme e compreensível que determinados hospitais mais pequenos sejam aglutinados pelos grandes hospitais. Mas, também todos nós sabemos que qualquer país, qualquer região, tem que ter hospitais de diversos níveis para servir uma dada população e que o seu desenvolvimento tem que ser harmonioso em relação aos recursos existentes e a própria população.

Portanto, os hospitais nunca poderão ter todos a mesma diferenciação com o mesmo desenvolvimento. O que não se quer dizer com isto é que eles sejam atrofiados no seu desenvolvimento.

A questão que ponho e que gostaria de saber, porque também é uma questão que neste momento preocupa muitos indivíduos que trabalham na saúde, não só os médicos, mas todos os trabalhadores dos hospitais e também dos cuidados primários, se há ou não intenção política de definir a carta hospitalar da Região, para que se salvguarde o desenvolvimento específico de cada hospital, de acordo com um programa geral e um sistema geral de saúde desta Região?

A outra questão que quero pôr é relativa aos cuidados de medicina familiar e de clínica geral.

Todos sabemos, e vou ter o gosto de abordar esta questão na minha intervenção com mais algum pormenor, que estamos extremamente carentes relativamente à oferta de cuidados de clínica geral.

A questão que ponho ao Sr. Secretário, porque ouvi dizer que este aumento do orçamento seria fundamentalmente para eliminar os atrasos de pagamento aos credores do sistema, é se neste aumento do orçamento se visa já algum programa ou alguma forma de tentar colmatar esta carência nos cuidados de medicina geral ou medicina familiar?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para já duas questões muito breves e muito concretas em relação ao Projecto 20.2 - "Juventude".

Referir-me-ia exactamente em relação às pousadas de juventude que vêm referidas por duas vezes aqui, uma é em relação à construção da pousada de juventude do Faial e gostaria que me dissesse em que estado é que isso está, uma vez que para 1998 estão previstos apenas 1.000 contos?

Em relação às outras pousadas de juventude com estas verbas que aqui estão inscritas o que é que se pretende fazer nelas?

Coloco esta questão pela simples razão de que entendo que em relação à política de juventude, sem prejuízo de todos os problemas de alojamento que, aliás, as pousadas de juventude ajudam a minorar e que vêm no seguimento de outras acções do mesmo projecto, nomeadamente a mobilidade e turismo juvenil, dizia eu que, em relação à política de juventude, outras medidas haverá mais prementes, com mais importância do que propriamente a construção de pousadas de juventude?

Portanto, gostaria que me explicasse como é que estamos aqui em relação às pousadas de juventude?

Por último, em relação aos centros de informação juvenil, gostaria de saber qual o estado de criação destes centros e a consequente implementação da rede de informação juvenil?

Era só.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Comungo daquilo que disse o meu colega António Meneses na sua intervenção inicial. Mas, se ficássemos só por aí, pela teoria e pela formalização de intenções, não haveria com certeza aquilo que neste momento se está a passar no terreno.

Hoje de manhã, logo pela manhãzinha, ouvimos os médicos a protestar na RDP pelo facto do Sr. Secretário Regional ter ido retirar dinheiro aqui ao Hospital da Horta, manifestando a sua preocupação...

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Não protestaram. Manifestaram a sua preocupação!

O Orador: ...pelo facto de isso poder pôr em risco a tal qualidade que o Sr. Secretário aqui veio falar.

Depois, o Sr. está em braços com uma greve de professores, que está anunciada para muito breve. Não é só por causa da carreira docente.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Está desactualizada!

O Orador: Está desactualizada, mas é sintomático aquilo que foi o enunciado das preocupações dos professores que eu não posso deixar de frisar aqui.

Os professores acusam a Secretaria de ter um conceito errado do sucesso, um conceito negativo dos professores, acusam-na de prepotência, de arredar os sindicatos das negociações. Isto é verdade, porque nós na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais ouvimos os sindicatos e dirigentes sindicais que foram claros em dizer que os seus contributos não tinham sido tidos em conta para aquilo que a Secretaria acabou por produzir, que o Sr. intensifica a desarticulação e as divergências entre os serviços, que o Sr. ouve pouco.

Eu estive há relativamente muito pouco tempo no encerramento duma acção de formação dos funcionários não docentes e eles também se queixam e diziam não à privatização, não à fome, não ao desemprego. Portanto, não são só os funcionários docentes que se queixam, mas também os não docentes.

Eu sei que o Sr. Secretário, consta pelo menos, e uma das perguntas que eu quero fazer-lhe é se é de facto verdade que mandou fazer estudos precisamente para privatizar determinados serviços nas escolas, cantinas, bufetes, etc.?

O Sr. sabe perfeitamente bem a função social que têm essas cantinas e esses bufetes. Por vezes, são a única refeição equilibrada que alguns dos nossos alunos têm por dia. Entregar isso a terceiros com a mira no lucro, aliás, como vem no seguimento do próprio diploma que iremos analisar, ou criar essa possibilidade pode efectivamente pôr em risco a qualidade dessa mesma refeição, desse mesmo serviço.

Depois, Sr. Secretário, posições como as que tem vindo a assumir, ainda há pouco ali na sua intervenção e voltando ao pessoal docente, no sentido de ir protelando coisas que prometeu logo no início quando entrou para a Secretaria e que vai adiando para as "Calengas Gregas"....

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Como por exemplo?!

O Orador: Como por exemplo o equiparar os vencimentos dos docentes, educadoras do ensino particular aos da rede, não são de forma alguma toleráveis. Dantes, com duas secretarias, com dois responsáveis, com posições diferentes, não era fácil fazer isso. Hoje, com um só responsável, com um só patrão, é inadmissível que se continue a manter pessoal que tem a mesma formação, que tem as mesmas responsabilidades a ganhar diferentemente.

Sr. Secretário Regional, o Sr. prometeu, e eu tenho provas disso, que no Verão isso estava ultrapassado. Vamos no fim do 1.º período e o Sr. acabou de dizer, ali na tribuna, que as negociações estão bem encarreiradas, que as coisas estão deforma a que talvez daqui a uns meses isso esteja equacionado. Sr. Secretário o que as educadoras e os funcionários querem saber é quando? Não é daqui a uns meses. Eles querem saber é uma data? Por este andar é para o ano lectivo que vem e isso é uma situação que não é admissível.

É muito fácil, com contratos simples ou com contratos de associação, como o Sr. tem com as IPSS e com as associações particulares...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não tenho nenhuns contratos!

O Orador: ...com aqueles que têm ou não paralelismo pedagógico em que estão a funcionar e a leccionar educadoras ou professores, é uma questão de se abastecer com mais ou menos dinheiro.

Nós podemos inovar. Nós inovámos quando avançámos na rede com o investimento da educação pré-escolar. Não fomos atrás daquilo que se está a fazer no Continente. Não esperámos. Fomos à frente e criámos uma rede de que hoje nos orgulhamos.

Nós fomos os primeiros a dotá-los de legislação e a fazer com que as crianças não ultrapassassem o número de 20 por turma ou classe na pré-escola, quando no Continente a turma era maior.

Nós tivemos à frente e não nos envergonhamos disso e foi bom para o professor e para a Região.

Portanto, nisto também se podia inovar e não é preciso esperar mais tempo.

Pode-se andar mais depressa. No particular pode-se pagar mais, menos é que não. Pagar menos com contratos colectivos de trabalho é que não se pode, agora pagar mais pode-se sempre. Portanto, não tenha receio disso.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Não é a Secretaria que paga. É a instituição particular!

O Orador: O que eu lhe queria dizer era que, neste como noutros casos, basta de boas intenções, basta de promessas, basta de adiar para as tais "Calengas Gregas", que eu falei, determinados número de coisas que deixam as pessoas neste tal estado

de espírito que conduz ao facto de não verem perspectivas para problemas, cuja solução já podia ter sido encontrada.

Queixam-se de que querem falar consigo e que não conseguem chegar a si.

Nesta acção de pessoal não docente, que decorreu durante vários dias, os partidos políticos foram convidados a irem ao encerramento. Ninguém foi e só o Partido Social Democrata é que esteve lá presente no encerramento. O Sr. Secretário não esteve lá, mandou um representante.

No fim eles foram claros e disseram que muitos tentaram falar consigo, já tinham tentado agendar isso de véspera, antes de irem para essa acção e não conseguiram. Falaram com terceiros, mas não consigo.

Portanto, essa tal dificuldade de contacto está bem patente nestas como noutras atitudes.

Voltarei na minha intervenção com muitas outras questões.

Por agora fico-me por aqui e deixo as duas perguntas:

Quando é que prevê, de facto, pagar por igual a estes educadores?

Se é ou não verdade que está a fazer os tais estudos para privatizar os serviços que aqui mencionei?

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Muitas questões teria para pôr aqui, baseadas na sua intervenção, mas vou apenas referir aqui o Programa 26.2 - "Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural".

Através de Decreto Legislativo Regional foi criada uma rede de museus da Região Autónoma dos Açores e entre eles os museus de ilha.

Santa Maria tem o Museu de ilha, localizado na freguesia de Santo Espírito e vejo aqui 190 mil contos para a construção da sede Museu de Santa Maria.

A questão que lhe punha aqui era a seguinte:

O Museu de Santo Espírito tem o seu quadro de pessoal, um director e os administrativos e gostaria de saber com a construção desta sede museu o que é que

vai acontecer ao Museu de Santa Maria que neste momento se localiza nesta freguesia, se vai passar a casa etnográfica ou se vai continuar a ser um museu?

A segunda questão que lhe queria pôr é sobre a escolha e o local onde vai ser construído este museu, ou seja, gostaria que me dissesse se a utilização dum edifício com interesse arquitectónico na Zona Antiga de Vila do Porto está interligada à construção com este aproveitamento?

A terceira questão que lhe queria pôr é sobre qual vai ser o conteúdo ou a temática que vai ficar neste museu que é a nova sede do Museu de Santa Maria?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte, para pedidos de esclarecimentos.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É uma questão muito rápida.

No Plano de Médio Prazo o Governo Regional propõe que haja um patamar máximo aceitável de desemprego que não deve ultrapassar os 5,5%.

Consultando os documentos, Sr. Secretário, verifica-se que, consoante as fontes, ora o SREA, ora o Instituto de Emprego e Formação Profissional, os valores que aqui nos são indicados são valores, como o Sr. Secretário certamente saberá, substancialmente diferentes e, particularmente, no ano de 1997, em que os dados fornecidos dizem respeito ao segundo semestre e relativamente ao ano de 94 a diferença era de 300 desempregados entre o SREA e o Instituto de Emprego. No ano de 95, no Instituto de Emprego, o número é inferior ao do SREA em 800 desempregados. No ano de 1996 já existe uma diferença de cerca de 1000 indivíduos. E, no 1.º semestre de 97 há uma diferença de 3.500 desempregados dos números do SREA para os números do Instituto de Emprego.

Posto isto, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário duas coisas:

Por que razão existe esta divergência tão acentuada de números, coisa que nos anos anteriores não se verificava?

Qual a taxa efectivamente esperada de desemprego, dado que se considerarmos os valores do SREA temos uma taxa de desemprego de 5,3% e se considerarmos os

dados do Instituto temos uma taxa de desemprego que andará muito próxima dos 10%?

Era isto que queria que o Sr. Secretário fizesse o favor de esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Um ou outro comentário e finalmente uma pergunta.

Em primeiro lugar quero, não é assim muito habitual, mas porque não fazê-lo, felicitar o Sr. Secretário Regional pela clareza e pela transparência com que apresentou os seus planos nesta Casa. Penso que foi extremamente claro e objectivo em relação a tudo aquilo que se propõe fazer nestes anos.

Deputado Victor Cruz (PSD): Acabou de criticar os outros!

O Orador: Quero-lhe dizer também que fiquei pasmado com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca há momentos nesta Casa, ao estranhar e ao afirmar aqui que havia atrasos em relação aos trabalhadores das IPSS e ao seu estatuto, às suas carreiras e às suas remunerações, e dizia o Sr. Deputado, que no seu tempo não foi possível resolver isso porque havia dois secretários regionais.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Mas não falavam um com o outro!

O Orador: Concerteza que não falavam um com o outro.

Eu devo lembrar que aqui há uns anos, seguramente há mais de 10 anos, era então eu advogado de alguns sindicatos, entre os quais esse e que abrangia essas trabalhadoras, e já se falava nisso. Portanto, isto há mais de 10 anos e vem agora o Sr. dizer que este Governo com um ano de mandato já devia ter resolvido isto, porque só tem um secretário nesse sector e na sua altura tinha dois. Talvez a solução nessa altura fosse abater um deles e o problema ficava resolvido. Como advogado do sindicato nunca me ocorreu isso sinceramente.

(Risos da bancada do PS)

Quero aqui ainda fazer outro comentário.

Como é sabido, tem havido alguma perturbação em determinados meios em relação aos hospitais, como referiu e muito bem a Deputada Fernanda Mendes, e eu quero dizer que registei com muito apreço as palavras do Sr. Secretário Regional que desfazem quaisquer equívocos em relação a esta matéria, designadamente no que se refere ao Hospital da Horta.

Penso que depois das afirmações produzidas da tribuna, a par dos investimentos previstos para este hospital que constam deste Plano, estão desfeitos quaisquer equívocos em relação a esta matéria.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Vamos ver!

O Orador: Finalmente a pergunta:

Sr. Secretário, eu encontro aqui no Plano para 1998 uma verba destinada ao Museu de Arte Sacra e queria-lhe perguntar, muito claramente, para que é esta verba de 20.000 contos destinada a este Museu?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputado Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação às considerações apresentadas pelo Sr. Deputado António Meneses e no que se refere às componentes de integração social dos utentes do Rendimento Mínimo Garantido, nomeadamente no seu cumprimento ou não nas medidas dos seus programas de integração social, quero-lhe lembrar o seguinte: actualmente a maioria dos Presidentes de Câmaras e os Presidentes de Juntas de Freguesia desta Região são da responsabilidade do PSD e imperetrivelmente eles fazem parte das comissões locais de acompanhamento.

Deputado Mark Marques (PSD): Não fazem!

O Orador: Se eles não estão a exercer as suas funções, o seu partido é que tem de tomar providências nesse sentido.

Obrigada.

Deputado António Meneses (PSD): A culpa é sempre das Câmaras do PSD!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só uma pergunta muito rápida, porque também o nosso tempo já é muito pouco.

Queria perguntar ao Sr. Secretário porque é que os corvinos esperam há mais de um ano por um estomatologista? Se também se pretende fazer deslocar lá outros especialistas?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer alguns pedidos de esclarecimento e também para dar alguns esclarecimentos e de forma especial ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

No que diz respeito à intervenção do Sr. Secretário, ouvi com atenção e também li os documentos e perguntava-lhe concretamente:

- Se considera que as verbas que estão inscritas no PMP para as escolas que passaram a leccionar ensino secundário, e lembro algumas delas, como sejam: a de Vila do Porto, Povoação, Nordeste, Santa Cruz da Graciosa e Santa Cruz das Flores, se têm as verbas necessárias para a criação das instalações para este ciclo do ensino e se o Programa destinado a equipamentos consegue efectivamente cobrir essas áreas?

Segunda questão:

O Sr. Secretário falou que o FRASE tem, efectivamente, um déficit de 900 mil contos.

Perguntar-lhe-ia, em primeiro lugar, se esta situação não deriva do facto da escolaridade obrigatória ter aumentado de 6 para 9 anos?

Segundo, o ensino secundário ter-se estendido a todas as ilhas da Região com excepção do Corvo?

Terceiro, não ter sido previsto ao longo dos últimos anos que esse aumento seria dado e que seria da ordem do 30% de alunos entrados no sistema?

Uma outra questão.

V. Exa. falou, em determinada altura, do Rendimento Mínimo Garantido, bem como o Sr. Deputado António Meneses. Perguntar-lhe-ia se veio ou não, com a vinda para a escola de muitos adolescentes e jovens, entre os 14 e os 15 anos, que nunca tinham frequentado a escola, causar algumas perturbações na mesma? E, se não está chegada

a hora de, nessas escolas que têm neste momento o 3.º ciclo, ou seja, do 7.º ao 9.º ano, serem criadas as chamadas "oficinas", em áreas como carpintaria, pintura, electricidade, informática, etc. para esses jovens que, não tendo já condições para aprender a ler e a escrever, não tendo já condições para serem inseridos em turmas normais.

Portanto, gostava de saber se não chegou a hora de começarmos a fazer um programa, que não pode ser e não será naturalmente concretizado na totalidade por este Governo, no sentido de criar nestas escolas instalações e professores entre aspas, porque penso que devem ser mestres, para trabalharem com estes jovens por forma a que se sintam inseridos na sociedade e não causem perturbações profundas, e têm sido algumas bastante profundas, junto dos outros jovens que já estão a frequentar as escolas?

Uma outra questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca diz respeito à privatização das cantinas.

Não passa pela cabeça deste Grupo Parlamentar do Partido Socialista que se vá transformar as cantinas das escolas em fontes de receita para aquisição, por exemplo, de fotocopiadoras.

Razão pela qual eu daria como exemplo aquilo que está a acontecer no Hospital de Ponta Delgada, ou seja, neste momento as refeições neste Hospital são servidas por uma empresa privada, cujo contrato ao ser feito incluiu, desde logo, qualidade e quantidade nas refeições, incluiu inclusivamente a passagem de trabalhadores para a responsabilidade dessa empresa e inclui uma comissão que fiscaliza a qualidade e quantidade dos alimentos fornecidos.

Gostaria de saber, em primeiro lugar, se se avançar para uma situação de privatização como são garantidos os factores qualidade e quantidade?

Em segundo lugar, como será garantido que as cantinas e os bufetes das escolas não se transformarão em estruturas que visem o lucro e sim que dêem resposta a situações que efectivamente conhecemos, como aquela que já relatei aqui e volto a relatar, de uma criança que pela primeira vez ao frequentar o 2.º ciclo do ensino básico e que passados 3 dias é encontrada a chorar, porque não tinha comida ainda e eram 14,00 horas da tarde?

Uma última questão, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Se eu não conhecesse V. Exa., pensaria que tinha ouvido outro qualquer deputado desta Casa falar.

V. Exa. foi durante muitos e muitos anos Director Regional e Secretário.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Tive muita honra!

O Orador: Eu não tenho dúvidas que tenha tido muita honra e que nalguns casos até trabalhou bem, embora nalguns tenha trabalhado muito mal, mas isso também se deve a algumas situações, entre elas o facto de ser do PPD.

O Sr. falou em equiparação de vencimentos entre o pessoal docente do ensino particular e a rede pública. V. Exa. sabe perfeitamente que isso é uma inverdade, não quero dizer a palavra mentira porque não o quero ofender, e sabe perfeitamente que o ensino particular não tem rigorosamente nada a ver com a situação que o Sr. Secretário levantou ali na tribuna e que está, efectivamente, a ser tratada.

O ensino particular e cooperativo, como V. Exa. sabe, não tem nada a ver com o ensino prestado nas instituições particulares de solidariedade social. Essas sim, estão a ser resolvidas, fruto dum compromisso deste Governo e deste Grupo Parlamentar.

V. Exa. confundiu o ensino particular e cooperativo, e vamos dar exemplos para sabermos do que estamos a falar e que são por exemplo: a Colmeia, a Passarada, o Colégio de S. Francisco Xavier, o Colégio de Santa Clara, o Colégio de Santo António da Horta, com instituições como a Santa Casa da Misericórdia da Maia, Santa Casa da Misericórdia da Horta, Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e nunca mais paráramos. São todas estas instituições de solidariedade social que não têm contratos colectivos de trabalho.

Sou presidente duma instituição sindical que todos os anos assina um contrato colectivo de trabalho que é aplicado na Região Autónoma dos Açores, à Colmeia, à Passarada, ao Colégio de S. Francisco Xavier, ao Colégio de Santo António, ao Colégio de Santa Clara.

Pertenço a uma instituição sindical que já nos dias 6 e 26 deste mês teve reuniões, onde participou o Governo Regional dos Açores, onde participaram as Uniões das Misericórdias, onde participaram os sindicatos e que estão, efectivamente, a trabalhar uma proposta feita pelo Governo, para as instituições particulares de solidariedade

social tenham um contrato colectivo de trabalho, repito, nunca tiveram em Portugal, e pela primeira vez está-se a preparar e a "negociar", coisa que o Sr. Deputado, quando foi Secretário, nunca teve coragem de pôr em cima da mesa, que foi pegar numa Portaria Regulamentadora do Trabalho que já no seu tempo existia.

O Sr. não teve coragem de fazer uma proposta aos sindicatos e às entidades patronais para que se sentassem à mesa e tentassem negociar um contrato colectivo de trabalho para as IPSS. O Sr. e o seu governo de então não tiveram essa coragem. Este Governo prometeu e já está a fazê-lo.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Tarde!

O Orador: Mas, negociar entre sindicatos e entidades patronais não tem nada a ver com o Governo. O Governo deve dar o primeiro passo e deu-o. E, não admito sequer que o Governo do Partido Socialista, na Região Autónoma dos Açores, se meta em negociações de contratos colectivos de trabalho entre as entidades patronais e as entidades sindicais. Esta é uma liberdade que pertence a estas instituições e só no dia em que isso não acontecer é que haverá mecanismos previstos na lei para se regulamentar.

Deputado Victor Cruz (PSD): Agora está a falar o dirigente sindical! Não é o deputado!

O Orador: Aqui nesta Casa temos que ter consciência de que este Governo tomou esta posição e está a concretizá-la, coisa que os governos anteriores não fizeram.

Portanto, o compromisso que este assumiu já está cumprido, já sentou à mesa as entidades responsáveis para fazer um contrato colectivo de trabalho.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Não é pouco, porque a única coisa que tem de fazer é isto que fez. Os Governos não fazem contratos colectivos de trabalho e o Sr. Deputado sabe isso.

Agora, o que eu não gostei foi que o Sr. Deputado tivesse confundido um contrato colectivo de trabalho que já existe desde 1976 para o ensino particular e cooperativa, com um outro centro colectivo de trabalho que o Sr. e os seus governos podiam contribuir para que ele aparecesse e não o fizeram.

Esta deve ser a dor que o Sr. tem, mas já estão dados os passos.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Os Srs. é que prometeram!

O Orador: Agora, compete exclusivamente às estruturas patronais e às estruturas sindicais chegarem ou não a um entendimento. E, só se não chegarem a um entendimento, é que está previsto na lei a presença de novo de uma Portaria Regulamentadora do Trabalho para este sector.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

É apenas para colocar uma questão.

No Programa 18.1 - "Adaptação da Escola Secundária Bento Rodrigues" tem uma verba de 145 mil contos e gostaria que o Sr. Secretário me informasse sobre quais as obras que vão ser feitas nesta escola?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Uma pergunta muito breve e que tem a ver com o seguinte:

O PMP contempla com 75.000 contos a adaptação da Escola Secundária a 2/3/S Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores. Desses 75.000 contos, 25.000 já estão consignados no Plano e Orçamento para 1998.

Assim sendo, eu gostava de saber quais as obras previstas e qual a sua calendarização?

Entretanto, e um pouco à margem daquilo que estamos a discutir, acabei de ser contactado por uma mãe aflita, das Flores, e está aflita precisamente porque o filho está ser tratado como um saltimbanco.

Houve um problema no final do ano passado, ele não transitou do 10.º ano para o 11.º por causa do inglês. Recorreu e a Secretaria deu-lhe razão.

Foi matriculado no 11.º ano, frequentou todo este período no 11.º e hoje recebeu uma carta que acompanhava um despacho do Conselho Directivo da Escola de Santa Cruz em que se diz que o parecer da Direcção Regional não é procedente e, portanto, não tem razão, que a reclamação enferma de erros grosseiros, que o ponto 2 do parecer é

hilariante e que o delírio atinge o seu clima no ponto 3 do parecer da Sra. Inspectora Pedagogia.

Para além de eu achar que isto não é forma de se trabalhar e também achar que um aluno não deve andar de período para período ou para trás e para a frente que é, pelo menos, inusitado. Portanto, estou a alertar a Câmara para esta situação, porque existe alguns sítios em que parece que a democracia, infelizmente funciona, mas mal.

De qualquer forma, gostaria que o Sr. Secretário me dissesse se, perante uma situação destas, pensa tomar alguma medida?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava previsto, da nossa parte, fazer uma intervenção nesta altura, mas especialmente depois da intervenção do Sr. Deputado Francisco de Sousa, não resisti a ter que a fazer.

Inclusivamente com penalização objectiva do tempo do meu partido, irei gastá-lo, porque aceitarei perder algum do espaço de tempo que teria direito ou que poderia gerir de outra maneira, vou fazer, talvez, um grau de esclarecimento que se impõe ao Povo dos Açores, visto que é a fase do debate que está a ser seguida em directo pela televisão. E, dirigir-me-ei, não a este plenário, mas às pessoas que me estão a ouvir em casa.

É importante, de facto, publicitar os trabalhos desta Assembleia, mas impõe-se que haja uma outra ordem na maneira de o fazer, porque não o fazendo cria-se aqui um efeito pernicioso e falso daquilo que efectivamente fazemos aqui.

O que os açorianos acabaram de presenciar foi uma tentativa desenfreada de competição de espaço de antena entre o PS e o PSD em que foram ao ponto de, aproveitando esse espaço, dizerem as coisas mais incríveis, nomeadamente, e aqui não resisto a falar do Sr. Deputado Francisco de Sousa e do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Os Srs. Professores pensem bem. Lembrem-se das posições que estes Srs. tomaram há um ou dois anos atrás.

Acreditam piamente que aquilo que disseram hoje, aqui e agora é no que eles acreditam?

Quem ouviu o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca a falar parecia um desenfreádisimo comunista a dizer que iria gastar todo o dinheiro público e mais algum, e na realidade quando foi Secretário sabia que as medidas que defendeu e que estão a ser aqui faladas não eram exequíveis por causa de problemas orçamentais.

Por outro lado também, quem ouviu o Sr. Deputado Francisco de Sousa até agora, sabe perfeitamente que está espartilhado por uma situação que tem dentro do sindicato dos professores. Nós sabemos isso e entendemos todos. Gostaria que não se entrasse em particularização, embora não tenham resistido a fazê-lo. Poderia também dizer o mesmo do Deputado António Meneses e relativamente também ao Sr. Secretário.

Portanto, é preciso ter cuidado com este tipo de debates usando a televisão, porque ao mesmo tempo que se disputa desenfreadamente esse espaço, está-se a criar ilusão nas pessoas daquilo que disseram aqui de que vai ser exequível num Plano e Orçamento. E os Srs. sabem tão bem como eu, e tem que dizer às pessoas isso mesmo, que não é possível e cria-se uma expectativa que não é realista e devo-lhes dizer que não é verdadeira.

Admito perfeitamente que não tenha sido intenção dos meus colegas criar essa falsa expectativa, mas ao querer firmar o tempo, não tenho a menor sombra de dúvida que a criaram.

Tenho a noção clara, em termos parlamentares, que perdi tempo a fazer essa explicação, mas acho que se impunha para que as pessoas que acabaram de ver este programa até agora possam ter uma noção do que aqui se passou.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa, para esclarecimentos.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Monjardino:

Felizmente estou numa região livre onde me posso expressar livremente.

Uma das coisas boas que tive na minha vida foi que aprendi o que era a vida dura e vivi em democracia.

O Sr. tem toda a liberdade de dizer que é ridícula a minha intervenção e que não é verdade aquilo que eu disse.

Quero dizer a V. Exa. que aquilo que eu disse é verdade, repito, é verdade aquilo que eu disse.

A classificação de ridícula ou não é sua. Agora, o que eu não posso e não deixarei nunca, porque sempre o fiz desde o dia 31 de Janeiro de 1985 nesta Casa, foi que qualquer posição, por qualquer Sr. Deputado ou qualquer Sr. Secretário, que não correspondesse à realidade dos factos passasse na minha frente.

O que me preocupou na intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca foi que ele sabia que havia dois sectores e misturou-os. Foi isso que eu esclareci.

No que diz respeito ao Plano e ao Orçamento, V. Exa. tem a sua leitura e nós naturalmente temos a nossa. Nós estamos de acordo que este é um bom Plano, é um bom Orçamento e que no PMP estão garantidas medidas que satisfarão aquilo que eu disse.

Se V. Exa. não acredita, ninguém tem que lhe pedir isso, porque V. Exa. não é do PS e, portanto, ninguém esperará que venha defender este Governo, como é nossa obrigação, porque fomos nós que andámos a fazer campanha, demos a cara pelo Partido Socialista e somos nós que nos havemos de levantar todas as vezes necessárias para defender este Governo.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas uma intervenção por causa do reparo do Sr. Deputado José Monjardino.

Não me parece razoável deixar passar uma intervenção pretensamente moralizadora do debate por parte do Sr. Deputado, sobretudo quando ela tenta sublinhar o facto de o Partido Social Democrata, e neste caso também o Partido Socialista, mas falo pelo meu partido, estarmos à procura de um especial protagonismo, porque a televisão está a transmitir em directo este debate.

Que eu saiba o PSD tem alimentado este debate como mais nenhum partido, mesmo quando não está a ser transmitido televisivamente.

Estamos a caminho de esgotar o nosso tempo. Fazemos perguntas com ou sem televisão. Temos feito intervenções com ou sem televisão e até estávamos preparados para não exagerarmos nas perguntas agora, como o seu partido bem sabe, justamente para permitir que o debate tivesse outra indicação, percorresse outro caminho.

Não é possível, porque basta um partido fazer perguntas para se intervir aqui numa fase do debate que é justamente essa.

Portanto, pela nossa parte não podemos aceitar a temática do pretensamente moralizadora do debate, porque temos dado provas do contrário e estamos apenas a debater aquilo que regimentalmente é possível.

Quanto aos problemas do passado, também não tem grande credibilidade para nos criticar, porque que eu saiba o Sr. apoiou o Governo Regional e o Plano para 1997 com o argumento de que este Governo precisava de libertar-se do passado do PSD.

Se esse argumento é tão importante ao ponto de contribuir para viabilizar um Plano e um Orçamento, não venha agora queixar-se de alguns outros estarem a falar do passado.

Quanto à criação de expectativas do que aqui se diz, para poderem ser criadas, também V. Exa. é que tem sobre os seus ombros as expectativas da concretização do Plano de 98, porque foi V. Exa. que não se absteve para o viabilizar, mas que votou a favor deste Plano.

Portanto, nenhum dos seus argumentos, pela nossa parte, passa, nem a sua postura de moralização do debate também pode passar por aqui sem um manifesto reparo.

Agora, que a transmissão em directo destes debates está condicioná-los clara e excessivamente, é algo que eu concordo e o que talvez precisamos de fazer para a próxima é outra coisa diferente que apanhe os debates do princípio ao fim, para ver até se este Parlamento se estimula de outra maneira e também para limitar que o debate seja condicionado quando a RTP entra em directo e deixa de entrar em directo e assim os açorianos que quiserem ver tudo vêem tudo, os que não quiserem desligam, passam para outro canal ou fazem outra coisa qualquer.

Deputada Berta Cabral (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se este é que é o problema, se este é que é o reparo nós estamos de acordo.

Em relação à moralização do debate evidentemente que não passa por nós sem esse reparo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que as palavras do Deputado José Monjardino foram bem claras.

As contradições que ele aqui apontou relativamente à postura de alguns dos Srs. Deputados, face ao passado, foram também claras e não há que ter medo do passado nem fazer as comparações e quanto a esta matéria nós estamos sempre abertos, a todo o momento, para fazer essa análise e, por aí, avaliar a coerência das posições, seja-se ou não dirigente sindical, seja-se deputado agora, tenha-se sido membro do governo antes.

Portanto, foi nesse entendimento que pessoalmente felicito, como Presidente do Grupo Parlamentar, a atitude do meu colega deputado.

Quando à questão que o meu companheiro Deputado Victor Cruz e líder parlamentar do PSD aqui colocou, ainda bem que falou nisso, porque queria manifestar ao Plenário a nossa convergência nessa perspectiva e nessa análise.

É uma experiência que todos nós, Parlamento, estamos tendo. Agora, em consciência temos que perceber também e reconhecer que o debate sobre o Plano e o Orçamento está-se transformando, por influência de um elemento externo a esta Assembleia, tipicamente numa sessão de perguntas ao Governo. Temos que reconhecer isso.

Todos temos essa experiência e todos verificamos que não é normal nos debates, após a intervenção de um Sr. Secretário, seguir-se um processo de hora e meia de perguntas ao Sr. Secretário. De resto, quando elas vêm dos partidos da oposição...

Deputado Mark Marques (PSD): Ainda vá que não vá! Agora daí é de bradar aos céus!

O Orador: ...ainda têm uma lógica, agora quando elas vêm do partido do Governo podem corresponder a uma estratégia. Têm legitimidade para o fazer, mas ninguém acredita.

(Risos da bancada do PSD)

O PSD quando era governo às vezes fazia essas gracinhas, mas o Partido Socialista agora despertou para isso.

Srs. Deputados, os debates estão a ser dados exclusivamente nesse espaço e todos sabemos que o que está estabelecido é haver a transmissão para o povo dos Açores com a intervenção de um Sr. Secretário e a partir daí há um período de perguntas ao Governo. Só que estão prejudicando o Sr. Secretário, sabem porquê? Porque quando o Sr. Secretário falar já não está em directo para os Açores. Isto foi um erro do Grupo Parlamentar do PS que vai ter que ser revisto.

(Risos da bancada do PSD)

Julgo que todos nos entendemos, mas é importante tratar estas matérias com a frontalidade e a clareza com que estas coisas têm que ser tratadas no Parlamento.

Deputado Mark Marques (PSD): Não se preocupe! Ele aparece 7 vezes no telejornal!

O Orador: Eu quero com isto dizer que estou também de acordo, e julgo que estão todos, com a parte final da intervenção do Deputado Victor Cruz, quando diz que as experiências são positivas, que ao fim e ao resto vamos ter que ponderar, mas tem de ser por forma a não interferir no normal desenvolvimento dum debate com a importância e as características que um debate sobre o Plano e o Orçamento tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Deputado Mark Marques e António Meneses (PSD): Ainda está no ar!

O Orador: Vou tentar muito rapidamente responder à longa lista de perguntas.

Começando pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, em relação ao polivalente da Fajã Grande a sua obra será feita este ano, espero que o projecto esteja em bom andamento e nós temos a intenção de o financiar tão rapidamente quando o projecto estiver pronto.

Aproveito agora para responder a três Srs. Deputados que falaram nas adaptações ao ensino secundário e respectivos custos. Devo dizer que estes valores que estão aqui são valores previsionais e baseados numa análise que foi feita às características de cada uma das escolas.

É evidente que haverá algumas em que se gastará mais e outras em que se gastará menos, mas como se trata de acções que estão dentro do Programa, elas serão compensadas em função dos custos específicos de cada obra.

Em relação a Santa Cruz das Flores, nós pensamos que 75 mil contos para a infraestrutura é o suficiente, porque o equipamento vem por outra via. É óbvio que, face ao projecto concreto e face às adjudicações, os acertos serão feitos.

Em relação ao pagamento de consultas privadas, realmente já me contaram a história que ocorreu em Santa Cruz das Flores. É evidente que pela informação que tenho não me posso pronunciar sobre o assunto, mas vou investigar o caso e comunicarei depois ao Sr. Deputado.

A questão do estomatologista nas Flores e no Corvo, e aproveito para responder às duas perguntas ao mesmo tempo, espero que a muito breve trecho esteja lá o estomatologista. Já andamos atrás duma solução há muito tempo e creio que neste momento já se encontrou o médico disponível para lá ir.

Em relação àquilo que disse o Sr. Deputado António Meneses, eu começo por agradecer os elogios que fez ao programa, porque vindo do seu lado, obviamente que têm um valor muito especial. Portanto, os meus agradecimentos pelo elogio, porque é um elogio que eu muito valorizo.

Em relação à questão concreta do orçamento do Serviço Regional de Saúde, eu creio que já discutimos este assunto duas ou três vezes e penso que estamos devidamente esclarecidos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O problema é esse! Não está ninguém esclarecido!

O Orador: Em relação ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde, aproveitava para depois disto lho oferecer, é resultante de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional.

O documento que o Sr. Deputado tem e que não foi capaz de reconhecer...

Deputado António Meneses (PSD): O Sr. não sabe qual é o documento que eu tenho!

O Orador: ...foi o documento que resultou de 1995 e que foi elaborado quando o Sr. Deputado era Secretário Regional.

Portanto, não reconheceu o seu documento. Ele foi distribuído em Abril à Ordem dos Médicos, com uma pequena alteração e quem fez a Proposta de Decreto Regulamentar Regional foi o Senhor.

Esta realmente eu não percebi!

Deputado António Meneses (PSD): Posso-lhe dizer que não fiz nenhum Decreto Regulamentar!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O vosso governo é que fez e não sabe?!

O Orador: O Decreto Regulamentar era seu e não o reconheceu. O meu é Decreto Legislativo Regional. Estamos esclarecidos em relação a esta questão.

Relativamente aos técnicos consultados, posso-lhe dizer que um deles, nomeadamente aquele de que falou, participou na Convenção para a Nova Autonomia, que está na génese deste Governo, e estamos a integrar a opinião dele, que muito respeitamos, neste documento.

Em relação à questão que levantou sobre o Rendimento Mínimo Garantido, quero convidá-lo, logo que possa, a ir comigo visitar os diversos programas de reinserção, com procedimentos de mudança, que estão em funcionamento por toda a Região. Nós estamos a dar particular ênfase a este aspecto.

Também existe o aspecto do controle, porque na verdade o Rendimento Mínimo Garantido, e estou de acordo consigo, se não for devidamente enquadrado poder ser destrutivo e pode causar grandes problemas. Estou sensível a isso. Esta é uma das

minhas preocupações e é uma das áreas em que nós temos vindo a actuar. Portanto, não há aqui qualquer eleitoralismo, tanto mais que do ponto de vista eleitoral é muito mais vantajoso o controle e as pessoas sentirem que a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido é feito de forma controlada, do que elas sentirem que efectivamente não é. Se houvesse algum eleitoralismo seria do lado do controle e não do outro. Portanto, penso que são injustas as suas acepções.

Portanto, os programas de reinserção existem e têm tido felizmente um grande êxito e convido a visitá-los.

Relativamente às questões que levantou o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, - também quero agradecer a forma como tratou o Plano que, pelos vistos, também está de acordo com ele - há um aspecto que demonstra alguma falta de conhecimento dos mecanismos que estão por detrás disto.

Ora, as Instituições de Solidariedade Social não são do Governo. Não sou eu, nem é o Governo Regional quem fixa vencimentos nas instituições. São as instituições privadas que acertam com os sindicatos os vencimentos dos respectivos funcionários. São elas que fazem isso.

As medidas que este Governo tomou foram muito claras: primeiro pusemos em vigor uma Portaria Regulamentadora do Trabalho e acabámos com uma comissão tripartida que existia e que era um empecilho neste processo. Demos o primeiro passo.

Neste momento, estamos a dar o segundo passo, mas não somos nós que o damos, nós apenas criamos as condições para isso. Esse passo é dado numa negociação entre sindicatos e empregadores e o Governo não é parte aqui. Essas negociações estão a decorrer e espero que a muito curto prazo produzam um acordo. Portanto, esse acordo não depende de mim, depende do entendimento entre os sindicatos e o empregador, porque eu não sou o patrão nem mando nas IPSS. Elas são instituições particulares.

Sr. Deputado, pensei que soubesse deste assunto, porque já foi secretário tempo suficiente para o saber.

Em relação aos trabalhadores, aquilo que disse também é extremamente injusto nesta altura.

O Sr. Deputado enquanto foi secretário, era titular duma secretaria em que mais de metade do oficiais de acção educativa andavam a prazo, seis meses dentro, seis meses

fora. Andaram assim durante décadas. Agora que nós estamos a regularizar estas situações todas, agora que estes trabalhadores foram admitidos, agora que isto está tudo direitinho e que nós estamos a completar os quadros e a pôr alguma justiça nisto, vem o Sr. Deputado falar em injustiça em relação a estes trabalhadores e falar em falta de diálogo e não sei que mais. O Sr. Deputado está realmente a ser um muito mau observador da realidade!

Nós estamos a resolver o problema que o Sr. durante décadas não conseguiu resolver. O Sr. teve dezenas e dezenas de trabalhadores que entravam e saíam de 6 em 6 meses.

Que respeito era esse pelos trabalhadores?!

É evidente que nós estamos a fazer aquilo que o Sr. não fez e está a tentar, de forma demagógica, virar a coisa ao contrário.

Nunca os sindicatos foram tão ouvidos e nunca os trabalhadores foram tão bem tratados como agora. No seu tempo certamente isso não acontecia.

Quanto à questão do acesso, o Sr. Deputado sabe que eu recebo todas as pessoas que querem falar comigo logo que isso seja possível. Eu recebo muito mais pessoas, e isso é reconhecido por todos, do que o Sr. quando era secretário recebeu.

Deputado António Meneses(PSD): Sabe tudo!

O Orador: Tenho uma secretaria bem maior do que aquela que o Sr. tinha quando era secretário e dedico uma boa parte do meu tempo a receber e a falar com pessoas. Todas as pessoas que querem falar comigo, seja sobre que assunto for, podem falar comigo. Eu recebo centenas de pessoas. Portanto, essa é uma acusação perfeitamente injusta e não faz sentido, porque todos aqueles que já tentaram falar comigo sabem que não é assim.

Mas, no fim de contas o que aconteceu foi que o Srs. acabaram por não criticar o Plano e dedicaram-se apenas a factos genéricos.

Voltando um pouco atrás à questão da ligação à Internet, posso dizer que nesta altura já há muitas escolas ligadas a ela, por um sistema que ainda não é o sistema final.

Nesta altura está a decorrer, em colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a montagem de linhas para este fim, e a maior parte das escolas já tem

linha, e a montagem dum servidor que dará o acesso e que está a ser, nesta altura, montado em Angra do Heroísmo.

Isto tem também uma ligação directa com uma pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque este servidor também está directamente implicado nos centros e na rede de Informação Juvenil que terá também uma base informática sobre a Internet. Portanto, este é um processo que está a ser seguido a par e passo.

Em relação à pergunta que me foi feita pela Sra. Deputada Fernanda Mendes sobre os hospitais, eu gostava de dizer que a Carta Hospitalar da Região é uma necessidade urgente e é um mecanismo indispensável ao funcionamento do nosso Serviço Regional de Saúde, só que a Carta tem uma ligação directa ao Estatuto que aqui está, porque uma coisa acaba por informar a outra e vice-versa. Portanto, há aqui uma ligação directa.

Estas são medidas que eu estou nesta altura a lançar à discussão e espero que a partir do próximo mês de Janeiro ela possa então ter uma discussão aprofundada, porque nesta altura ainda há acertos que estão a ser feitos a estes documentos.

Particularmente, em relação ao Hospital da Horta, já respondi claramente.

Em relação aos outros Hospitais e a todos os Centros de Saúde, gostava de dizer que as medidas que estão a ser implementadas são medidas que visam o seu fortalecimento e não o despedimento de trabalhadores e não a diminuição da competência técnica. O que se quer é racionalizar os serviços, é dar-lhe uma maior valência e uma maior capacidade de intervenção e potenciá-los para que eles prestem um melhor serviço aos utentes e isso, obviamente, passa pela valorização também dos seus recursos humanos.

Respondendo a uma questão sobre os cuidados de medicina familiar e de clínica geral, penso que a resolução para este problema é a abertura e o alargamento do sistema convencionado de cuidados. Esse alargamento também passa, por um lado, pelo estatuto e, por outro, pela resolução da questão financeira. Nós nesta altura já estamos numa fase em que temos que resolver os elevados passivos do serviço e só depois é que podemos abrir novas frentes neste processo.

Relativamente às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre as pousadas da juventude e o caso concreto da pousada do Faial, aquilo que é

nossa intenção é entregar as pousadas de juventude a uma empresa que possa eventualmente vir a ser privatizada e eliminar os grandes conflitos que nesta altura começam a existir entre o funcionamento das pousadas de juventude e o sector hoteleiro. Há aqui uma coordenação que é importante fazer-se.

O caso da pousada de juventude do Faial depende em boa parte disto, porque o Faial tem um mercado extremamente frágil e a abertura duma pousada de juventude na Horta pode ter consequências graves sobre o sector hoteleiro, se não forem tomadas medidas de fortalecimento deste sector. Portanto, a acção da pousada de juventude da Horta mantém-se em aberto, porque há o projecto e há uma intenção, mas é uma intenção que eu gostaria de ver concretizada em colaboração com o sector privado.

Nesta altura não é aconselhável e não faz muito sentido a entrada do Governo no sector hoteleiro. E, quer queiramos quer não, as pousadas de juventude são uma modalidade hoteleira e deve ser coordenada com os outros.

Em relação à questão do Museu de Santa Maria que me foi posta pelo Sr. Deputado José Maria Bairos, gostava de dizer que o edifício que nós adquirimos na Zona Antiga de Vila do Porto, é um edifício que o Sr. conhece e o nosso objectivo é potenciar o museu, isto sem prejuízo do museu de Santo Espírito que tem um espólio modesto, mas que tem algum valor e que se manterá daquela forma.

O museu que se pretende abrir na Vila do Porto é um museu, digamos, mais voltado para outros eventos, como a questão da olaria e a questão da história da própria ilha. Será também um museu voltado para a animação turística e cultural da Vila.

Este é um edifício maior em que caberá um auditório, em que caberá outro tipo de infraestruturas que o actual museu não comporta.

Relativamente à questão que me pôs o Sr. Deputado Joaquim Ponte, sobre o desemprego e as inscrições no Centro de Emprego, devo dizer-lhe que esta é uma questão complicada, é uma questão que já foi objecto de discussão aqui nesta Câmara e existem duas formas de aferir o desemprego:

- uma é aquela que tem vindo a ser seguida pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores e que é aquela, digamos, que está a ser padronizada para o todo nacional e que dá os valores que o Sr. Deputado citou, que tem grandes deficiências

particularmente nas nossas ilhas, porque está baseada no mecanismo de consulta de amostragem via telefone, o que distorce o universo que é atingido por ela;

- outra tem a ver com o número de inscrições do Centro de Emprego.

O que aconteceu foi que o número de inscritos no Centro de Emprego disparou. Há, de facto, muita gente inscrita no Centro de Emprego e esse número a partir de 1993 veio a subir em flecha, o que levou a que a partir desse ano uma estatística e outra se fossem distanciando cada vez mais. A verdade do desemprego estará num valor entre as duas estatísticas. São duas formas de medir e que, obviamente, têm o valor que têm.

Todos conhecem o que isso significa e, portanto, os inscritos que há nesta altura no Centro de Emprego são os números que apontou.

Em relação à questão posta pelo Sr. Deputado Fernando Meneses, sobre o Museu de Arte Sacra da Horta, gostaria de lhe dizer que o valor inscrito destina-se a satisfazer compromissos assumidos pelo anterior governo e que ficaram dependurados entre a Direcção Regional do Turismo e a Direcção Regional dos Assuntos Culturais em que no corrente ano não estavam inscritos e há, digamos, um conjunto de compromissos que ainda não são muito claros para mim nem são claros para o Governo, porque ainda não conseguimos estabelecer todos os contratos existentes e por uma razão de prudência foi necessário inscrever-se essa verba.

Portanto, se o dinheiro não puder ser realizado aí, será realizado num novo projecto que será canalizado para este museu e não será dinheiro perdido.

No que diz respeito à questão do Sr. Deputado João Greves sobre o estomatologista para o Corvo, já respondi.

A Sra. Deputada Fátima Sousa fez um comentário que me parece muito importante em relação às comissões locais. Esta é uma verdade e não vale a pena comentá-la mais.

Em relação à questão do Sr. Deputado Francisco de Sousa sobre as verbas inscritas no PMP para as escolas, penso que já respondi no início. Portanto, creio que estamos esclarecidos.

No que diz respeito ao FRASE, o que aconteceu foi que realmente houve um aumento do número de alunos e um crescimento enorme nas despesas sem que o

financiamento do Fundo Regional da Acção Social Escolar tivesse tido o mesmo percurso. Começou a haver um afastamento cada vez maior.

Por um lado, há uma questão que precisa de ser resolvida e tem de ser resolvida no âmbito da transferência de competências para as autarquias que tem a ver com o transporte escolar.

Nesta altura vive-se um vazio legislativo neste matéria e que tem que ser, digamos, olhada por esta Câmara e que levará certamente a alterações na própria estrutura do FRASE. Por outro lado, a autonomia das escolas não visa lucros. As cantinas são pagas pelo dinheiro do FRASE e não são para obter lucros.

Os estudos que foram referidos pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca não são feitos pela Secretaria, são duma comissão que visa encontrar, digamos, sectores do Governo que possam ser privatizados e, obviamente, não visa transformar as escolas num negócio e a Portaria que veio regulamentar a Acção Social Escolar mostra claramente que a intenção deste Governo é aumentar e melhorar a componente escolar nas escolas e de maneira nenhuma reduzi-la por via de privatizações.

No que respeita à questão do Rendimento Mínimo Garantido e a dos alunos e docentes da escola, este é um problema extremamente grave. Nós temos um número muito grande de jovens que não foram para a escola na idade normal e que agora aparecem na escola por via do Rendimento Mínimo Garantido.

Os problemas que surgem nas escolas são muito graves e muito complicados e exige uma resposta por parte da escola que tem que ser uma resposta específica aos problemas que vão surgindo. Uma parte desta resposta está a ser implementada através do PROFIS, que foi aquela que o Sr. Deputado sugeriu, que visa exactamente criar ciclos alternativos em que a parte sócio-educativa seja feita dentro da escola e a parte profissionalizante seja feita fora da escola, em oficinas e outras instituições que possam de alguma forma colaborar na formação profissional.

Portanto, o esquema está a ser implementado e existem verbas inscritas no Plano para esse fim.

O nosso objectivo é canalizar esses jovens para aí, já que eles na escola, na verdade, podem ser uma enorme fonte de perturbação e podem influir negativamente sobre o funcionamento de toda a escola.

Temos como exemplo o caso da escola Rui Albano de Carvalho que tem problemas muito sérios e já tive oportunidade de estar naquela escola e reunir com os docentes e, de facto, existem problemas muito graves e sérios. Esta escola necessita de apoio por causa disso. O impacto que ela está a sofrer do Rendimento Mínimo Garantido, é um impacto profundamente perturbador do funcionamento normal da escola.

Relativamente à Escola de Vila do Porto, que se encontra num estado de enorme degradação, o nosso objectivo é adaptá-la a escola secundária e dar-lhe as condições mínimas para o seu funcionamento. Essa verba destina-se a isso.

Em relação à questão do aluno que terá transitado e depois já não tinha transitado, obviamente que eu não me posso pronunciar aqui sobre esse assunto, porque não conheço de forma nenhuma o enquadramento. Esse que terá que ser estudado pela Direcção Regional e depois terei todo o gosto em informá-lo sobre este caso.

Neste momento não me posso pronunciar, porque desconheço em absoluto essa matéria.

Creio que terei respondido às perguntas que me foram feitas. Se alguma terá ficado por responder pedia aos Srs. Deputados que assinalassem esse facto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento ter que dizer aqui, Sr. Secretário, que ou o Sr. Secretário não tem acompanhado devidamente os documentos que correm dentro da sua Secretaria, ou o então faltou à verdade a esta Câmara, e isto por uma razão simples, é que a preocupação que o meu colega António Meneses aqui colocou relativamente à Lei de Bases da Saúde eu também a tinha e solicitei à minha ordem profissional que me fornecesse o documento.

Esse documento está aqui, e posso facultar-lhe se o Sr. Secretário quiser ter acesso a ele. Diz em cima o seguinte: "A Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais" e depois diz abaixo: "Decreto Regulamentar Regional".

Ora, Sr. Secretário, ou este documento circulou na sua Secretaria e o Sr. não o conhece, ou então faltou à verdade quando diz que não era intenção da sua Secretaria,

ou do Partido, ou do Governo Regional, no caso presente, fazer aprovar a Lei de Bases.

Isto está aqui no papel, Sr. Secretário, e é mais legítima a nossa dúvida, mas o que os Srs. podiam ter feito era dizer que se enganaram, queriam fazer primeiro um Decreto Regulamentar Regional e só depois é que mudaram para Decreto Legislativo Regional ou então copiou mal aquilo que o meu colega António Meneses deixou na Secretaria. Este papel que aqui está quando me foi fornecido o Sr. já era Secretário e este Governo já existia.

Era só para esclarecer este assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só uma breve observação para que isto fique claro.

A nossa não oposição às propostas do Governo resultou do facto que estas propostas apenas pretendem concluir aquilo que nós iniciámos e por uma questão de coerência não podíamos estar contra elas.

Em relação ao diploma do Estatuto Regional de Saúde, pois foi exactamente o Dr. Joaquim Ponte que me forneceu a proposta de diploma e a minha observação e a minha dúvida resulta exactamente desse documento me ter sido entregue por um farmacêutico.

Relativamente à última pergunta sobre o Rendimento Mínimo Garantido, o Sr. Secretário não me respondeu, que era saber destas pessoas que já foram beneficiadas por este rendimento, qual a percentagem que já faz parte de programas de reinserção social. Eu não duvido que algumas já existam.

Queria também aproveitar para responder à Sra. Deputada Fátima Sousa no sentido, de que me parece muito estranho responsabilizar os Presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia pelo mau funcionamento das Comissões Locais de Acompanhamento, porque essas comissões locais, das quais fazem parte os autarcas e outras entidades, são dirigidas e coordenadas pelo Governo Regional e doutra forma não podia ser.

A não ser assim, só há uma conclusão: é que o Governo fez o mais fácil que foi distribuir o dinheiro e a parte mais odiosa que é o controlar e obrigar as pessoas a

entrarem nos programas de reinserção e retirar-lhe esse rendimento se elas não quiserem entrar nesses programas, não fez.

Portanto, o Governo faz o mais fácil e depois "chuta" para as autarquias o mais difícil.

Também agora ficámos a saber que as Comissões Locais não estão a funcionar, porque a culpa é dos autarcas do PSD. Fica registado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Ponte gostava de dizer o seguinte:

Seguindo aquilo que disse na resposta que dei ao Sr. Deputado António Meneses, o documento que o Sr. tem na mão é um documento que foi distribuído pela Secretaria em Abril deste ano e é resultado dum documento que existia na Secretaria que resultou da discussão de 1995, com algumas alterações.

Ele, de facto, estava na altura como Decreto Regulamentar e, portanto, continuou assim.

Deputado António Meneses (PSD): Não estava! A responsabilidade é sua!

O Orador: Não vamos aqui discutir se estava ou não estava, mas para deixar com toda a transparência o que se passou, quero dizer que esse era um documento que o Sr. Deputado António Meneses, quando era Secretário, tinha elaborado.

Deputado António Meneses (PSD): Não ponha as coisas na boca dos outros! Assuma as coisas!

Deputada Berta Cabral (PSD): Assuma os seus erros! Qualquer pessoa pode errar!

O Orador: Foi-lhe introduzido algumas alterações, particularmente na parte da estrutura de ilha. Portanto, esta parte é nova, mas o cabeçalho continua o mesmo.

De qualquer maneira, era, aparentemente, intenção do seu partido de ser um Decreto Regulamentar Regional. Tenho aqui o documento e posso entregá-lo.

Penso que o assunto está resolvido.

Em relação à questão do Rendimento Mínimo não tenho, infelizmente, aqui comigo o número exacto de pessoas, mas o que lhe posso dizer é que a percentagem de pessoas envolvidas em projectos de reinserção na Região Autónoma dos Açores é a maior do País, face ao número de pessoas em termos percentuais.

Portanto, não tenho esses números aqui comigo, mas vou obtê-los e terei muito gosto em fornecer-lhos.

Quanto à questão das Comissões Locais e do odioso e não odioso, quero-lhe dizer que as Comissões Locais são aquelas que conhecem melhor as pessoas e a questão do odioso não recai sobre elas, porque se trata da aplicação de regras.

Creio que elas têm feito um bom trabalho e gostava de aproveitar esta oportunidade para dizer que, do meu ponto de vista, o trabalho que tem vindo a ser feito pelas Comissões Locais de Acompanhamento, independentemente do partido que os autarcas pertençam, tem sido um trabalho meritório e não queria de maneira nenhuma deixar aqui qualquer dúvida sobre a sua valia.

Têm feito um trabalho muito grande e a aplicação do Rendimento Mínimo Garantido na Região só atingiu o grau de penetração e a valia que neste momento tem, porque estas Comissões se empenharam.

Portanto, não quero de maneira nenhuma deixar dúvidas quanto ao meu apreço pelo trabalho destas Comissões.

Presidente: Vamos voltar às inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje a discutir os documentos PMP 1997-2000, Plano 1998 e Orçamento 1998.

A discussão a desenvolver à volta destes documentos pelas forças políticas presentes, já não está condicionada pelo processo de transição de um Governo Regional (o do P.S.D.) para outro (o do P.S.).

O Partido Popular tinha dito, aquando da discussão do Plano e Orçamento 1997, que seria muito mais exigente na análise dos documentos para 1998.

Encontramo-nos, portanto, aqui para defender as nossas posições e ideias assim como os compromissos que assumimos perante o nosso eleitorado.

O Partido Popular acredita que o modo como esta Região tem sido governada desde o início da Autonomia, está errada.

Construiu-se um modelo de governação centralizada, tendo por base um governo despesista e interventor. Aliás, o grau de intervenção dos sucessivos Governos Regionais foi a tal ponto que a economia regional já não subsiste com a intervenção governamental.

Basta, para confirmar esta análise, atendermos às vozes dos parceiros sociais e dos representantes das diversas ilhas em que o aspecto do apoio de subsídio afigura-se fundamental para a caracterização dos seus anseios e necessidades.

É contra este estado de coisas que o PP está.

Este modelo, de exclusiva responsabilidade do PSD, teve como efeito a criação de dependências que levou esta Região a ser uma das mais pobres do País e da Europa.

Finalmente o Povo Açoriano percebeu-o, e disse basta nas últimas eleições de 1996, retirando a confiança ao PSD.

Estamos agora no período de Gestão de um Governo Socialista. O P.P. sempre achou que não era justo julgar o actual Governo Regional à luz do ano de 1997, na medida em que, sendo um ano de transição, tinha que haver um período experimental.

Acresce ainda o facto de o anterior Governo ter assumido compromissos que derramaram para 1997, comprometendo, irremediavelmente, o espaço de manobra do actual Governo.

Foi portanto, com natural expectativa que o P.P. aguardou os documentos em questão.

O dado adicional para essa expectativa tinha a ver com o facto de estar em discussão, na Assembleia da República, a Lei das Finanças Regionais que, não temos dúvidas, será aprovada.

Devemos admitir que tivemos uma decepção quando analisámos os documentos.

A lógica dos documentos, sem embargo de uma melhoria substancial da sua apresentação, é a mesma que a do tempo do PSD. Aumenta a despesa pública, mantém-se a lógica do investimento público, e as reformas não são referenciadas.

Quando o são, não vislumbramos as medidas complementares necessárias à sua implementação.

Porque senão vejamos: a despesa pública total aumenta 5,62% em 1998, mas o investimento público (ou seja o Plano) só aumenta 0,92%. Se analisarmos com algum cuidado a evolução da despesa, o quadro piora. As despesas correntes aumentam 7,62%, mas se retirarmos os custos relacionados com a dívida, então a despesa corrente aumenta 11,7%.

Conclusão: a despesa sobe acima da inflação, perpetuando o modelo dos Governos anteriores do P.S.D. e o investimento não aumenta em termos reais, penalizando por essa via os apoios necessários à actividade económica.

A evolução dos variáveis não é a pior, devido às ajudas de Lisboa (matéria sobre a qual este Governo é nitidamente melhor que os anteriores).

O Partido Popular não está de acordo com a evolução dos indicadores do Plano e Orçamento deste ano.

Quanto ao Plano a Médio Prazo achamos que se comete um erro estratégico de orientação. A análise deste documento não pode deixar de ser feita à luz da futura implementação da Lei das Finanças Regionais. Acresce ainda que o P.M.P. é uma resolução da Assembleia Legislativa Regional e, como tal, não tem a força de lei. Sendo uma resolução, trata-se de um documento indicativo da orientação macro-económica do Governo Regional, com um vínculo de carácter político, mas fundamental para criar uma atmosfera de confiança nos Agentes Económicos.

O P.M.P. 1997-2000 está todo ele condicionado pela Lei das Finanças Regionais. Basta para tal consultar o documento na página 6 (preâmbulo) assim como o texto e o quadro de financiamento contemplados nas páginas 139 e 140.

Ou seja, o Governo admite, e muito bem, que a Lei das Finanças Regionais condiciona o P.M.P. 1997-2000, só que, só perspectivou o impacto de dois dos três aspectos fundamentais da futura lei. É isto que nos preocupa. As transferências da O.G.E. para a Região, assim como a progressiva diminuição da dívida estão referidos no documento, **todavia o aspecto fiscal não está contemplado.**

Ao não introduzir este aspecto o Governo dá uma indicação política que esse aspecto é menos importante que os outros dois. Nisso não estamos de acordo.

Porque só faz sentido termos finanças públicas sãs e reduzir a dívida se tal tiver impacto na competitividade do tecido económico regional. Ora, dado o atraso estrutural, acrescido da debilidade das empresas e empresários Açorianos, (agrícolas, industriais, comerciais e serviços), é fundamental criar um catalisador para relançarmos a nossa Economia Regional. Ora o Partido Popular **não acredita** que o motor do crescimento económico deva ser o investimento público, além de que os factos têm provado que temos razão.

Se aproveitarmos a oportunidade que resulta da baixa estrutural das taxas de juro e a conjugarmos com uma rápida redução dos impostos directos, conseguiremos criar as bases fundamentais para o relançamento da nossa economia e iniciarmos um período de prosperidade sustentada.

O Partido Popular não abdica deste ponto e considera-o fundamental.

Tendo em conta o exposto, o Partido Popular não está de acordo com os documentos apresentados.

Não está de acordo com o PMP, porque não é um documento orientador macro-económico capaz de mobilizar e catalisar os agentes económicos da Região.

Não está de acordo com o Plano de 1998, porque com a introdução de todas as obras no Plano, embora com dotações tão díspares como 1,4 milhões de contos para umas e 1.000 contos para outras, o Governo de certa maneira foge ao controle da A.L.R., podendo depois transferir verbas de um lado para o outro a seu bel-prazer.

Não está de acordo com o Orçamento de 1997, porque é despesista e impede a implementação já em 1998 da componente fiscal da Lei das Finanças Regionais.

Perante este quadro o Partido Popular tomará, mais uma vez, uma atitude responsável e consequente.

Parece ser evidente que, se fôssemos Governo, teríamos apresentado um conjunto de documentos completamente diferente. Mas não somos.

Por isso, o Partido Popular apresentará um conjunto de propostas de alteração para serem votadas.

Trata-se, naturalmente, de propostas que pretendem introduzir os princípios em que acreditamos e que já referi. Mas não sendo o P.M.P. 97-2000, Plano 98 e Orçamento

98 documentos da nossa autoria, as alterações que propomos são o remendo mínimo para que os possamos aprovar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não apresentamos já as nossas propostas, como gostaríamos e como fizemos na discussão do Plano e Orçamento de 1997, porque não estamos dispostos a votar documentos de outros que mais não são que cópias dos nossos. Quem tiver ideias que as apresente.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta do PMP 1997/2000 como instrumento de trabalho que traduz a política do Governo Socialista a aplicar, nomeadamente no próximo ano de 1998 e seguintes, de que aliás discordamos em aspectos fundamentais, apresenta-se-nos como uma autêntica panaceia, pretensamente com soluções ou remédios para todos os males ou maleitas, no cumprimento das bastas promessas eleitorais em campanha feitas. Deixando de lado uma ou outra que entretanto já passou à história, não há dúvida que, de maneira geral, contempla "o que se pediu por boca"!

Foi um tal inscrever de acções e programas, não importa se sub-orçamentadas ou com questionável faseamento ou arranque temporal, em vésperas de vitais eleições autárquicas, pela influência e reflexos que irão ter no futuro para todos os partidos políticos, principalmente o do Governo, ou seja, para votante ver!

Digamos que em matéria de "espectáculo" cumpre. As verbas, as dotações é que não correspondem, em muitos casos, ao que era preciso! Não vão de encontro à urgência que se impunha.

Como as "inaugurações de chave na mão" não são eternas e vão-se acabando iremos assistir a um protelamento dos passos indispensáveis para que intervenções importantes e inadiáveis venham a ter início mais lá para o fim do próximo ano, num "juntar dos corpos às almas ou vice-versa" para fazer crer que foi tudo muito bem pensado e está tudo muito certinho.

Certinho decerto não esteve, e há bastos exemplos disso, o cumprimento do plano, do ano em curso. Aí reside o nosso principal receio, nomeadamente em relação ao de 1998.

Na Educação, na Cultura e no Desporto o ritmo a que tem sido lançado ou estão a avançar as frentes de trabalho, está longe de corresponder às expectativas criadas. Pondo de parte a pressa da última hora para se inaugurar o museu de Angra de Heroísmo, nas costas dos abalizados pareceres dos próprios técnicos da Secretaria, antes do próximo acto eleitoral, pelos dividendos que se julga poder ir aí buscar, ou de uma ou outra intervenção de menor porte que chegou ao seu término, tudo o demais caminha lenta, lentamente!

Tardam em ser enviados equipamentos ou materiais cujo processo de aquisição deveria ter andado mais depressa. Entretanto o 1º período escolar aproxima-se do fim e continua a aguardar-se a sua chegada. No papel, escritos com mais ou menos destaque estavam. Se ou quando é que vão chegar à posse dos interessados é que persiste em não se saber!

Mantém-se o desnorte, a falta de articulação e de resposta por parte de sectores vitais da Secretaria. Continua a ser feita tábua rasa do despacho das "respostas em 10 dias". Agora, se não tem mão em áreas fundamentais em que atrasos sistemáticos são demolidores, como é o caso de determinados vectores da Educação, pode vir, mais cedo do que julga a "ficar no mato sem cachorro"! Na falta de respostas escritas ou no desespero resultante do insulto que é, receber-se um ofício a dizer que deu entrada o seu pedido ou requerimento, muitas vezes depois do tal prazo dos 10 dias, com a mera indicação de que foi encaminhado para aqui ou para acolá e depois "moita quatro vinténs," recorre-se ao telefonema e aqui é pior a emenda do que o soneto. Passa-se de Pôncio para Pilatos se, com sorte, conseguir entrar na central telefónica, cujos números ou estão sempre ocupados ou tocam desesperadamente sem que ninguém pareça poder atender!

Quando lá se chega, ou está-se em reunião e não se pode atender ou está para despacho ou pior ainda, pena-se para que se encontre o rasto do documento! Entretanto, consoante com quem se fala, assim se vai tendo as mais variadas versões/interpretações do problema.

Acabaram-se com os Jogos Desportivos Escolares e com toda uma riquíssima mais valia que lhe estava subjacente e que tão bons resultados foi dando. Ficámo-nos como alternativa, concebida ao longo de um ano, pasme-se, com um ofício sobre "clubes desportivos escolares" que sempre foram apoiados e incentivados à semelhança de tantos outros, noutras áreas do saber, da cultura ou do lazer, mas que agora se contam vir a ajudar ao ritmo de 15 por ano! É pouco, muito pouco!

Quer-se acabar ou critica-se e condena-se o funcionamento desarticulado de serviços, como equipas ou escolas no âmbito da Educação Especial, mas incoerentemente dotam-se de meios financeiros novas estruturas de educação e ensino, neste âmbito de intervenção, a edificar em Angra do Heroísmo ou Horta.

Persiste-se na integração "selvagem" de alunos portadores de deficiência sem se darem os apoios indispensáveis para tal. São muito discutíveis as condições ou os meios como se tem vindo a implementar o apoio pedagógico acrescido.

Aumenta-se à revelia dos professores o número de alunos por turma com base em meros critérios economicistas. Que se poupe, sim, mas onde se deve. Autoritariamente quer-se, à viva força, impôr o horário normal ou criar escolas integradas onde e com quem tem sérias dúvidas de que seja o melhor na actual conjuntura. Com pouco diálogo, ouvindo pouco, ditando muito!

Mete-se na gaveta a área-escola que não sendo uma área disciplinar não deixa de ser curricular, inter-disciplinar. Faz--se "terra-de-ninguém" em matéria de inovação educativa. Desculpas com a dispersão da rede ou custos acrescidos não nos convencem. Uma acção de formação, efectuada enquanto há escolas que nem estão a cumprir o despacho que versa sobre a dita área-escola, é pouco mais que nada!

Muito embora nos devamos congratular com o arranque de mestrados à luz de protocolos com a Universidade ou de umas quantas, poucas por sinal, experiências com equipas multi-disciplinares preocupa-nos o que vai, entretanto, ficando por se fazer quanto à orientação escolar e às diminutas experiências com os currículos alternativos.

Perdemos o comboio do **"9º ano alternativo"**, à experiência em 100 escolas do Continente. Ficámos imperdoavelmente de fora, para mais dispendo de um Centro de Formação Profissional, como é sabido.

Aumenta-se o fosso entre Escolas Profissionais e Escolas da Rede com Ensino Tecnológico. Desperdiçam-se recursos humanos e materiais mais vivências, saberes e experiências riquíssimas acumuladas ao longo de décadas! O Ensino Profissional, por muito válido que seja, não dispensa o contributo da Rede Normal de Educação que está sendo inqualificavelmente preterida.

Dos incentivos prometidos à fixação de docentes, mais justos e equitativos, tarda em se falar! Pagar por igual aos docentes do ensino particular e da Rede continua para as calendas gregas. Foi fácil prometer agora mudar é que está difícil. Passado um ano, para quem tanto prometeu mudar, basta de tão pouco ouvir e mal fazer!

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma resposta breve e muito rápida, dado que a maior parte daquilo que aqui foi dito já foi respondido anteriormente. Só para dizer que a Direcção Regional da Educação, que foi agora tão severamente criticada, mantém no essencial a estrutura que o Sr. Deputado lá deixou. Se os serviços não funcionam agora e se há dificuldades, porque é uma estrutura muito grande, foi o Sr. que a criou e que a geriu durante muito tempo. Bem gostava eu de ser capaz de mudar muitas coisas.

Também gostava de lhe dizer, em relação a isto, que tenho tido de outras pessoas e doutras áreas apreciações bem diferentes daquelas que fez. Há quem considere que está muito melhor.

Portanto, Sr. Deputado, as suas críticas não fazem grande sentido e a realidade demonstra o contrário daquilo que disse. A realidade é bem mais importante do que os discursos.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Guilherme Pinto.

(Neste momento o Deputado Guilherme Pinto foi substituído na Mesa pelo Deputado João Carlos Macedo)

Deputado Guilherme Pinto (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Secretário Regional:

O Plano para 98 e o Plano a Médio Prazo, são documentos fundamentais que materializam as grandes linhas de rumo, traçadas pelo Governo, no seu programa, aprovado nesta Assembleia em Abril deste ano.

Na qualidade de deputado, eleito pelo círculo eleitoral da Ilha do Faial, congratulo-me com as propostas agora apresentadas pelo Governo, pois contemplam um conjunto de acções e projectos essenciais ao desenvolvimento desta ilha e à melhoria das condições de vida das suas gentes. Alguns deles, ansiosamente aguardados há anos. O Partido Socialista prometeu e o Governo cumpriu.

O Faial ao ser contemplado no Plano a Médio Prazo com uma verba de 12.836.678 contos, coloca-o em 3.º lugar a nível do investimento regional.

De um modo muito sucinto enumeraremos apenas alguns desses empreendimentos.

O Porto da Horta e a Marina, ao serem dotados com uma verba de cerca de 4 milhões de contos, fazem deste investimento um dos maiores que alguma vez se fez nesta terra.

No Programa - Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais - destacam-se a construção da nova Escola Secundária Geral e Básica da Horta, Escola Básica/Jardim de Infância da Matriz, Escola de Ensino Especial da Horta e ampliação da Escola Básica/Jardim de Infância dos Flamengos.

O Programa Património e actividades culturais, consagra uma verba de 1 milhão de contos destinado à adaptação da casa Walter Bensaúde a Biblioteca Pública e Arquivo, Casa da Cultura e Núcleo Cultural; Reparação da Igreja do Carmo e adaptação do Colégio dos Jesuítas a Museu da Horta e seu equipamento.

No domínio da Saúde, o Hospital da Horta é dotado com 720.000 contos para obras de ampliação, apetrechamento e modernização, com a introdução de valências até agora inexistentes.

Neste domínio, têm chegado ao nosso conhecimento, algumas preocupações no que concerne ao funcionamento do Hospital e do Centro de Saúde, existindo mesmo, neste momento alguns constrangimentos que podem prejudicar as condições de atendimento dos doentes. Porque se trata de uma matéria da maior importância, temos o dever de chamar a atenção do Governo Regional sobre tais situações, por forma a serem encontradas soluções que satisfaçam as diversas posições em presença com o objectivo último de otimizar a prestação de cuidados de saúde nesta ilha e nas demais servidas pelo Hospital da Horta.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deste vasto conjunto de realizações com a ilha do Faial é contemplada no Plano a Médio Prazo, duas delas, pela importância que assumem no panorama económico e cultural desta ilha, merecem uma reflexão especial: Refiro-me ao Porto e à construção da nova Escola Secundária Geral e Básica da Horta.

Como referimos, consagra o Plano a Médio Prazo uma verba de cerca de 4 milhões de contos destinada à empreitada em curso no Porto da Horta e à ampliação da Marina, que verá a sua capacidade aumentada quase para o dobro. Empreendimento de inquestionável interesse, pois trata-se de uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento económico desta terra.

Esta obra, após a sua conclusão permitirá a um correcto reordenamento da bacia do porto, que passará a dispôr de uma zona comercial, zona de pescas, recreio náutico e, parque de contentores com uma área de 15.000 m² . Veremos, por conseguinte, melhorarem significativamente as condições de operacionalidade, sobretudo a nível de carga contentorizada, que representa o maior volume de cargas movimentadas neste porto.

Mas, a revitalização do Porto da Horta, não se deve limitar apenas à melhoria das suas infraestruturas. Já aqui o dissemos e, voltamos a fazê-lo.

É necessário desenvolver uma política de transportes que melhor sirva o interesse regional

É neste contexto que o futuro do Porto da Horta, e do seu aproveitamento integral tem de ser equacionado.

Nesta perspectiva, defendemos que o Porto da Horta, Ponta Delgada e Praia da Vitória, deverão ser os três pólos de ligação ao Continente, fazendo-se a partir destes a distribuição interna das mercadorias.

Se tivermos em conta a localização geográfica privilegiada do Porto da Horta, pensamos que aqui se deveria concentrar a recepção de carga contentorizada para baldeação para as ilhas mais próximas, o que presentemente se faz, muitas vezes, a partir de portos mais distanciados (Ponta Delgada e Praia da Vitória), obrigando conseqüentemente, os navios a percorrer muito maior número de milhas, com os custos inerentes.

É também necessário continuar a rever o processo da taxa de reestruturação portuária, iniciado este ano, de modo a anularem-se rapidamente as desigualdades ainda existentes.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

No ano lectivo de 1972/73, a ilha do Faial viu concretizada uma aspiração de anos, a criação da Escola Técnica da Horta.

Instalada, no edifício das antigas companhias do Cabo Submarino, onde actualmente se encontra a funcionar a Escola Básica 2.º Ciclo da Horta, a Escola Técnica iniciou as suas actividades lectivas no dia 14 de Fevereiro de 1973, com apenas uma turma, em regime nocturno, do Curso Geral de Administração e Comércio.

Esta escola, manteve-se em funcionamento até 1977.

Apesar da sua curta existência, a Escola Técnica desempenhou um papel de relevo no processo ensino/aprendizagem nesta ilha. Com apenas 29 alunos, no ano da sua abertura, a sua frequência rapidamente ultrapassa os 300 alunos, na sua grande maioria matriculados em regime nocturno, com uma percentagem muito elevada de trabalhadores-estudantes.

Durante estes anos, algumas centenas de jovens e adultos, obtiveram os seus diplomas nos Cursos de Electricidade e Contabilidade e Administração, permitindo aos mais jovens a sua rápida inserção no mercado de trabalho e, aos mais velhos, adquirirem ou completarem habilitações, nalguns casos interrompidas há anos, garantindo-lhes o acesso a melhores cargos nas suas carreiras profissionais.

Actualmente, a quase totalidade dos cursos em funcionamento na Escola Secundária Geral e Básica “Dr. Manuel de Arriaga” são orientados para o prosseguimento de estudos. Esta situação prende-se sobretudo com a falta de condições, que à partida inviabilizam a abertura de cursos, que pelo seu carácter mais técnico exijam a utilização de instalações específicas.

Uma outra preocupação prende-se com a taxa de abandono no Ensino Obrigatório, que atinge os 35%, ou seja, em cada 3 alunos, 1 não conclui o 9.º ano de Escolaridade. As razões que originam este facto são de vária ordem, mas sem dúvida, uma delas é a falta de motivação provocada pela existência de programas muitas vezes desajustadas aos interesses dos alunos, sobretudo daqueles que não estão interessados no prosseguimento de estudos.

Vêm estas considerações a propósito, de uma obra de fundamental importância para esta terra, a construção da nova Escola Secundária Geral e Básica da Horta.

Consideramos da maior importância que esta escola contemple, no seu plano de estudos, alguns cursos predominantemente orientados para a vida activa, que vão de encontro aos interesses dos alunos e às necessidades da ilha.

Para que estes objectivos possam ser atingidos, sugerimos que sejam ouvidos os intervenientes no processo educativo, Autarquia e Parceiros Sociais, de modo a uma correcta defenição das valências a implementar nesta unidade de ensino, que melhor sirvam os interesses dos jovens e da Comunidade.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Ao analisar-se o Plano para 1998 e o Plano de Médio Prazo que o Governo Regional propõe a esta Assembleia, quero procurar analisá-los em função do que se propõe e daquilo que considero serem algumas das necessidades de hoje, da Ilha onde nasci, vivo e fui eleito, para aqui poder trazer os anseios e as aspirações da sua população.

Também neste momento já temos um ponto de referência, e esse é a aplicação do Plano em execução, e que tem uma vigência efectiva de 6 meses. Se é certo que não esquecemos o curto prazo de vigência do actual Plano, o que também é certo é que as verbas e acções nele contidas têm obrigatoriamente de ter continuidade nos próximos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Hoje, nas Flores, estão em construção algumas das pontes destruídas pelos temporais - Ribeira Grande e Ribeira do Ferreiro - e os trabalhos na zona Norte da Ilha, em Ponta Delgada, começaram recentemente. Se é certo que em relação às pontes da Ribeira Grande e Ribeira do Ferreiro nada há a objectar, apenas aguardar pela conclusão das obras, as quais têm decorrido num bom ritmo, em relação às obras na freguesia de Ponta Delgada, elas só começaram muito recentemente. Mas, a nossa maior preocupação tem a ver com uma obra que ainda não começou - a ponte sobre a Ribeira da Cruz - a qual serve, com uma reparação provisória, o tráfego entre as Lajes e Santa Cruz, e não gostaríamos de assistir neste caso ao que se passou com a ponte provisória sobre a Ribeira Grande, a qual foi provisória mais de trinta anos. Por isso mesmo, é urgente aqui lembrar da necessidade de se equacionar rapidamente a execução da ponte sobre a Ribeira da Cruz, de modo que fiquemos com uma estrutura nas devidas condições e se possível se faça a correcção da estrada regional nas proximidades dessa ponte.

E, ao fazer referência a obras que estão a ser executadas em consequência das calamidades, há que referir a necessidade de intervenções, neste âmbito, que ainda não se verificaram com a intensidade desejada. Assim, a limpeza de ribeiras e mães de água são urgentes, as intervenções nas estradas de acesso às propriedades rurais e as estradas florestais devem ter um tipo de intervenção diferente daquele que se tem verificado até ao presente, porque continuar a mantê-las com piso de terra-batida, ou antes, de saibro, como acontece nas Flores, é mantê-las intransitáveis durante a maior parte do ano, na medida em que, sempre que chove, o piso da estrada é arrastado pela água. Há que, de uma vez por todas, ter nessas estradas uma intervenção no sentido de pavimentá-las, porque só assim servirão efectivamente aqueles que delas necessitam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

A grande obra executada nas Flores nos últimos anos, diria mesmo, a maior obra executada neste século, foi o Porto das Flores, o qual continua inacabado. No corrente ano foi dado mais um passo, e congratulo-me com ele - a construção do parque de combustíveis, - em execução. Mas, tudo o que são as condições em terra para o funcionamento do Porto, não existem - a iluminação, parques de combustíveis e de gado, instalações para os diversos serviços, tais como a Junta Autónoma, a GNR, a Polícia de Fronteira, etc, continuam sem ser equacionadas, nem tão pouco houve o cuidado de se construírem umas instalações sanitárias nas proximidades do Porto. E, no Plano para o próximo apenas é referida a "instalação da rede eléctrica e de água" - Programa 14.3 - infraestruturas portuárias. Isto é pouco para aquilo que é urgente ser feito, porque, efectivamente, o porto necessita de ter as condições mínimas para o seu funcionamento.

E, já que falamos em porto, seria importante pensar-se seriamente que nos meses de Verão - principalmente em Julho e Agosto - houvesse oferta de transporte marítimo de passageiros entre as Flores e as restantes Ilhas da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquando da visita oficial às Flores, o Governo Regional no seu comunicado referiu a implementação da iluminação da pista do aeroporto das Flores; Já esta semana e enquanto nós aguardávamos melhoria de tempo para ter transporte das Flores para o Faial, a Força Aérea utilizou o aeroporto das Flores, durante a noite e às escuras, para fazer duas evacuações de urgência. É necessário e muito urgente que, efectivamente, se implemente a iluminação da pista do aeroporto das Flores.

E, já que estamos a falar no aeroporto das Flores, mais uma vez quero manifestar aqui o meu entendimento de que as Flores têm de ter ligações aéreas diárias com o resto da Região, incluindo sábados e domingos. É uma medida de toda a justiça; é uma exigência dos operadores turísticos e da população em geral. E, tendo a SATA um pequeno avião, para os dias em que a procura é pequena, não há razões, em nosso entender, que justifique continuar a teimar-se, em não haver voos ao sábado e domingo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Acabamos de referir aspectos que têm a ver com as nossas ligações aéreas e marítimas ao exterior; hoje temos de falar em outros caminhos e outras vias que nos permitem comunicar com o Mundo. E, queremos reafirmar que ao falar-se no "Projecto de instalação do cabo de fibra óptica", consideramos absolutamente necessário que para a melhoria das comunicações entre as Ilhas do Grupo Ocidental e o exterior é fundamental que daquele projecto também façam parte as Ilhas das Flores e do Corvo. O cabo de fibra óptica deve chegar àquelas Ilhas.

E, já que estamos a falar em matérias de ligações ao exterior e comunicações, vou também referir um aspecto que reputo muito importante e que tem a ver com a Comunicação Social, nomeadamente no que respeita à Televisão.

Hoje o canal 1 chega a algumas Ilhas; anuncia-se que chegará a 7 das 9 Ilhas. Mas entendemos que é fundamental que o Canal 1 também possa ser captado nas Flores e no Corvo, continuando a podermos usufruir da RTP-Açores, e com qualidade melhor do que aquela que normalmente chega à Ilha das Flores. Não esqueçamos que a RTP-Açores, ainda hoje é oferecida a alguns lugares e freguesias das Flores com a manutenção pelas autarquias de retransmissores. É uma situação que julgamos ser rara na Região e que não poderá eternizar-se. O desenvolvimento harmónico da Região exige que as Ilhas sejam tratadas em igualdade de circunstâncias, todas de igual modo, mesmo aquelas que têm menos população e são mais afastadas. É isso que desejamos para as Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Ilha das Flores tradicionalmente sempre foi procurada por iatistas. Sem qualquer local preparado para receber os iates e apesar das infraestruturas existentes em diversas Ilhas, continuamos a ser uma das Ilhas muito procuradas. Até ao momento ninguém quis considerar a necessidade de existirem nas Flores infraestruturas capazes de contribuir para dar alguma segurança aos iates que demandam aquelas paragens. Já é tempo de se equacionar a possibilidade da existência nas Flores de locais onde efectivamente os iatistas possam, com segurança, permanecer alguns dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Plano do ano transacto já foi consignada a conclusão da estrada da volta da Ilha; temos conhecimento de já se ter elaborado trabalho com vista à elaboração do

projecto desse troço de estrada que ligará a estrada das Lombas, em Ponta Delgada, à estrada do Morro Alto. É urgente que efectivamente se avance no sentido de uma vez por todas concluir-se a estrada da volta da Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção levantamos alguns problemas das Flores; na discussão deste documentos temos trazido à colação outros aspectos da nossa Ilha, o que continuaremos a fazer no decorrer destes debates. Desejamos que com a execução destes Planos, também a Ilha das Flores possa ver resolvidos alguns dos problemas que há muito afectam a sua população.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta as verbas afectas aos diversos programas, projectos e acções destes Planos do Governo que agora estamos a discutir e, no que respeita à Ilha das Flores, concluimos o seguinte:

Se retirarmos as verbas das calamidades que, em princípio, são para reparar o que foi destruído, prevenindo o futuro, o montante de investimentos para as Flores é pequeno. Pouco mais de seiscentos mil contos para 4 anos.

No sector agro-pecuário, os documentos agora apresentados e que definem as opções de política, deixam-me sérias dúvidas sobre a importância que a Agricultura terá para este Governo na Ilha das Flores.

As opções que foram feitas para as Flores apontam para a continuidade da produção de leite e de carne. Daí a construção do Matadouro e a criação dos Serviços de classificação de leite.

O que estranhámos é que, necessitando estas estruturas de matéria-prima, ou seja, de leite e carne, não estejam previstos os necessários incentivos para a existência de empresas agrícolas capazes.

Como será possível modernizar explorações agrícolas nas Flores, se este Governo apenas atribui para apoio ao investimento dos agricultores mil duzentos e cinquenta

contos para 1998, e quatro mil seiscentos e cinquenta contos para os 4 anos do Plano a Médio Prazo?

Relativamente aos tão necessários caminhos agrícolas e rurais as verbas previstas são quase só para reparar estragos dos temporais. E os novos troços que são necessários à lavoura serão construídos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sector do Ambiente as verbas são muito pequenas para o muito que há a fazer em ribeiras, lagoas, conservação de paisagens, e aterro sanitário. A conhecida sensibilidade ambiental das Flores - já a quiseram propor como um todo para classificação como Património Natural Mundial - não se compadece com tão poucas verbas para o muito, repito, que há a fazer neste campo.

Os pequenos portos de pesca de Ponta Delgada, Porto Velho e das Poças necessitam ser melhorados e as verbas a isso reservadas são muito pequenas: doze mil e quinhentos contos para 1998 e vinte e quatro mil e quinhentos contos para 1999 e 2000. É, de facto, manifestamente pouco para o que se exige fazer naqueles Portos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de Turismo nas Flores é quase inútil, se não resolvermos o problema dos transportes. Nem vou falar de verbas para este sector - praticamente inexistentes - pois que enquanto as Agências de Viagens e sobretudo a SATA continuarem a proceder da mesma maneira, pouco poderá ser feito.

Exigimos da SATA e de quem a tutela que, antes de programar os voos e respectivos horários do próximo Verão, seja feita uma reunião com as forças vivas das Flores e Corvo para se encontrarem as melhores soluções.

Espero, que até lá o Governo cumpra com o prometido e se entenda com a SATA para que, de uma vez por todas, os florentinos e todos os que procuram a nossa Ilha o possam fazer também ao fim-de-semana.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes para uma intervenção.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

No Plano a Médio Prazo 1997-2000 apresentado, hoje, neste Plenário, o VII Governo Regional define a orientação estratégica do Governo sob a forma de 5 grandes objectivos que passam pelas diferentes vertentes de desenvolvimento, desde o económico à necessidade de prover os cidadãos de bens e serviços públicos, com destaque para os que integram os sistemas de saúde e segurança social, como forma de desenvolver mecanismos eficazes de solidariedade social.

Neste contexto, identificados os vectores estratégicos de desenvolvimento, hierarquizados os objectivos, e, definidos os instrumentos, conforme é referido no PMP 1997-2000, foram afectos recursos financeiros que atingem o valor global de 174,3 milhões de contos.

Destes, 31,8% são para o Fortalecimento e Diversificação do Sistema Produtivo; 21,6% para "Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social"; 33,8% à "Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de Vida"; 2,1% à "Gestão Pública e Institucional"; e por último, 10,7% estão afectos ao vector Calamidades, dos quais 6,1 milhões de contos destinam-se a 1998.

No que diz respeito à "Valorização dos Recursos Humanos e Qualidade de Vida", a execução harmoniosa dos seus 12 programas (18 a 29) é essencial ao desenvolvimento económico, já que este não se faz somente com recursos financeiros, mas sim com a correcta justaposição de recursos humanos saudáveis, devidamente preparados, do ponto de vista profissional, e adequadamente inseridos no seu meio ambiente, tanto físico como socio-cultural.

O desenvolvimento é então sustentado por pessoas às quais o sistema político-económico tem de olhar através de diferentes ângulos não podendo, contudo, perder a visão gestáltica do todo, já que esta, quer na sua componente individual quer colectiva, adquire uma qualidade significante diferente da simples soma linear das partes.

Assim, o Plano de Médio Prazo 1997-2000 pretende com a execução dos seus programas (18 a 29) um ganho relacionado com a grandeza da qualidade a adquirir

com a referida dinâmica e, por força da mesma, passar a ser um dos factores essenciais do almejado progresso para esta Região.

Neste sentido, a Saúde é uma das partes a ser olhada como um bem social sustentável e sustentada pelo todo, num modelo de funcionamento que assente num padrão de igualdade dos cidadãos perante o Sistema, na protecção da vida humana e no princípio da solidariedade, porque já ninguém tem dúvidas de que a Saúde é reconhecida como uma "força unificadora" do tecido social, factor decisivo do desenvolvimento e elemento chave na erradicação da pobreza.

É neste enquadramento conceptual geral que os programas e acções relacionados com a construção, ampliação ou remodelação de infraestruturas, a aquisição de equipamentos com novas tecnologias e a formação profissional dos seus trabalhadores, se inserem como alguns dos principais alicerces em que os Sistemas de Saúde assentam.

Neste âmbito, podemos verificar a existência no PMP 1997/2000 e Plano 1998 das dotações necessárias à evolução do Sistema Regional de Saúde e respectiva prossecução dos objectivos contidos no Programa do VII Governo da Região Autónoma dos Açores.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

É de salientar, no entanto, que embora a Saúde na Região Autónoma dos Açores tenha dado um enorme salto desde a criação do S.R.S. em 1980, também é verdade que não se conseguiu até hoje, ao longo destes anos, resolver a questão da universalidade e conseqüente acessibilidade dos cuidados essenciais de saúde, devido à carência de recursos humanos na área médica nos centros de saúde. No entanto, todos reconhecemos a sua importância como vector estratégico para a melhoria dos cuidados e forma de assegurar a cobertura da população no acesso ao sistema.

Esta realidade continua à vista e ninguém pode escamoteá-la ou sobre ela efectuar considerações menos sérias ou irresponsáveis que, a meu ver, não nos levariam a qualquer tipo de ganho. O importante é encontrarem-se saídas para se ultrapassarem as causas, de todos há muito conhecidas, e também, por todos, reconhecidas como de difícil solução.

Assim, e independentemente das reformas que se venham a imprimir, essas só resultarão se no Sistema for injectado esse tipo de "oxigénio", ou seja, o aumento da oferta dos cuidados médicos de clínica geral.

Assumir este facto é assumir, contudo, que a resolução dessa carência equivale a despesas acrescidas.

Não se pode pensar que o Sistema se sustenta com orçamentos que ignoram o crescimento das despesas, mesmo com uma gestão rigorosa dos recursos, ou, que esta poderá assegurar as despesas inerentes à criação de um qualquer novo acréscimo de serviços a oferecer à população, como, por exemplo, a criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos e Hemodiálise no Hospital da Horta, ou as consequentes construção ou ampliação das Unidades de Saúde da Praia da Vitória, Lagoa, Povoação, Hospital de Angra do Heroísmo, e apoios às Estruturas para tratamento de toxicodependentes, assim como o apetrechamento do novo Hospital de Ponta Delgada.

Com que critério técnico, já não falo sequer no aspecto ético, se pode exigir a um Governo, seja qual for o seu quadrante político, que melhore, acrescente ou crie novos e mais cuidados de saúde e ao mesmo tempo se exija o não aumento das despesas? Que tipo de cuidados poderão ser esses quando, por exemplo, se sabe que os custos de um doente por dia numa Unidade de Cuidados Intensivos na Região varia entre 120 e 150 contos para os doentes mais graves e 80 a 100 contos para os mais ligeiros, que uma intervenção cirúrgica ortopédica de artroplastia (prótese da anca) possa custar à volta de 800 contos e um tratamento oncológico de quimioterapia, um tratamento e os doentes fazem vários, varia entre 40 e os 800 contos?

Chamo a atenção, entretanto, que neste momento só no Hospital de Ponta Delgada existem 250 doentes em tratamentos oncológicos.

De facto, os custos de muitos actos médicos, tal como os referidos, podem ser bastante variáveis só que, Sras. e Srs. Deputados, a diferença nestes casos e ao contrário de outros sectores, é que a escolha não depende de quem administra os cuidados ou gere o Serviço ou Instituição, mas sim da situação clínica do doente.

Este é e terá de ser sempre o critério a definir a escolha.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais: Que é necessária na Saúde, como em qualquer outra área, uma gestão rigorosa, não há qualquer dúvida a esse respeito; que se tem de caminhar para a optimização dos recursos, também não; que os responsáveis sejam exigentes, não fazem mais que cumprir com os seus deveres; mas, essencial é também, a todos fazer compreender a situação actual da Saúde na nossa Região. Para tanto, é necessário que se conheçam os números orçamentais e as despesas totais exactas relacionados com a produtividade e diversidade de cuidados do Sistema Regional de Saúde, pelo menos, os dos últimos 6 anos, a fim de que possamos ter uma noção correcta da sua evolução e da encruzilhada em que nos encontramos nesta área.

Assim, escarpelizar a problemática da Saúde na Região é fundamental para que de uma forma adequada se possa conhecer os seus custos e assim se poder assumir, em consciência política e financeira, as opções relativas ao S.R.S., ou seja, que quantidade, diversidade e qualidade de cuidados de saúde devemos ou podemos ter no nosso Sistema Regional de Saúde.

Estas decisões a todos desta Casa dizem respeito, e a responsabilidade das mesmas também a todos caberá por igual, sendo por isso importante que se criem estratégias de discussão da matéria que levem à criação de um “Pacto de Estabilidade na Saúde”, no mesmo sentido que o meu colega Reis Marques referiu no seu artigo do semanário Expresso desta semana, quando refere, que a Saúde como sector sensível e nevrálgico necessita de um consenso alargado sobre os parâmetros fundamentais para o seu desenvolvimento.

Tenho dito!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje aqui e mais uma vez a analisar e a discutir documentos que são importantíssimos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores em todas as suas áreas.

Numa abordagem a estes documentos não posso deixar de realçar vários aspectos negativos dos mesmos que põem em causa o desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região Autónoma, com particular destaque para a Ilha de São Jorge, aquela que representa o círculo eleitoral que me elegeu.

É notória a discrepância existente entre as promessas eleitorais/Programa do Governo e o Plano e Orçamento/98 e Plano a Médio Prazo 97/2000.

Este Governo passou um ano simplesmente a gerir a sua imagem e com um discurso como se estivesse em permanente campanha eleitoral, e não fosse ele o responsável pela Governação dos Açores, passando este tempo sem decidir no presente e suas perspectivas animadoras para o futuro.

Quero aqui deixar o meu protesto pela forma como este Governo propositadamente tem marginalizado os Jorgenses, limitando assim a perspectivas de um futuro risonho.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os Jorgenses estão a viver e já a sentir as consequências de uma "**Ditadura minoritária enraivecida e recalçada**" durante vinte anos, daqueles que estiveram na oposição e agora querem fazer o "**Ajuste de Contas**", factura que os Jorgenses começam a pagar.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Isso deve ser na Calheta!

O Orador: É sinal que o está a incomodar!

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Entendo que é uma falta de respeito para com a decisão dos Jorgenses que têm ao longo dos anos eleito para seus legítimos representantes nesta Casa e nas Autarquias Locais com larga maioria, note-se, com larga maioria, Deputados e Autarcas do Partido Social Democrata.

Não entendo isto como afronta, pessoal mas sim como represálias ao Povo Jorgense pelo facto de serem maioritariamente Sociais Democratas.

A comprovar tudo isto está:

No passado mês de Julho o Governo Regional de visita à Ilha de São Jorge e no seu comunicado do conselho do Governo, referia o início no corrente ano das obras de construção do novo MATADOURO, já esta manhã debatido aqui e só agora foi, e muito calmamente, explicado pelo Sr. Secretário Regional e lamento que as forças políticas do Partido Socialista, em S. Jorge, tenham tido um silêncio moribundo sobre este assunto. Nunca disseram nada sobre isso.

Para onde vão ou foram os 81.526 contos que estão contemplados no Plano e Orçamento de 1997?

O Srs. Deputados do Partido Socialista passaram 8 anos nesta Casa e no final de cada ano, quando uma verba não aparecia aqui ou acolá, diziam que tinha ido para o monumento da autonomia. Ainda não descobri onde é que o PS mete o "saco azul".

Deputado José Maria Bairos (PSD): Deve ser para pagar alguns trabalhos!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Sobre este assunto o Governo Socialista tenta criar a confusão e desviar as atenções, dizendo que esta questão do matadouro é uma "guerra" entre concelhos.

Não é!!!

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A questão coloca-se, porque este Governo não pretende nem nunca pretendeu construir nenhum matadouro em S. Jorge. Isso foi assumido hoje aqui.

Outro sector fundamental para o desenvolvimento da Ilha de São Jorge é o sector do Turismo.

O Partido Socialista prometeu desenvolver o sector turístico como fonte alternativa de receitas, mas chegamos à triste conclusão que apenas foram palavras vãs da Campanha Eleitoral.

O Partido Socialista prometeu incluir no Plano a Médio Prazo, já no primeiro e agora neste, o "Porto de Recreio das Velas", mas passadas as eleições esqueceram-se.

Enquanto isto, assistimos a compromissos do Governo do PS com portos de recreio e marinas em outras ilhas e ilhas até com duas marinas e Planos Integrados de Desenvolvimento, que é uma palavra que está muito em voga no Partido Socialista, de milhões de contos!!!

Não estou contra nem tenho inveja que outras ilhas tenham marinas e Portos de Recreio, apenas se exige uma política mais equilibrada e justa neste sector, por parte deste Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na área da Educação, mais concretamente a de edifícios escolares a única nota de registo é a verba contemplada para reformulação da Rede Escolar do Topo e Santo Antão.

Registe-se a vitória dos encarregados de educação daquela zona, que souberam manter-se firmes, aquando da primeira abordagem do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, sobre este assunto que era de acabar simplesmente com o 2.º ciclo naquela zona.

Entendo que é "**ridículo e ofensivo**", a verba inscrita para a adaptação, ampliação e grandes reparações na EB 2,3/S das Velas, apenas com uma verba de 55.000 contos inscritos no Plano a Médio.

Digo "**ridículo e ofensivo**", porque entendo que é de todo impossível fazer ampliações e grandes reparações apenas com uma verba de 55.000 contos, numa escola que se encontra totalmente degradada, pondo em causa o bom funcionamento da mesma e sobretudo a segurança dos alunos, professores e funcionários.

Não há muitos dias estive a Vila das Velas com cortes de energia eléctrica derivado a problemas com a instalação eléctrica daquela escola.

Os pais e encarregados de educação começam já a manifestar grandes preocupações em enviar os seus filhos para aquela escola.

É urgente equacionar esta questão e começar com as obras o mais breve possível.

Não se pede que este Governo em um ano tivesse resolvido esta questão, - isso era a vossa desculpa, já esgotou - o que é muito grave é que este Governo não prevê nos próximos quatro anos qualquer medida. A gravidade reside aí.

No meu entender a solução será mesmo a construção de uma Nova Escola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais são os sectores que nestes documentos não estão devidamente contemplados, mas o tempo do meu Grupo Parlamentar é pouco.

Com este ano de Governação Socialista a Ilha de São Jorge, efectivamente, parou no tempo.

Deixo assim aqui e agora a nota negativa a este Governo sobre a sua actuação e sobre estes documentos.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças (*Roberto Amaral*): Está a copiar o Marcelo Rebelo de Sousa!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estamos a muito pouco tempo do termo dos nossos trabalhos e necessito de fazer uma rápida reunião com os representantes dos Grupos Parlamentares e agradeceia que chegassem aqui à Mesa.

Entretanto, vou dar a informação sobre os tempos ainda disponíveis dos Partidos e do Governo:

O Governo Regional tem disponível 1h, 6m e 30s.

O Partido Socialista tem ainda 2h, 38m e 30s.

O Partido Social Democrata tem 1h e 2m.

O Partido Popular tem 28m e 35s.

O Partido Comunista Português tem 27m e 40s.

Isto tudo somado deve dar ainda umas 5 horas de tempo de trabalho.

Agradeceia então aos membros da Conferência de Líderes para chegarem aqui junto da Mesa.

(Pausa)

Agradecia aos Srs. Deputados que retomassem os seus lugares, embora não seja por muita demora, mas é apenas para vos dar as informações que resultaram da Conferência de Líderes feita aqui junto à Mesa.

As informações são as seguintes:

Os nossos trabalhos iniciar-se-ão amanhã pelas 10,00 horas.

Temos a manhã e a tarde para o debate.

Pelo tempo disponível prevê-se que o debate termine por volta das 4 ou 5 horas da tarde, prevendo-se uma interrupção entre o fim do debate e as intervenções finais que começariam às 18,30 horas e que se prevê terminarão por volta das 20,00 horas.

Fariamos nova interrupção para o jantar e recomeçaríamos os nossos trabalhos às 21,30 horas, com a votação do PMP, Plano e Orçamento para 1998 e com a restante ordem de trabalhos, que é a seguinte:

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores de 1997";
- Discussão e eventual aprovação desta Proposta de alteração ao Orçamento de 1997;
- Análise e possível aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/97
- "Alteração ao Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro - Regime Jurídico das Autonomias das Escolas";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/97 - "Criação da Direcção Administrativa e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico";
- Finalmente, como último ponto da ordem de trabalhos, uma Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Popular, sobre a "Constituição de uma Comissão de Inquérito".

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, era só para que a Câmara ficasse informada do momento em que devem entrar as propostas de alteração.

Presidente: Na reunião que tivemos aqui, ficou também previsto que as propostas de alteração seriam entregues até ao fim do debate das Propostas do PMP, Plano e Orçamento. Portanto, podem ser entregues no espaço que medeia entre o final da

discussão e as intervenções finais, porque as propostas de alteração podem inclusivamente ter algum reflexo nas próprias intervenções finais e convém que elas sejam entregues antes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PS): Segundo percebi, o Sr. Presidente anunciou para amanhã a discussão e votação de dois diplomas apresentados pela Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e gostaria que me confirmasse se são os dois, porque na Conferência de Líderes o que ficou combinado é que seria um único e que era justamente a aprovação, salvo erro, do Decreto-Lei n.º 43/89.

Portanto, isto é uma alteração àquilo que ficou combinado na reunião de líderes?

Presidente: É uma alteração, mas pela informação que tenho esta alteração é consensual entre os Grupos Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

Deputado Fernando Meneses (PS): Sr. Presidente, isso pode ser consensualizado agora, mas a verdade é que só neste momento tive conhecimento disso.

Presidente: Tinham-me garantido que havia consenso partidário a este respeito, inclusivamente isto constaria dum parecer ou relatório da Comissão em que estes documentos foram analisados.

Deputado Fernando Meneses (PS): Do ponto de vista do Partido Socialista, não existe qualquer problema. No entanto, não foi de facto consensualizado.

Presidente: Peço desculpa de me ter precipitado, mas foi de boa fé e foi com essa informação de que havia consenso inter-partidário em relação à aprovação destes documentos.

Não sei se é possível ou não obter agora esse consenso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que o que se disse foi que se o PS decidisse apresentar essa proposta conversasse connosco. Entretanto, ninguém falou com ninguém sobre esta matéria, mas se o Governo e o Grupo Parlamentar do PS têm interesse que isso seja discutido e se nenhum dos outros partidos se opõe, façamos a discussão e logo se vê se passamos à discussão do diploma em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Havia pelo menos a ideia, embora ainda não estivesse cá, devido ao mau tempo, aquando da Conferência de Líderes, na Comissão, de que iríamos discutir essa matéria. Na Comissão da especialidade nós trabalhámos nesse sentido, agora se houve outros entendimentos posteriores, eu desconheço.

Portanto, na Comissão essa intenção, pelos menos dos partidos que a constituíam, era unânime e consensual.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PP não é juiz, mas queríamos dar o nosso entendimento sobre esta matéria.

Efectivamente, ao nível da preparação, outro dia na Conferência de Líderes o que ficou assente foi que havia um documento que era prioritário e que foi referido ali.

Posteriormente, aqui durante estes dias eu próprio fui abordado pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, no sentido de dar conta que o outro documento era tão importante como o primeiro.

O Partido Popular manifestou, na altura, a sua abertura para esse efeito, extra-conferência.

Aliás, refiro de novo que o Partido Popular apresentou entretanto uma proposta à Exma. Mesa da Assembleia, no sentido da constituição duma Comissão de Inquérito e solicitando o seu agendamento para amanhã. Aliás, na altura, aquando da Conferência de Líderes, não tínhamos ainda essa matéria definitivamente resolvida e só posteriormente fizemos a entrega da mesma ao Sr. Presidente da Assembleia.

De resto, a Conferência de Líderes já foi há alguns dias, mas é nosso entendimento de que surgindo situações que se justifiquem, digamos, há total cabimento. Parece-me que não há nenhuma razão para que as matérias fiquem dependentes do que aconteceu na Conferência de Líderes, Terça-Feira ao meio dia, desde que as coisas surjam.

Portanto, peço ao Sr. Presidente da Assembleia que agende essas matérias, como faz normalmente quando chegam diplomas.

Naquela altura era o que tínhamos. Se entretanto surgem questões, parece-nos razoável que assim aconteça.

Presidente: Suponho que a admissão dos tais dois diplomas está, neste momento, consensualizada. Assim sendo, eu mantenho o agendamento dos dois diplomas e que são:

- Diploma sobre a autonomia das escolas - "Alteração do Decreto-Lei n.º 43/89";
- Diploma relativo à "Criação da Direcção da Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico".

Portanto, estes são os pontos 3 e 4 da nossa ordem de trabalhos para amanhã, para além dos diplomas em discussão.

Com este entendimento dou por encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite e até amanhã às 10,00 horas.

(Eram 20,10 horas)

*Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Francisco Oliveira, José Nascimento Ávila; **PSD** - Aires Reis, Jorge Valadão dos Santos, José Ramos Aguiar).*

O Redactor de 2.ª Classe: *José Rodrigues da Costa*